

REVISTA

# EXTENSÃO EM AÇÃO



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ISSN: 2316-400X  
V. 20 / Nº 2  
jul/dez 2020



REVISTA  
EXTENSÃO EM  
AÇÃO

## **EXPEDIENTE**

### **Editoria-Chefe**

Daniela Gardano Bucharles Mont'Alverne, Universidade Federal do Ceará

Andréa Silvia Walter de Aguiar, Universidade Federal do Ceará

### **Editoria de Seção**

Daniela Gardano Bucharles Mont'Alverne, Universidade Federal do Ceará

Andréa Silvia Walter de Aguiar, Universidade Federal do Ceará

Aline de Oliveira Viana, Universidade Federal do Ceará

Mírian Narjara Pires Rocha, Universidade Federal do Ceará

### **Editores-Gerentes**

Aline de Oliveira Viana, Universidade Federal do Ceará

Mírian Narjara Pires Rocha, Universidade Federal do Ceará

### **Conselho Editorial**

Adryane Gorayeb Nogueira Caetano

Aline de Oliveira Viana

Aline Nara Severiano

Allan Braga Cavalcante

Alysson Andrade Amorim

Andréa Silvia Walter de Aguiar

Antônio Paulo de Hollanda Cavalcante

Beatriz Gondim Matos

Bernardo Diniz Coutinho

Daniela Gardano Bucharles Mont'Alverne

Deisimer Gorczewski

Eduardo Girão Santiago

Elizabeth de Francesco Daher

Felipe Braga Albuquerque

Guilherme Diniz Irffi

Jurema Barros Dantas

Kamila Vieira de Mendonça

Karla Yanara Barbosa Simião

Lara Capelo Cavalcante

Marco Túlio Ferreira da Costa

Marcos Ronaldo Albertin

Maria de Guadalupe Costa da Silva

Marisete Dantas de Aquino

Mírian Narjara Pires Rocha

Nadja Glheuca da Silva Dutra Montenegro

Neide Fernandes Monteiro Veras

Pollyanna Martins Pereira

Robéria Rodrigues Lopes

Rogério Teixeira Mâsih

Ronaldo Stefanutti

Walda Viana Moura

### **Editores de Textos**

Aline Nara Severiano, Universidade Federal do Ceará

Allan Braga Cavalcante, Universidade Federal do Ceará

Karla Yanara Barbosa Simião, Universidade Federal do Ceará

Maria de Guadalupe Costa da Silva, Universidade Federal do Ceará

**Editor de Layout**

Aline Nara Severiano, Universidade Federal do Ceará

Allan Braga Cavalcante, Universidade Federal do Ceará

Karla Yanara Barbosa Simião, Universidade Federal do Ceará

Maria de Guadalupe Costa da Silva, Universidade Federal do Ceará

**NOMINATA DE AVALIADORES DO 20º VOLUME, EDIÇÃO Nº 2,  
ANO 2020**

Adryane Gorayeb Nogueira Caetano, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Alexandra do Nascimento Cassiano, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Andressa Teoli Nunciaroni, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Bruno Ocelli Ungheri, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Claudia Lima Monteiro, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Daniela Gardano Bucharles Mont'alverne, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Denise Celeste Godoy de Andrade Rodrigues, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Eloa Carneiro Carvalho, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Fabiane Elpídio de Sá, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Fabiane Ferreira da Silva, Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

Ítalo de Paula Casemiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Karine Rezende-Oliveira, Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Karla Ferraz dos Anjos, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Luciana Meireles Miragaya, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Luisa de Marilac de Alencar Pinheiro, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Luiza Seligman, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)

Márcia Barbosa de Sousa, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Marcia Vidal Nunes, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Maria de Lourdes da Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Mônica Simões Israel, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Natália Lampert Batista, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Samira Michel Garcia Campos, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Tiago Barbosa, Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Tatiane Baratieri, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/PR)

## SUMÁRIO

### DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

1. **MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E PACIFICAÇÃO SOCIAL NO CÁRCERE: INVESTIGAÇÕES A PARTIR DE INTERVENÇÕES EXTENSIONISTAS**  
**CONFLICT MEDIATION AND SOCIAL PACIFICATION IN JAIL: INVESTIGATIONS FROM EXTENSIONAL INTERVENTIONS**  
REGO, M. R. F. L..... 11-23

### EDUCAÇÃO

2. **TECNOLOGIAS DIGITAIS NA DOCÊNCIA: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO LÓCUS FORMATIVO**  
**DIGITAL TECHNOLOGIES IN TEACHING: UNIVERSITY EXTENSION AS A FORMATIVE LOCUS**  
ALVES, F. D. N.; SILVA, D. G. da; FERREIRA, A. de M. & LIMA, L. de..... 24-38
3. **EDUCAÇÃO CONTINUADA NO TRANSPORTE DE MATERIAIS RADIOATIVOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA**  
**EXTENSION AS AN INSTRUMENT OF CONTINUING EDUCATION IN THE TRANSPORT OF RADIOACTIVE MATERIALS: AN EXPERIENCE REPORT**  
SILVA, C.1; CARDOSO, I. A.2; JESUS, K. S.3; AVILA, M. L. R.4 & REINRT, N..... 39-47
4. **EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS PARA INSERÇÃO DO PESCADO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLA**  
**PEDAGOGICAL EXPERIENCES FOR INSERTING FISH IN SCHOOL FOOD**  
BEZERRA, H.C.B.S.; SILVA, V.M.; PIRES, C.R.F.; SANTOS, V.F.; SOUSA, D.N. & KATO, H.C.A..... 48-58

### SAÚDE

5. **ATENÇÃO A SAÚDE BUCAL NO DOMICÍLIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ENSINO BASEADO NA COMUNIDADE**  
**ORAL HEALTH CARE AT HOUSEHOLD: EXPERIENCE REPORT OF COMMUNITY-BASED EDUCATION**  
MONTEIRO, A. K. A; PARÁ, J. W. S.; SIQUEIRA, J. C.; FARIAS, M. R. de & MACIEL, J. A. C..... 59-70
6. **EDUCAÇÃO PERMANENTE, INTERPROFISSIONALIDADE E PRÁTICAS COLABORATIVAS NA ATENÇÃO À SAÚDE**  
**PERMANENT EDUCATION, INTERPROFISSIONALITY AND COLLABORATIVE PRACTICES IN HEALTH CARE**  
OLIVEIRA, S. D. M.; MARTINS, B. D.; FREIRE, C. M. S.; LIMA, L.L. X.; SILVA, L.C.C. da & GOMES, P. B..... 71-81
7. **PERCEÇÃO MATERNA SOBRE A PUERICULTURA REALIZADA PELO ENFERMEIRO**  
**MATERNAL PECEPTION ABOUT CHILDCARE PERFORMED BY THE NURSE**  
AMARAL, A. M. A. & CASADEVALL, M. Q. F. C..... 82-93
8. **PROJETO GEASC: PROMOVENDO ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE BUCAL DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS**  
**GEASC PROJECT: PROMOTING FULL HEALTH CARE FOR VULNERABLE POPULATIONS**  
ANDRADE, A. F.; SALDANHA, P. I. F.; RODRIGUES, W.A.; FARIAS, M. R.; TEIXEIRA, A H.MACIEL, J.A.C. 94-104
9. **RODAS DE CONVERSA: CUIDADO A PUÉRPERAS COM RECÉM-NASCIDOS HOSPITALIZADOS**  
**CONVERSATION CIRCLES: CARING FOR PUERPERAL WOMEN WITH HOSPITALIZED NEWBORNS**  
HARTMANN, M; RIBEIRO, J. P.; LOPES, K. B.; KRAUSE, C. S.; SILVA, D. G..... 105-117

## **TRABALHO**

### **10. DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÔMICO NO TRABALHO INFORMAL DAS FEIRAS MÓVEIS**

#### **HUMAN AND ECONOMIC DEVELOPMENT IN THE INFORMAL WORK OF MOBILE FAIRS**

SANTOS, A.L.S.; ALENCAR, R. V. & CAVALCANTE, L. C..... **118-133**

### **Ações de extensão na pandemia do Covid-19: momento de reflexão e adaptação**

Caro(a) Leitor(a),

Quando o ano de 2020 iniciou, os coordenadores das ações de extensão de todas as Instituições de Ensino Superior (IES) programavam-se para pôr em prática suas atividades, parte do tripé indispensável para a formação curricular de qualquer aluno universitário. A extensão possibilita um vínculo entre o ensino, a pesquisa e as demandas sociais de forma indissociável. Ela possibilita trocas educativas, culturais e científicas em diversos segmentos da sociedade e favorece a socialização do saber acadêmico, articulando a participação da comunidade na vida universitária.

Entretanto, em março de 2020, um vírus trouxe mudanças no dia a dia da população mundial. Decretos municipais, estaduais e federais solicitavam o afastamento social e, com isso, o impacto direto sobre diversas ações de extensão universitária. Os coordenadores das ações tiveram que se recriar. Nunca na história tantas iniciativas aconteceram de forma remota, gerando efeitos tão positivos na sociedade.

A temática Extensão e a Pandemia da Covid-19 foi tema de uma mesa redonda no 9º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. As mudanças de paradigmas foram as vertentes principais nesse período. O compromisso social das ações de extensão foi fundamental para que as assimetrias causadas pela pandemia fossem minimizadas, assim como o acesso aos instrumentos tecnológicos e de inclusão digital também foi essencial para aproximação com a população assistida.

Na Universidade Federal do Ceará (UFC), várias ações de extensão se reinventaram nesse aspecto e contribuíram com a sociedade de diversas formas. O Livro *Trabalho em tempos de covid-19: orientações para a saúde e segurança*, disponível gratuitamente em formato digital no Repositório Institucional da UFC, é um grande exemplo. Fruto da ação de extensão *Liga de Saúde, Trabalho e Ambiente (LISTA)*, o material vem servindo de apoio às mais diversas áreas de trabalho por abordar temas que vão desde a segurança, cuidado e autocuidado no contexto da pandemia da Covid-19, até aspectos sobre saúde mental e legislação trabalhista no período que vivemos.

O que ficou claro, durante esse um ano de pandemia, é que a Universidade é um carro forte e indispensável para ajudar a população e contribuir com novas demandas sociais que surgem a cada dia. E nesse cenário, cabe às ações extensionistas essa missão. Ao longo de todos esses anos, a extensão mostrou que realmente é peça fundamental para a comunidade acadêmica e para a sociedade. Como diz Surama Jurdi: “tudo bem se você tiver que começar do zero, só não fique parado”. E foi isso que, ao longo deste último ano, as ações de extensão fizeram: se reinventaram, recomeçaram do zero, mas, o mais importante de tudo, não ficaram paradas e geraram benefícios imensuráveis para a população.

Daniela Gardano Bucharles Mont’Alverne

Editora-chefe da Revista Extensão em Ação

## MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E PACIFICAÇÃO SOCIAL NO CÁRCERE: INVESTIGAÇÕES A PARTIR DE INTERVENÇÕES EXTENSIONISTAS

**REGO, M. R. F. L.<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Graduando em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Bolsista da ação extensionista. E-mail: martinramalho1@gmail.com

Artigo submetido em outubro de 2019 - DOI 10.32356/exta.v1.n20.42542

### RESUMO

O presente trabalho tem por escopo explorar as transformações no ambiente carcerário provocadas pela assimilação dos princípios da mediação de conflitos pelos reeducandos. Para tal, utiliza-se como ponto de partida uma intervenção extensionista realizada por estudantes de Direito cujo objetivo seria levar as práticas mediativas aos reeducandos do Presídio de Segurança Média Professor Cyridião Durval e Silva. Em sequência, aprofunda-se nas características estruturais do cárcere e os reflexos dos seus aspectos intersubjetivos na resolução de conflitos interpessoais. Posteriormente, são exploradas as

ferramentas proporcionadas pela mediação de conflitos para contornar as dificuldades comunicativas inerentes aos espaços prisionais. Traçando um paralelo entre teoria e prática, discutem-se os caminhos e possibilidades de desenvolvimento das técnicas e princípios da mediação entre detentos, o que se denominou como “mediação prisional”. Assim, constatou-se que, ainda que seja em pequena proporção, a mediação é plenamente capaz de fomentar a pacificação social no cárcere. Todavia, alguns aspectos desse espaço precisam ser levados em consideração na construção das estratégias de implementação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mediação prisional. Cárcere. Pacificação social. Extensão universitária.

### CONFLICT MEDIATION AND SOCIAL PACIFICATION IN JAIL: INVESTIGATIONS FROM EXTENSIONAL INTERVENTIONS

#### ABSTRACT

The present work aims to explore the changes in the prison environment caused by the assimilation of the principles of conflict mediation by reeducators. To this end, an extensionist intervention by law students is used as a starting point, whose objective would be to bring the mediative practices to the students in the Middle Security Prison Professor Cyridião Durval e Silva. In sequence, it deepens in the structural characteristics of the jail and the reflexes of its intersubjective aspects in the resolution of interpersonal conflicts. Subsequently, the tools provided by conflict mediation to overcome the

communicative difficulties inherent in prison spaces are explored. Drawing a parallel between theory and practice, we discuss the ways and possibilities of development of techniques and principles of mediation between detainees, which was called “prison mediation”. Thus, it was found that, even if in a small proportion, mediation is fully capable of fostering social pacification in prison. However, some aspects of this space need to be taken into consideration when constructing implementation strategies.

**KEYWORDS:** Prison mediation. Prison. Social pacification. University Extension.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte das experiências empíricas adquiridas em campo a partir de uma atividade desenvolvida pelos projetos de extensão “Reconstruindo Elos: ações interdisciplinares de cidadania e direitos humanos em unidades prisionais de Maceió” e “Mediação de conflitos nas escolas: um novo olhar sobre o conflito”, ambos da Faculdade de

Direito da Universidade Federal de Alagoas (FDA/UFAL). A atividade foi realizada no Presídio de Segurança Média Professor Cyridião Durval e Silva, estabelecimento de público masculino que integra o complexo penitenciário alagoano e foi registrada no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFAL sob o tema “Minicurso: a mediação de conflitos e os espaços de reclusão”<sup>1</sup>. Como o próprio tema sugere, a iniciativa parte do pressuposto de que os espaços de reclusão, tais como o cárcere são ambientes cuja especificidades ensejam conflitos e atritos entre os sujeitos que o integram.

Após várias visitas semanais dos extensionistas do projeto Reconstruindo Elos à referida unidade prisional, durante aproximadamente um ano anterior ao minicurso aqui retratado, pôde-se constatar a deficiência comunicativa entre os detentos. Costumeiramente, as sessões eram iniciadas sentando em círculos e realizando uma dinâmica na qual cada pessoa deve dizer o seu nome e de todos aqueles que disseram o próprio nome antes dela, de modo que aquele que inicia o processo diz apenas o próprio nome e o último a falar deve repetir o nome de todos os presentes. A partir de interações simplórias como essa, percebeu-se que muitos deles praticamente não se comunicavam, ao ponto de que alguns sequer sabiam os nomes de seus colegas, mesmo após convivência de meses ou anos.

No ato de chegada dos estudantes do projeto, notou-se a prática de um ritual. Percebendo-se a presença de visitantes, os reeducandos apressam-se em tornar o espaço mais receptivo: ordenam a seus colegas que vistam as camisas, preparem as cadeiras e que aqueles que não queiram interagir se afaste do recinto. Diante de tal cenário, ocultam-se os indícios de que aquele seria um espaço de conflitos. Todavia, a perceptível carência comunicativa associada a relatos espontâneos revelam o oposta da aparência: desentendimentos e brigas motivam recorrentes expulsões de membros, que são transferidos para outros módulos, e até afastamentos de representantes eleitos<sup>2</sup>.

Cabe pontuar que o projeto Reconstruindo Elos atua em dois módulos, ambos são considerados como módulos especiais, seu diferencial aos demais seria essencialmente os

---

<sup>1</sup> Registro completo da ação de extensão disponível em: <<https://sigaa.sig.ufal.br/sigaa/public/departamento/extensao.jsf;jsessionid=FA109349AEFD83DED4D0E3F0A5F7B76C.srv2inst1>>. Acessado em 20 nov. 2020.

<sup>2</sup> Oportuno se faz atentar para a figura do representante de módulo, uma vez que são eleitos para administrar e dar voz aos colegas que compartilham do mesmo espaço – sendo inclusive o principal responsável por apaziguar desentendimentos entre os próprios companheiros. Por essa razão, ao se difundir a mediação nas penitenciárias deve-se, também, preocupar-se em capacitar os reeducandos que exerçam a função de representante, líder ou equivalente.

benefícios recreativos desse espaço: são maiores; mais ventilados; neles são permitidos itens vedados aos demais, como geladeira e televisão, aparelho de som e alguns utensílios de cozinha; além de possuírem um número menor de integrantes, estando entre os poucos a não exceder o número máximo de vagas para qual o espaço foi projetado (VIEIRA, 2017, p. 59). As atividades de extensão geralmente ocorreram em uma área a céu aberto do próprio módulo, similar a uma varanda, com entrada de sol e ventilação; mas cercada de muro e cerrada com grades em cima, onde os agentes penitenciários poderiam eventualmente transitar e ver o que estava sendo feito. A partir dessa sucinta descrição do ambiente posto como objeto do trabalho, pretende-se enfatizar seu caráter amostral e, de certo modo, distanciado da realidade penitenciária alagoana, em que apenados são abrigados em espaços ainda mais degradantes, o que, naturalmente, favorece a eclosão de conflitos que, não raramente, culminam em agressões, violências ou resultados ainda mais graves.

Diante desse cenário, a extensão assume um papel transformador ao promover um intercâmbio de saberes entre os universitários e os habitantes do cárcere, conforme defende Ana Gabriela Braga (2014, p. 347): “O comprometimento da universidade com uma questão social tão importante como o sistema carcerário possibilita ensinamentos e pesquisas integrados às atividades de extensão e, portanto, em contato direto com a realidade social e prisional”. Nesse processo, ao mesmo tempo em que se investiga as práticas relacionadas à execução penal, contribui-se para o processo de reintegração ao qual o sistema penal se propõe.

Assim, o contato com o outro que se costuma tratar como mero objeto faz superar a visão formal de considerá-lo abstratamente como sujeito passivo da sanção penal, dando vez a uma concepção pautada pela semelhança. Conforme leciona Paulo Freire (1985, p. 45), “O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um ‘penso’, mas um ‘pensamos’” – com essa associação de formas de pensar surge a comunicação, que consiste no âmago da prática extensionista. Em face da comunicação que se percebe o outro, antes visto como objeto, como sujeito capaz de contribuir para a formação dos seus próximos, ainda que pertençam a contextos distintos, como no caso em questão: a relação intersubjetiva entre extensionistas, reeducandos, e extensionistas com reeducandos.

Haja vista a centralidade da comunicação (ou, em alguns casos, a ausência dela) nas questões que permeiam a relação entre dois ou mais sujeitos, percebeu-se a necessidade de se

explorar o deficitário contato que se estabelecia entre os homens encarcerados. Surge assim a ideia de se levar os princípios da mediação de conflitos aos espaços de reclusão<sup>3</sup>, de modo a superar o histórico de tensões e desentendimentos e ensejar uma cultura de paz. Para concretizá-la, foi imprescindível a participação de extensionistas experientes na difusão da mediação entre leigos, o que ocorreu mediante a já mencionada parceria entre projetos de extensão.

Com vistas a fornecer uma capacitação básica aos reeducandos, planejou-se um minicurso com carga horária total de 12 horas e participação de 4 discente ministrantes e outros 14 discentes participantes, que se dividiram entre os módulos 7 e 8 do referido estabelecimento prisional, os mesmos em que o projeto Reconstruindo Elos vinha atuando. Em cada módulo, aproximadamente 20 reeducandos participaram das atividades, mesclando-se com os discentes participantes. Houve 4 encontros presenciais simultaneamente em cada módulo, tratando, respectivamente, de temas como: a conceituação de conflito; as modalidades de solução de conflitos; e a estruturação da comunicação. O que foi intercalado com dinâmicas lúdicas e interativas, de modo a assentar o aprendizado e dar visibilidade a sua aplicação prática.

Dito isso, o presente texto se propõe a discutir os resultados da referida iniciativa extensionista associando-a a uma pesquisa bibliográfica mais abrangente, na qual se pretende traçar um paralelo entre o caso analisado e os estudos desenvolvidos por outros pesquisadores. Para tal, segue-se com uma sucinta incursão nas especificidades que tornam os espaços carcerários diferenciados dos demais que se encontram na sociedade livre, sobretudo no que se refere às relações intersubjetivas entre os indivíduos que convivem no mesmo espaço. Em seguida, explora-se o arcabouço cognitivo da mediação de conflitos com vistas a explorar suas ferramentas para pacificação social dos ambientes prisionais. Por fim, sintetizam-se os resultados de incursão teórica com considerações finais.

## **2 O CÁRCERE COMO ESPAÇO DE CONFLITOS**

Conforme se pode deduzir a partir das descrições preliminares sobre o espaço prisional em que os extensionistas atuaram, o cárcere constitui-se num ambiente singular, capaz de

---

<sup>3</sup> Para fins de uniformização terminológica, será adotada a expressão “Mediação prisional”, em referência ao trabalho desenvolvido por Francisco Rodrigues (2012).

promover transformações únicas no modo de se relacionar de seus integrantes. Sob um prisma eminentemente jurídico, entende-se a prisão como espaço em que alguém, havendo infringido uma norma penal e sendo condenado por isso, deverá nela permanecer, tendo restrita sua liberdade de ir e vir, submetendo-se às regras de conduta da instituição, a título de pena em razão da ofensa a um bem jurídico tido como relevante pelo Direito. A concepção jurídica anterior, por si só, indica que um grande conflito é a razão da presença de alguém no cárcere, mas, para além disso, pouco é revelado sobre a realidade desse espaço.

Em face de tal limitação, as nuances dos espaços de reclusão são exploradas pelos estudos de Erving Goffman (2001), que os engloba no conceito geral de “instituições totais”, no qual as prisões estão incluídas junto com outras instituições como os manicômios, conventos e quartéis: “pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2001, p. 11). A característica principal desses espaços seria a tendência ao fechamento, o que poderia ser mais ou menos intenso a depender do contexto em questão. Isso implica a quebra da diversidade que se tinha com a liberdade: atividades como lazer, descanso ou trabalho, antes realizadas em locais distintos, com diferentes coadjuvantes, passam a ser desenvolvidas no mesmo espaço, a partir da interação com os mesmos sujeitos.

Tal monotonia traz significativos impactos na configuração social das penitenciárias, por torná-las espaços mais propícios aos conflitos e desentendimentos, uma vez que há uma sobrecarga de papéis sociais dos sujeitos em interação. No caso do estabelecimento prisional estudado, pode-se comparar o grau de fechamento entre os módulos especiais em que o projeto atuou e os módulos comuns. Nitidamente os primeiros eram dotados de maior liberdade e, por consequência, contato com o mundo exterior. Tal constatação implica considerar as discrepâncias de cada contexto ao se propor a mediação de conflitos como meio para pacificação social do cárcere.

Para além dos obstáculos objetivos a uma cultura de paz, há questões subjetivas que minam a comunicação que conduziria o entendimento entre os indivíduos. Dentre tais questões, a principal delas que, de certo modo, abarca todas as demais, seriam os estigmas que se formam a partir do ingresso na prisão. O primeiro deles se dá pela própria condição de preso, marcada pelo processo de entrada no sistema penitenciário, no qual o indivíduo é

despojado de todos os seus pertences, inclusive roupas e documentos, e devidamente uniformizado conforme padrões de identificação da instituição, o que é compreendido como a deterioração da identidade social (ADORNO, 1991, p. 25). A referida deterioração é um processo progressivo que, em sua perspectiva objetiva, a depender de quem esteja avaliando, soma-se a aspectos personalíssimos, como a fisionomia do indivíduo, o(s) crime(s) cometido(s) e as convicções pessoais (políticas, religiosas, morais, etc.).

Verificou-se em campo a veracidade dessa constatação indutiva. Era perceptível que alguns encarcerados, mesmo compartilhando do mesmo espaço e, aparentemente, da mesma condição (de preso), adotam, ainda que sutilmente, atitudes discriminatórias, com vistas a discriminar e distanciar aqueles que seriam considerados como mais perigosos. Não raramente, os juízos elaborados por reeducandos que tenham por fim discriminar outro reeducando são acompanhados de uma dicotomia entre “bandido” ou “pessoa de bem”, ou ainda entre os que merecem estar ali e os que não merecem. Nessa relação, aquele que discrimina se identifica como a pessoa de bem, vítima de uma pena injusta ou um engano, que não deveria estar ali junto com outro que seria, a seu ver, um bandido perigoso do qual é necessário se afastar.

Nesse sentido, o estigma social não seria apenas uma etiqueta valorada pelo outro: “é também uma busca interior de quem seja socialmente condenado à procura de simpatia pela imagem social de si mesmo tal e qual ela é produzida – tão intensamente – pelo próprio sistema judicial” (DORES, 2012, p. 46). Com isso, evidencia-se uma relação de complementaridade na degradação identitária subjetiva (em relação a si próprio) e objetiva (estabelecida em relação aos demais).

Diante dessa conjuntura, as estratégias de sobrevivências nas prisões perpassam pela assimilação de dois códigos de conduta, ambos ditam: “modos como a pessoa deve se portar na prisão e burlar as suas normas pode ser perigoso para o detento, principalmente em um ambiente onde a desconfiança se faz presente a todo o momento” (LIVRAMENTO; ROSA, 2016, p. 421). Sobre os dois códigos de conduta, um seria de caráter informal, que disciplina o modo de desenvolvimento da solidariedade entre os detentos, e outro de caráter formal, contendo normas institucionais definidas pelo estabelecimento prisional. Conforme os mesmos autores, ressalta-se também que a apreensão de tais normas se altera de acordo com o tempo de reclusão de cada indivíduo, de modo que aqueles de maior antiguidade na casa estão

mais integrados à subcultura carcerária do seu espaço e, assim, compreende melhor a conduta que é esperada pelos demais.

O concurso desses elementos subjetivos leva a impactos significativos no modo de relacionamento entre os detentos: “a escassa comunicação ou a comunicação desvalorizada (embevecida das mazelas do cárcere: ameaças, rixas, violência física, etc.) leva o interno à percepção de que sua existência depende do poder e da força que podem ter diante dos demais” (RODRIGUES, 2012, p. 119). O mesmo autor elenca outras dificuldades de se desenvolver trabalhos no cárcere, tais como a insalubridade e a deficiência na assistência institucional. Contudo, nos módulos prisionais nos quais o projeto atuou, tais limitações eram tênues se comparadas aos espaços onde se encontra a maior parte da massa carcerária, persistindo-se, todavia, as dificuldades relacionadas à comunicação, visto que, apesar de tais diferenças, não deixava de ser um espaço em que a obediência às normas se sobrepõe ao diálogo.

A partir desse sucinto apanhado sobre as (más) condições de existência no cárcere, sejam derivadas de aspectos físicos, subjetivos, ou institucionais, forma-se uma breve visão dos empecilhos a ser contornados ao se propor uma intervenção educacional voltada para seus habitantes. Por outro lado, tais condições devem ser encaradas como especificidades dos espaços pertencentes a instituições totais, de modo que devem ser levadas em consideração ao se formular estratégias de atividade – o que, porém, não implica necessariamente algo ruim, podendo até constituir uma vantagem para se alcançar os objetivos pretendidos. Assim, pretende-se, em sequência, explorar, em um plano teórico, as ferramentas metodológicas da mediação de conflitos que possam ser utilizadas para superar as dificuldades apresentadas e estabelecer uma tradição de comunicação e paz nos espaços prisionais. Além disso, discute-se também, de modo breve, os resultados da atividade de mediação executada por extensionistas – levando-se em consideração o cenário de dificuldades atenuadas se comparadas ao que se percebe em outros espaços de reclusão.

### **3 A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E O CÁRCERE**

Como visto, os espaços prisionais são marcados por elementos que o diferenciam dos demais espaços da sociedade livre, de modo que são gerados impactos diretos nas formas como as relações intersubjetivas se estabelecem. Sobre esse fenômeno, diz-se que há uma

cultura própria das penitenciárias (LIVRAMENTO; ROSA, 2016, p. 414), que pode estar mais ou menos presente, a depender do espaço em questão. Sabendo-se disso, ao se pensar uma atividade de mediação para apenados – ainda que, pela natureza especial dos módulos em que os extensionistas atuam, os óbices de uma cultura penitenciária são mais tênues – os idealizadores do minicurso de mediação prisional necessitaram traçar estratégias próprias para esse público, seja na fase de planejamento, seja na fase de execução.

Tais estratégias se coadunam com o pressuposto fundamental de respeito ao estatuto sociocultural dos sujeitos a quem se proponha mediar os conflitos, isto é, a condição *sine qua non* das práticas mediativas de se levar em consideração a ecologia social de tais sujeitos, de modo a permitir a plenitude da comunicação (MUSZKAT, 2008 p. 25). Conforme a mesma autora (2008, p. 13-14), a mediação se caracteriza pela transdisciplinaridade, isto é, um processo sincrético em que os métodos e saberes oriundos de disciplinas diversas são utilizados a partir das combinações que melhor atendam às necessidades de uma situação concreta, o que, em sua práxis, se respalda em três princípios: o rigor, em que se evita o reducionismo do senso comum, geralmente carregado de preconceitos morais e julgamentos equivocados; a abertura, o que implica na aceitação do desconhecido; e, por fim, a tolerância, através da qual se deve reconhecer e respeitar as verdades distintas daquelas que já se tem concebidas.

Em observância aos princípios que estruturam a mediação de conflitos, a programação do minicurso foi elaborada de modo a promover, de modo eficaz, a assimilação dos saberes que fomentam a busca por solucionar os impasses de modo não agressivo. Para alcançar esse fim, o primeiro dia foi dedicado a contextualização do conteúdo, com a apresentação da problemática a partir de exemplos concretos que ocorrem corriqueiramente no dia a dia de cada um. Buscou-se utilizar casos em que não evidenciasse a distinção entre as condições de encarcerado e pessoa livre, optando-se por ilustrações cotidianas ligadas a família e amigos<sup>4</sup> – o que se mostrou uma escolha correta, pois houve um notório interesse dos ouvintes, ainda que a fala fosse eminentemente teórica, com apresentação de conceitos basilares.

Dos conceitos apresentados, destaca-se o de conflito, partindo desde sua distinção

---

<sup>4</sup> Destaca-se que essa é uma escolha que se mostrou adequada em módulos especiais, onde estão os reeducandos de menor tempo de estadia no cárcere. Assim, percebe-se que o vínculo emocional com as lembranças da vida pré-reclusão revelam-se fortes mesmo entre aqueles que estão a mais tempo encarcerados, de modo que a opção por exemplificações ligadas ao cotidiano familiar, círculo de amizades, política, exemplos de ficção ou outros que não remetam à restrição da liberdade seriam os mais adequados para se discutir qualquer tema no cárcere.

entre uma competição saudável em que duas ou mais pessoas colocam suas capacidades à prova e uma tensão marcada por posições opostas diante de um mesmo objeto, tendo por marca o desassossego interior, um sentimento de stress psicológico e hostilidade latente em relação ao outro (SERPA, 1999, p. 18). Indo além, ressaltou-se também as proporções tomadas pelos conflitos que, não sendo dirimidos em sua origem, podem crescer e dar origem a outros, num processo espiral em que, quanto mais se tarda, mais difícil se torna solucionar.

A partir dessa introdução à problemática dos conflitos, dá-se vez aos meios de enfrentamentos, isto é, um breve estudo dos métodos de solução de conflitos, desde os pacíficos até os agressivos. Sempre ilustrando com exemplos, preferencialmente fictícios, apresentam-se as categorias: autotutela, heterocomposição e autocomposição. Evidentemente, prezou-se pela adoção da última, na qual se insere a mediação. Não foi difícil justificar suas vantagens em relação às demais uma vez que as experiências no cárcere, por si só, já se revelaram suficientes para que a autotutela seja enxergada com repulsa e a heterocomposição – em razão na descrença da capacidade do poder judiciário, de fato, fazer justiça – seja vista com suspeição.

Contudo, antes de se aprofundar na prática mediativa, buscou-se evidenciar centralidade da comunicação em qualquer processo de solução de conflitos. Por essa razão, prezou-se pelo discernimento entre a comunicação construtiva e a destrutiva, de modo a colocar em evidência a primazia de se escolher a forma adequada de se estabelecer a comunicação com o outro. Respalda-se nas teses de Carlos Eduardo de Vasconcelos (2017), estruturou-se essa etapa da formação em diretrizes para o diálogo com o próximo, tais como a escuta ativa, a realização de perguntas sem julgamento, o reconhecimento das diferenças, a não reação e a não ameaça. Trata-se de um pressuposto metodológicos para se solucionar e prevenir desentendimentos. Nesse sentido, explica-se a relevância da linguagem adequada, seja ela corporal, com o uso da postura e das expressões faciais adequadas; ou oral, optando-se por termos e expressões em que não estejam embutidos juízos depreciativos ou tendenciosos em relação à outra parte.

Finalmente, para se consolidar os princípios da mediação, utilizou-se como elemento lúdico a teoria dos jogos (VASCONCELOS, 2017, p. 188), no qual os embates são vistos sob o prisma dos resultados proporcionados às partes, sendo possíveis as relações: em que um

lado ganha e outro perde (ganha-perde) ou em que ambos ganham (ganha-ganha)<sup>5</sup>. Em busca da segunda relação, mister se faz identificar, na questão avaliada, a posição da cada um dos lados, isto é, a intenção que é declarada, e os interesses – a motivação de tal posição, o que geralmente se remete a uma necessidade subjetiva.

Para fixação de todos esses saberes, preparou-se, para os últimos dias de atividade, simulações práticas do que seria mediar conflitos reais, em diferentes contextos. Para abordagem de casos (irreais) que seriam mais sérios, utilizou-se, como referência, para fins de conhecimento, a mediação executada em âmbito judicial<sup>6</sup> o que implica a observância dos princípios norteadores da conduta do mediador (AZEVEDO, 2016, p. 250-252), a saber, os principais são: neutralidade e imparcialidade de intervenção; consciência relativa ao processo; consensualismo processual; decisão informada; confidencialidade; empoderamento; validação; simplicidade; informalidade; economia processual; celeridade; e oralidade flexibilidade processual. Embora muitos se refiram ao contexto judicial, o conteúdo principiológico dessas diretrizes é utilizável para o bom andamento da mediação realizada extraoficialmente em contextos diversos do cotidiano, ainda que com um grau de complexidade ínfimo.

A partir das atividades realizadas pelos extensionistas nos módulos prisionais descritos, teve-se uma amostra do potencial pacificador da mediação, não só pela sua capacidade de superar eventuais conflitos o que, apesar de figurar como um de seus elementos centrais, não é o seu único objetivo, uma vez que ela: “contempla um espectro mais abrangente, que diz com a capacidade do ser humano de resolver seus próprios problemas sem as fórmulas predeterminadas da legislação, e no sentido da construção de uma sociedade autônoma” (MAILLART; LAGINESTRA JUNIOR, 2015, p. 314).

Uma vez discutidos os resultados do minicurso de extensão de mediação prisional,

---

<sup>5</sup> Pode-se falar ainda em uma terceira possibilidade: os casos em que, além de as duas partes ganharem, a sociedade também sai ganhando de algum modo (ganha-ganha-ganha). Essa acepção mostra-se muito pertinente ao se avaliar os benefícios de se levar a mediação para o cárcere, uma vez que a pacificação desse ambiente, ensejando uma efetiva ressocialização e reintegração do apenado na sociedade gera um ganho coletivo inestimável, algo que se refletiria na segurança pública e na credibilidade das instituições de justiça penal.

<sup>6</sup> Muito embora não tenha sido esse o escopo do minicurso, com vistas a dar dimensão de capacidade de pacificação da mediação, foi apresentada a mediação judicial e como ela se constitui uma alternativa ao processo litigioso.

cabe uma breve associação aos estudos no mesmo sentido desenvolvidos por outros pesquisadores. Após uma breve busca bibliográfica, constatou-se que o principal trabalho a enfrentar a temática fora o de Francisco Rodrigues (2012), que se propõe a investigar “a possibilidade de implantar a técnica da mediação nos presídios do Estado do Ceará, com o objetivo de reduzir os conflitos internos ao sistema prisional e colaborar com a ressocialização do apenado” (RODRIGUES, 2012, p. 8).

Em sua conclusão, o citado autor reitera que a mediação desmistifica a ideia do conflito como algo negativo, indo além, ressalta-se que, espacialmente no cárcere, não só se supera o tradicional meio repressivo de enfrentamento dos confrontos entre colegas de cela, como também se oportuniza, através dos princípios da autocomposição, a transformação dos indivíduos (RODRIGUES, 2012, p. 136-137). Logo, responde-se à pergunta que intitula o trabalho (Mediação prisional é possível?) de modo afirmativo, considerando a mediação um procedimento adequado a ser aplicado em sistemas prisionais com fins de promoção pacífica das relações interpessoais e, em uma perspectiva mais abrangente, alcançar a paz social.

Por fim, destaca-se a inserção dos saberes da mediação de conflitos no cárcere como uma expressão da relação Universidade-Cárcere-Comunidade (BRAGA, 2012, p. 285). Essa seria matriz transformadora através da qual seria possível desenvolver, de modo contínuo e recíproco, as três instituições (termo em sentido metafórico) envolvidas. Muito embora o escopo do presente texto restrinja-se a análise das experiências empíricas supramencionadas e os aspectos teóricos metodológicos a elas associada, a menção a tese de Ana Gabriela Braga (2012) se justifica pela necessidade de se evidenciar a primazia das intervenções oriundas da sociedade civil em prol da efetiva reintegração social da pessoa presa. Desse modo, almeja-se que a iniciativa extensionista aqui relatada não seja uma exceção e que sejam amplamente exploradas as funções sociais da mediação de conflito, enquanto meio transformador da realidade comunitária contemporânea.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho aqui desenvolvido parte de experiências de campo que, associadas a uma pesquisa bibliográfica, exploram os caminhos e possibilidades dos usos da mediação de conflitos para promoção da pacificação social do cárcere. Considerando se tratar de espaços nos quais os mesmos indivíduos convivem, em espaços reduzidos, restritos da liberdade e da

qualidade de vida que tinham anteriormente, é natural pensar numa expressiva eclosão de conflitos. Logo, a proposta do trabalho se justifica pela possibilidade concreta de uma considerável promoção da pacificação social o que, por consequência, impactaria na solução de antigos problemas do sistema penal, como ineficaz reintegração do preso, violências, e incidentes criminosos, dentro do próprio cárcere, por motivos torpes.

Assim, houve uma convergência entre as conclusões chegadas pelos extensionistas o minicurso de mediação prisional e aquelas relatadas por outros pesquisadores que se propuseram a investigar as práticas mediativas para pacificação social e os conflitos dos espaços de reclusão. Portanto, o presente estudo enseja a consideração de que a mediação de conflitos, ainda que difundida por lições básicas, é eficaz para se dirimir os conflitos observados com singularidade em espaços de reclusão – desde que as estratégias pedagógicas para as levar observem as especificidades das instituições totais em questão. Favorece-se, assim, o tão aclamado ideal ressocializador ao qual o sistema penal hodierno se propõe.

Estando a eficiência das intervenções no cárcere ligadas ao conhecimento de suas nuances, o presente texto tem por finalidade trazer breves contribuições teórico-epistemológicas oriundas de experiências práticas associadas a sólidas produções bibliográficas. Destaca-se também a baixa produção acadêmica voltada para a temática da mediação prisional, razão pela qual não se pretende esgotá-la, mas constituir pontos de partida para futuras investigações e iniciativas interventivas semelhantes.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas: itinerário de uma pesquisa. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-17, 1991.

AZEVEDO, André Gomma de (Org.). **Manual de Mediação Judicial**. 6. ed. Brasília/DF: CNJ, 2016.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **Reintegração social**: discursos e práticas na prisão – um estudo comparado. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. Universidade e prisão: inspirações teóricas e experiências referências. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 16, n. 109, p. 345-371, Jun./Set. 2014.

DORES, António Pedro. Prisões e globalização. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; CARVALHO FILHO Milton Júlio de (org.). **Prisões numa abordagem interdisciplinar**.

Salvador: Edufba, 2012. p. 31-52.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LIVRAMENTO, André Mota do; ROSA, Edinete Maria. Homens no cárcere: estratégias de vida na prisão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 2, p. 412-426, dez. 2016.

MAILLART, Adriana Silva; LAGINESTRA JUNIOR, Nelson. Mediação como Prática de Reconhecimento da Pessoa Humana. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 301-316, Jul./Dez. 2015.

MUSZKAT, Malvina Ester. **Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2008.

RODRIGUES, Francisco William Lopes. **Mediação prisional é possível?**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2012.

SERPA, Maria de Nazareth. **Teoria e Prática da Mediação de Conflitos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

VIEIRA, Camila Yane Costa. Relato de convivência com apenados: um misto de medo surpresas e aprendizado. In: PIMENTEL, Elaine; VASCONCELOS, Ruth (org.). **Reconstruindo Elos**: experiências de extensão nos sistemas prisional e socioeducativo de Alagoas. Maceió: Edufal, 2017. p. 57-60.

## TECNOLOGIAS DIGITAIS NA DOCÊNCIA: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO *LÓCUS* FORMATIVO

ALVES, F. D. N.<sup>1</sup>; SILVA, D. G. da<sup>2</sup>; FERREIRA, A. de M.<sup>3</sup> & LIMA, L. de<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [fcodan15@gmail.com](mailto:fcodan15@gmail.com); <sup>2</sup>Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Grupo de Pesquisa Tecnodocência. E-mail: [daniellegonzaga9@gmail.com](mailto:daniellegonzaga9@gmail.com); <sup>3</sup>Graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [ferreira.alessandra.melo@gmail.com](mailto:ferreira.alessandra.melo@gmail.com); Doutora em Educação. Professora Adjunta da UFC lotada no Instituto Universidade Virtual. Líder do Grupo de Pesquisa Tecnodocência. E-mail: [luciana@virtual.ufc.br](mailto:luciana@virtual.ufc.br)

Artigo submetido em outubro/2019 - DOI 10.32356/exta.v20.n2.42561

### RESUMO

A inserção de tecnologias digitais à prática educativa é uma demanda central das sociedades contemporâneas, o que sugere a necessidade do desenvolvimento de saberes que permitam a apropriação destas pelo professorado. O potencial formativo das atividades de ensino, pesquisa e extensão fora do currículo formal pode contribuir significativamente para este processo. Assim, este estudo teve por objetivo identificar as transformações na compreensão sobre o uso das tecnologias digitais na docência por professores em formação inicial. Para isto, foi empregado um estudo

de caso com duas professoras em formação inicial e aplicados questionários antes e depois da utilização de tecnologias digitais na docência. A investigação demonstrou que as maiores mudanças atendiam a inquietudes iniciais, onde se destaca a superação de características vinculadas ao ensino tradicional. O estudo permitiu concluir que, ao resolver problemas concretos da docência, amparados pelas tecnologias digitais, ocorre a integração destas às competências dos sujeitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Docência. Licenciatura. Tecnologia Digital. Extensão Universitária. Compreensão docente.

## DIGITAL TECHNOLOGIES IN TEACHING: UNIVERSITY EXTENSION AS A FORMATIVE LOCUS

### ABSTRACT

The insertion of digital technologies in educational practice is a central demand of contemporary societies, which suggests the need for the knowledge development that allows their appropriation by teachers. The formative potential of teaching, research and extension activities outside the formal curriculum can contribute significantly to this process. Thus, this study aimed to identify the transformations in the understanding of the digital technologies use in teaching by teachers in initial education. For this, a

case study was employed with two teachers in initial training and questionnaires were applied before and after the digital technologies use in teaching. The research has shown that the biggest changes were due to initial concerns, such as the overcoming of characteristics linked to traditional teaching. The study concluded that, by solving teaching problems, supported by digital technologies, their integration with the subjects' competences occurs.

**KEYWORDS:** Teaching. Graduation. Digital Technology. University Extension. Teaching comprehension.

## 1 INTRODUÇÃO

A questão da inovação tecnológica na profissão docente é um tópico que tem ganhado cada vez mais relevância à medida que se intensificam os avanços das sociedades

contemporâneas ocidentais, caracterizando-se por sociedades informacionais (CASTELLS, 1999). Estas transformações sociais impactam diretamente no papel da educação escolar, assim como no papel dos profissionais da educação. Tem-se buscado, neste contexto, uma escola mais culturalmente contextualizada e eficiente, assim como superar a compreensão de que ela tem como único papel a transmissão do conhecimento (IMBERNÓN, 2004).

Muitos esforços neste sentido de transformação da docência e da escola vêm sendo realizados globalmente nos últimos anos. Aspectos como o paradigma das competências (RYCHEN; SALGANIK, 2003; PERRENOUD, 1999), avaliações em larga escala, multiculturalismo, metodologias ativas (BACICH; MORAN, 2018), dentre outros, surgiram como possíveis respostas aos problemas educacionais hodiernos e fatores de influência na transformação educativa para o século XXI.

A inovação essencial à transformação educativa, assim, ganha caráter formativo para o desenvolvimento da competência no uso das TDICs. Enfatizar esta necessidade, entretanto, corre o risco de adentrar à mesma tendência aqui apontada de indicar abstratamente o quê e como os professores devem fazer, sem levar em conta as condições e as experiências necessárias à sua realização. A capacidade de inovação deve estar ligada a uma sólida formação profissional, que permita o domínio do máximo possível de conhecimentos disponíveis relevantes à profissão, mobilizados no cotidiano de atuação, conforme a intencionalidade docente.

Todo este movimento requer a disposição de espaços, instrumentos e saberes que aumentem as possibilidades de ação docente, tornando viável a realização de práticas inovadoras e permitindo uma reflexão profunda sobre este fazer. Muitas delas são vividas na experiência de formação universitária, mas poucas vezes são registradas ou lembradas como fonte de saberes. Dentro de um meta-olhar, a Tecnodocência (LIMA; LOUREIRO, 2019) figura aqui como uma unificadora destas experiências que possibilitam a reflexão sobre a atividade docente.

Entende-se a Tecnodocência como um caminho alternativo de formação docente, uma configuração experiencial que permite viver o fazer docente de forma alternativa à tradicional. Este caminho alternativo se constitui por refazer a tríade: formação inicial, formação continuada e atuação prática, utilizando espaços da formação universitária. Assim, a disciplina de Tecnodocência, a participação no Grupo de Estudos de Tecnodocência (GET) e a realização de atividades docentes no *locus* da extensão refazem, respectivamente, essa tríade.

Diante disto, as reflexões e o levantamento de dados realizados se concentraram em um dos aspectos intrínsecos a esta integração e inovação: as compreensões dos professores em relação ao uso das tecnologias digitais. Elegeu-se, então, como pergunta de pesquisa a seguinte indagação: Como professores, em formação inicial, resignificaram suas compreensões sobre o uso das TDICs na docência, à medida que vivenciaram atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à docência integradas às TDICs? Desta maneira, foi objetivo desta investigação identificar as transformações ocorridas nas compreensões dos licenciandos em relação ao uso de tecnologias digitais na docência, após vivenciarem atividades na disciplina Tecnodocência.

## **2 A TECNODOCÊNCIA COMO ARRANJO INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO<sup>1</sup>**

A Tecnodocência apresenta uma concepção epistemológica de formação docente cujo núcleo está na integração entre docência e tecnologias digitais. Dentro desta proposta epistemológica, tal integração não é compreendida como um fim em si mesma, mas como um modo de favorecer uma transformação mútua entre estes dois polos. Visa-se, portanto, uma transformação das tecnologias que se incorporam à educação por meio da atividade educativa, ao mesmo tempo que à transformação educativa com colaboração das TDICs.

Lima e Loureiro (2019) traçam um conjunto de dez princípios que embasam os estudos e as práticas que se amparam na Tecnodocência como base teórica, são eles: a) professor também é aprendiz; b) professor e aluno são parceiros; c) conhecimento deve ser construído; d) construção deve estar pautada nos conhecimentos prévios do aprendiz; e) base de integração dos conhecimentos deve ser inter/transdisciplinar; f) professor deve fundamentar a prática docente; g) técnicas e metodologias devem ser flexíveis; h) aprendiz é desenvolvedor de processos, produtos e conhecimentos; i) docência se transforma com integração das TDICs; j) TDICs se transformam com integração da docência.

A materialização da Tecnodocência e destes princípios se manifesta concretamente na ação de qualquer educador que nela se ampare para realizar a ação educativa. Elas estão ainda presentes em diversas experiências descontínuas que permeiam a formação de docentes. Neste sentido, abrange um conjunto de experiências que recriam, analogamente, o processo

---

<sup>1</sup> Argumenta-se a impossibilidade de discutir o conceito de Tecnodocência em sua totalidade neste texto. Ao leitor/a interessado/a ver LIMA, L; LOUREIRO, R.C. **Tecnodocência**: concepções teóricas. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

tradicional de formação, que envolve o curso de disciplinas, estudos teóricos e de pesquisa<sup>2</sup> e a vivência concreta da atividade pela execução de práticas educativas.

Respectivamente, estas experiências convergem nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; experiências descontínuas que fazem parte da vivência e que são geralmente pouco consideradas, por serem elementos extracurriculares e de difícil avaliação. Tal percurso, reconstruindo o percurso formativo tradicional, permite compreender a Tecnodocência como um entre-lugar de formação (NÓVOA, 2016).

A ideia de entre-lugar é proposta por Nóvoa (2016) como um arranjo institucional que supera a tradicional divisão teoria-prática dos cursos de formação, de modo a favorecer a imersão profissional e a reflexão teórica sobre ela, baseada em sólidos saberes sobre a educação. A principal característica desta noção de entre-lugar é a alternância entre a prática profissional e o estudo teórico denso.

Inspirando-se, então, nesta proposta, a tríade ensino-pesquisa-extensão é compreendida como este arranjo institucional, que permite vivenciar situações variadas do percurso formativo da docência. Tal percurso remete respectivamente, como já apresentado, à disciplina de Tecnodocência, à realização de estudos e pesquisas sobre temas vinculados à Tecnodocência e à realização de atividades docentes amparadas na Tecnodocência e, como consequência, em integração reflexiva com as tecnologias digitais.

Este é um processo através do qual a extensão, entendida como *lócus* de realização de atividades educativas, torna-se um espaço de inovações construídas pelo professor sobre seu fazer, permitindo o desenvolvimento de arranjos didáticos que se diferenciam da racionalidade técnica. Tal processo coloca a inovação dos docentes como fator de aprendizagem essencial para a reconstrução de novas compreensões – ou ressignificação de anteriores - sobre a prática educativa.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Esta investigação consistiu em um estudo de caso exploratório de natureza qualitativa. Desta forma, enfocou um fenômeno contemporâneo em seu contexto real (YIN, 2015) e seguiu uma abordagem dentro dos princípios apontados por Bogdan e Biklen (1994), sendo eles: ter o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como principal instrumento; ser predominantemente descritiva; focar no processo em detrimento do produto; a análise dos

---

<sup>2</sup> Ressalta-se a importância de considerar a dimensão investigativa na constituição formativa do/da educador/a.

dados apresentar caráter predominantemente indutivo e atribuir importância aos significados.

Participaram do estudo duas estudantes de Licenciatura – que aqui serão tratadas simplesmente como professoras<sup>3</sup>, das áreas de Letras e Pedagogia. As participantes possuíam média de idade de 22 anos, eram ambas do gênero feminino com experiências anteriores em temas relativos à informática e ao uso de tecnologia no trabalho, mas apontaram na disciplina Tecnodocência e nas atividades que propiciaram uma das primeiras experiências em utilizá-las como ferramenta educativa, sendo a primeira com amparo em teorias didático-pedagógicas.

No momento da pesquisa, os sujeitos haviam sido inseridos na Tecnodocência como atividades de ensino, pesquisa e extensão e realizaram, amparados nessa concepção epistemológica, atividades de estudo teórico, construção de Materiais Autorais Digitais Educacionais (MADEs), estudos teóricos sobre temas que permeiam a Tecnodocência e, principalmente, inseriram as tecnologias digitais em diversas práticas educativas concretas. Nestas práticas, a Tecnodocência inseriu-se como uma base teórica de reflexão sobre o fazer.

A disciplina Tecnodocência, mais especificamente, funciona como uma disciplina que recebe semestralmente alunos de diversos cursos de Licenciatura, assim como de cursos como Sistemas e Mídias Digitais (SMD). Tem como proposta a realização de uma formação inicial e potencial para o uso de tecnologias na prática docente, entendida como meio de aumento das potencialidades de mudança. Os estudantes trabalham em grupos interdisciplinares, realizando atividades de estudos e práticas em grupos, orientados na realização das ações didáticas propostas, ressignificando os conceitos em vivências de docência. A disciplina incorpora, ainda, os princípios da aprendizagem significativa e do construcionismo.

Na extensão, o Grupo de Estudos Tecnodocência (GET) se reúne para organizar práticas educativas concretas em espaços externos à universidade ou trazer a comunidade à universidade, de modo a promover integração entre diferentes áreas do conhecimento. De modo geral, nesta organização ocorrem atividades que, além de apresentar práticas docentes inovadoras à comunidade e aos profissionais da educação, permite um espaço de atuação reflexiva a estudantes de Licenciatura e propicia um *lócus* de realização de inovações, reflexões e ressignificações de saberes profissionais.

No que se refere ao delineamento, o estudo foi organizado dentro da sequência planejamento, coleta e análise. A fase de planejamento abrangeu a definição do caso, a definição dos objetivos, a organização dos protocolos de pesquisa, e os instrumentos a serem

---

<sup>3</sup> Propõe-se licenciatura e formação inicial como sinônimos.

aplicados com os sujeitos da pesquisa.

A fase de coleta ocorreu com a aplicação de dois questionários semiabertos. O primeiro questionário foi referente aos conhecimentos prévios dos estudantes, onde foram indagados sobre como eles consideram que uma aula utilizando tecnologias digitais poderia acontecer. Para a aplicação deste questionário, foram apresentados os protocolos de pesquisa, que detalham os objetivos da investigação e estabelecem os compromissos pesquisador-sujeito. O segundo questionário foi aplicado com os mesmos sujeitos que, após um período de um ano após sua conclusão da disciplina, após sua integração em atividades de pesquisa e extensão ligadas à Tecnodocência, responderam aos mesmos questionamentos. Neste segundo questionário, foram listadas as atividades realizadas pelos sujeitos. Indagou-se, ainda, como eles viam a inovação nestas atividades, para que pudesse ser feito, então, o contraste comparativo entre os conhecimentos prévios e os conhecimentos pós vivências reflexivas na Tecnodocência.

A análise dos dados foi guiada pelo tratamento de dados a partir do zero (YIN, 2015) que tem como objetivo o levantamento de *insights* iniciais sobre o assunto e promove um movimento indutivo. A escolha desta estratégia se deu em decorrência do caráter exploratório do estudo.

Inicialmente, a partir do questionário inicial, foram caracterizadas as compreensões prévias dos sujeitos sobre a inserção das tecnologias digitais na realização de uma aula. Neste momento, foram observados, especialmente, como pensam a inserção de artefatos tecnológicos e que tendência à forma de uso destes artefatos são apresentadas – se tendem ao construcionismo ou ao instrucionismo – e o papel que possuiriam caso inseridos na prática pedagógica. Tal procedimento é relativo ao primeiro objetivo específico.

No questionário 2, por sua vez, foram listadas as atividades realizadas pelos estudantes e lhes foi indagado sobre como compreendiam a inovação nestas atividades, o que eles consideram de mais significativo como aprendizado destas atividades e que consideram um aprendizado incorporado a seus saberes práticos. Em seguida, foi repetida a mesma pergunta do questionário anterior, observando-se as mesmas categorias elencadas. Este segundo momento remete ao segundo objetivo específico.

Por fim, estabeleceu-se uma triangulação entre ambos os questionários e o referencial teórico, de modo a buscar os contrastes e as diferenças das informações para o alcance do objetivo geral. Para garantir, ainda, o caráter ético deste estudo, além da apresentação dos

protocolos de pesquisa, foram preservadas quaisquer potenciais fontes de identificação dos participantes, em especial os nomes. Para isto, foram utilizados pseudônimos relativos à área do conhecimento: professora de letras e professora pedagoga.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Quando se indaga sobre o uso de tecnologias digitais na prática docente, em especial sobre o sentido de tal uso, uma primeira variável a ser considerada de forma central é a noção de docência. Um segundo fator de importância, que de certa maneira é oriunda desta noção de docência, é o papel atribuído aos artefatos tecnológicos utilizados. Desta forma, serão estas as duas variáveis principais a serem aqui analisadas em relação a cada professora em formação inicial, partindo da premissa de que o segundo é herdeiro do primeiro, portanto, interligados.

### **4.1 Noções prévias de docência e o papel da tecnologia digital**

A resposta inicial dos sujeitos estudados traz suas compreensões a respeito de como uma aula integrada com tecnologias digitais poderia ocorrer. Dentro das respostas, a tradicional questão da dissociação entre conhecimento disciplinar e conhecimento pedagógico (LIBÂNEO, 2015) figura como uma questão transversal central, explicitada a partir do contraste entre as áreas do conhecimento de origem de cada sujeito.

Neste sentido, a professora de Letras destaca que o uso de tecnologia teria, primordialmente, duas principais, ser fonte informacional para a busca de conteúdos significativos e promover ludicidade: “Ela [a tecnologia digital] pode trazer o conteúdo programático adicionado aos meios tecnológicos na sociedade e que integram a vida dos alunos. Fazendo uma aula criativa, diferenciada e interativa.” (professora de letras).

No que se refere à noção de docência, a compreensão de tecnologias como fonte informacional traz consigo uma compreensão que se encaixa em tendências pedagógicas que valorizam o conteúdo no processo ensino-aprendizagem, como nas teorias tradicional, histórico-crítica e crítico-social dos conteúdos (LIBÂNEO, 1994).

Tratando especificamente da inserção do artefato tecnológico, isto pode ser melhor entendido a partir da distinção feita por Papert (2008) entre instrucionismo e construcionismo. Ao tratar da aprendizagem mediada pelo computador, o autor define que instrucionismo é uma visão epistemológica da aprendizagem que parte do concreto ao abstrato. Complementa que, dentro de uma perspectiva ideológica, o instrucionismo é uma crença de que a instrução é o

caminho ideal da educação escolar, devendo ser aperfeiçoado (PAPERT, 2008). Em oposição a esta visão, propõe que “o construcionismo é uma filosofia de uma família de filosofias educacionais que nega esta ‘verdade óbvia’.” (PAPERT, 2008, p. 134).

A compreensão relatada oscila entre as duas categorias. Portanto, não pode ser categorizada integralmente em nenhuma das duas. A ideia de centro no conteúdo, pode-se dizer, está mais próxima ao instrucionismo. Porém, no relato há uma rejeição em potencial a este modelo, expressa a partir de dois aspectos. O primeiro deles é a preocupação com uma aprendizagem significativa, não necessariamente expressa a partir de nenhuma teoria a respeito. Isto pode ser compreendido a partir da preocupação de contextualização deste conteúdo com a vida dos alunos. O segundo ponto remete à preocupação de inserção de um caráter mais lúdico às aulas. Em especial, o termo “diferenciado” expressa uma preocupação que sugere um ponto de comparação, onde pode inferir-se que este ponto comum ao qual se quer fazer contraste são as aulas tradicionais.

A professora pedagoga levanta uma preocupação com princípios gerais sobre um modelo de aprendizagem. Com isso, prevê a inserção da tecnologia em uma aula considerada adequada por ela. Neste sentido, aponta que:

“[Uma aula integrada a tecnologias digitais ocorre] da mesma maneira de que as demais. Parto do princípio de que os alunos devem construir seu próprio conhecimento, a partir das relações interpessoais, bem como na exploração do ambiente e todos os recursos que o mesmo oferece. Trazer as tecnologias digitais para um contexto escolar é utilizar ferramentas já conhecidas e adotadas pelos discentes, para um contexto de aprendizagem, de busca por aquilo que se deseja saber.” (professora pedagoga).

No tocante à noção de docência, a professora pedagoga traz uma noção predominantemente construtivista, caracterizada em especial pela compreensão da exploração do sujeito para construir conhecimento e pelo conteúdo embasado no “que se deseja saber” e, ainda, pela noção de “construção do próprio conhecimento”.

Tudo isto pode ser relacionado à origem no curso de pedagogia, curso de predominância teórica e tradição construtivista, a partir de pensadores como Emília Ferreiro e Jean Piaget. Esta tradição, ampliada ao que se denomina sócio-construtivismo, também pode ser compreendida na noção de “aprendizados nas relações interpessoais”, relacionada diretamente ao pensamento vigotskiano.

Há um contraste em relação à professora de letras neste caso, decorrente do foco existente em cada relato. A professora pedagoga estabelece seu foco em diretrizes e premissas de uma aula adequada em sua compreensão, diferentemente da professora de letras que se

preocupa mais diretamente com procedimentos. Isto pode ser explicado pela tradição de cada área de formação.

Como mostra Libâneo (2015), o curso de pedagogia possui um caráter de maior valorização do conhecimento pedagógico em relação ao conhecimento disciplinar. Isto é, ênfase no conhecimento teórico sobre educação em detrimento dos conteúdos a serem ensinados. Em cursos de licenciatura especializada, como é o caso do curso de letras, mostra o autor, há uma ênfase no conhecimento disciplinar. Isto significa que os conhecimentos especializados da área específica do saber se sobressaem em relação aos conhecimentos pedagógicos (idem).

Por tudo isso, a noção de docência, neste caso, pode ser caracterizada como mais próxima ao construcionismo e, com isso, o papel da inserção de artefatos tecnológicos, na compreensão desta professora, traz uma noção de autonomia. Para ela, a tecnologia permitiria que os alunos buscassem o que desejam saber, dando ênfase à curiosidade exploratória do alunado - deve-se recordar que se trata de contexto escolar. No que se refere a esta inserção, portanto, há pouca ênfase no processo metodológico que transporia os princípios apontados.

Com base nesta discussão, a cultura organizacional das áreas de formação mostra-se um ponto relevante na construção de sentidos da profissão. Pode-se afirmar a nível de tendência - e com a devida cautela - que a dissociação entre conhecimento pedagógico e disciplinar influencia este processo. No curso onde há ênfase no conhecimento pedagógico, há um destaque nas premissas e modelos. No curso onde há ênfase no conhecimento disciplinar, predomina a preocupação com o conteúdo.

#### **4.2. (Re)significando conhecimentos prévios: processo e produto**

Como discutido de maneira mais extensa no decorrer deste texto, as compreensões sobre a profissão advêm, em grande parte, das experiências que com elas se relacionam. A noção do saber experiencial como um saber de base para a formação (TARDIF, 2014), permitindo uma ressignificação de compreensões preconcebidas sobre a atividade docente, põe a vivência da profissão em *status* de protagonista no processo formativo. Com isto, analisa-se aqui o processo da reflexão no contexto das vivências de docência integradas às TDICs.

Desta forma, este segundo tópico apresenta quatro aspectos iniciais, que buscam descrever o processo: a vivência no contexto da Tecnodocência, a inovação neste contexto, os conhecimentos desenvolvidos apontados pelos sujeitos e a compreensão atual sobre o uso das

TDICs na aula. Sobre este último, traça-se o comparativo entre os dois pontos analisados no tópico anterior, estabelecendo como foco final da análise: a compreensão de docência e o papel atribuído ao artefato tecnológico na aula.

No que se refere às experiências no contexto da Tecnodocência, ambas as professoras viveram um conjunto de experiências similares. Cada uma delas cursou e concluiu a disciplina de Tecnodocência, participou de grupos de estudos sobre o tema e realizou estudos contextualizados pela temática da Tecnodocência. Tais estudos estavam vinculados a outros temas de interesse. Dentro de cada uma destas experiências, há diversas atividades, onde se destacam como vivências de prática pedagógica a construção de Materiais Autorais Digitais Educacionais (MADEs) e a execução de aulas em contexto escolar.

Com isso, ao falar da inovação em suas experiências concretas, a professora de letras afirma que: “[a atividade foi inovadora] em alguns momentos. As aulas tiveram momentos de produção (construção do MADE) que considero inovadoras para o ensino e também tiveram momentos que não fugiram do tradicional (aulas expositivas).” (professora de letras).

Neste aspecto, a professora de letras entende a inovação como diferenciar-se concretamente na forma de execução da aula. Para ela, uma atividade docente inovadora constituiu-se por diferenciar-se da tradicional. Esta noção se encaixa na definição de inovação docente aqui apontada, pois vê o professor como centro da inovação.

A professora pedagoga, por sua vez, afirma que elas foram inovadoras: “por permitir que o discente desenvolva um MADE em diversos formatos e de maneira interdisciplinar, o que não é tão comum [...]” (professora pedagoga). Neste sentido, a professora pedagoga vê a inovação a partir da possibilidade de um novo modelo de funcionamento das aulas. Assim, faz uma relação indutiva entre a forma da aula e o alcance de alguns paradigmas apontados por ela como importantes no tópico anterior, como a autonomia na construção e no trabalho interdisciplinar.

Ambas as professoras relatam a vivência de inovações. Da forma como foram relatadas, tais vivências demonstram um potencial reflexivo, de construção potencial de novas habilidades. Elas, todavia, não se demonstram suficientes para promover um rompimento de paradigma, caso ele seja um objetivo, por uma questão de quantidade.

Há necessidade de uma continuidade maior das experiências para que estas reflexões possam construir novas formas de atuar. Todavia, muitos conhecimentos podem ser compreendidos como significativos para a continuidade da vida profissional. Neste sentido, a

professora de letras relata como principais aprendizados que considera levar para sua atuação como professora “as concepções do construcionismo e as ideias para realizar a utilização das tecnologias digitais.” (professora de letras).

Neste sentido, complementa a professora de letras, que percebe em sua forma de ver-se como professora, algumas mudanças. Em suas palavras: “percebi que posso ser professor sem ser o centro da construção do conhecimento. Vejo que meus alunos são os principais agentes.” (professora de letras).

O relato da professora oferece uma primeira pista sobre os principais aprendizados internalizados e as influências deles sobre a compreensão de docência que ela possui. Inicialmente, ela ressalta como pontos mais significativos a aprendizagem do construcionismo e ideias para implantar as tecnologias digitais na aula. Em outras palavras, pode-se afirmar, relata a construção de um novo princípio e considera, hoje, ser capaz de conceber meios para transpô-los em práticas concretas.

No caso da professora pedagoga, ela afirma como principais conhecimentos internalizados:

“a riqueza das trocas de saberes em uma prática interdisciplinar, a importância de estimular a autonomia discente e de aproximar os conteúdos escolares de sua realidade, tornando o processo de aprendizagem muito mais criativo e significativo.” (professora pedagoga).

Em seu relato, a professora pedagoga aponta como maiores aprendizados um conjunto de pressupostos atitudinais sobre a profissão. Neste sentido, além de focar novas aprendizagens não declaradas no momento inicial como a interdisciplinaridade, reafirma os princípios considerados por ela importantes. No caso desta, a experiência teve um caráter de aprofundamento, permitindo uma ampliação dos conhecimentos declarados no início. Em seu caso, sua perspectiva construcionista foi ampliada.

Isto pode ser notificado, ainda, em sua forma de ver-se como professora, ao relatar que: “Após cursar a disciplina pude perceber a integração das TDICs sob uma nova perspectiva. Antes acreditava eu que deveria apresentar e direcionar todas as ações dos alunos ao utilizar tais recursos [...]” (professora pedagoga).

Essa síntese de seu relato demonstra que, apesar de conceber um modelo de aula construtivista, ao ver-se no desafio de construir um novo modelo de aula, a professora tinha dificuldades em transpor seus princípios em integração tecnológica. Com isso, recorria ao modelo internalizado tradicional, por motivos que não podem ser apontados apenas por este

relato.

Em ambos os casos, as professoras relatam a construção de conhecimentos significativos para a profissão. Um ponto relevante neste sentido é o contraste do que cada conhecimento significa para cada professora em relação aos conhecimentos prévios.

No caso da professora de letras, ela relata “a concepção do construcionismo”, um conhecimento de tipo filosófico-pedagógico. Isto contrasta com sua noção inicial de centro no conteúdo. Permite, também, ver que, a partir desta base teórica, resolveu sua preocupação inicial com uma diferenciação do modelo tradicional. Por sua vez, a professora pedagoga enfoca questões atitudinais gerais. Todavia, nesta nova resposta, ela traz pontos relativos a conteúdos e a processos, como a ludicidade das aulas – algo que estava na preocupação inicial da professora de letras. Com isso, relata ter aprendido formas de construir a aula que considera adequada.

No que se refere à noção de docência, portanto, a professora de letras aprofundou-se a nível teórico e aproximou-se mais do construcionismo, enquanto a professora pedagoga relatou ver concretamente formas de fazer acontecer uma aula como considerava mais adequada, isto é, enfocou processos.

Estas mudanças apontadas na noção de docência permitem aproximar às transformações na inserção de novos aparatos tecnológicos nesta atividade. Neste sentido, o refazimento da pergunta original no tópico anterior, “como você considera que pode acontecer uma aula usando tecnologia digitais”, traz o produto de todo o processo de transformações e aprendizagens relatados no decorrer desta seção. Com isso, a professora de letras afirma: “A aula pode se encaixar mais na realidade dos alunos com o uso de tecnologias, além de torná-los produtores do conhecimento.” (professora de letras). O relato da professora permite o estabelecimento de um contraste significativo, porém sutil.

Em sua resposta inicial, a professora de letras entendia que a tecnologia digital poderia aproximar o conhecimento da vivência dos alunos. Sua resposta anterior confirma essa expectativa. A grande diferença, entretanto, está no sujeito da ação. Na primeira resposta, sugere que ela faria tal contextualização. Neste segundo caso, coloca-os como os produtores e entende que “a aula pode se encaixar na realidade dos alunos”, diferentemente do “encaixe” dos alunos a um conteúdo já contextualizado. Com isso, os alunos figuram mais centrais no processo de ensino-aprendizagem.

A questão do papel do artefato ganha dois aspectos. O primeiro deles confirma a

expectativa pela aprendizagem significativa apresentada no primeiro relato, onde a utilização de novos recursos poderia facilitar tal aspecto. O segundo ponto diz respeito à construção de um princípio: a autonomia.

A professora pedagoga, por sua vez, relata neste segundo momento que:

“[uma aula utilizando tecnologias digitais] pode acontecer de diversas maneiras: na construção pelos alunos de materiais digitais (texto, slides, planilha, vídeo, blog), em aulas práticas dos alunos produzindo conteúdo, na pesquisa de alunos pela internet, na leitura de material disponível na internet, dentre outros.” (professora pedagoga).

Em sua nova visão de utilização das TDICs para realizar uma aula, a professora fornece exemplos de propostas didáticas. Neste sentido, seu relato ressalta o aprendizado de diversas formas de pôr em prática os conhecimentos construídos e os princípios declarados. Assim, sua vivência possui um caráter predominante de aprendizados do “como fazer”. O artefato, assim como no caso anterior, possui o papel de facilitar este processo. A grande diferença, em seu relato, está na inserção do artefato em um arranjo metodológico, e não mais relacionado ao modelo das aulas.

Neste último ponto focado, repete-se o contraste entre os aprendizados relevantes em cada caso. Oriundo da dissociação teoria-prática, isto parece ser enfrentado à medida que desafios concretos de docência são colocados aos estudantes, pois eles constroem novos saberes diante daquilo que consideram problemático. Assim, o conhecimento demandado pelos discentes em formação é aquele que aparece como mais significativo após a vivência reflexiva, o que demonstra a relevância da aprendizagem significativa também na formação docente.

## **5 CONCLUSÃO**

Este trabalho iniciou-se levando em consideração a demanda pela incorporação das tecnologias digitais à docência, a necessidade de que essa incorporação esteja centrada na intencionalidade pedagógica do professorado e, em consequência, a relevância formativa das experiências vividas além da grade curricular como meio de construção de sentidos. Com isso, buscou investigar as principais mudanças ocorridas nas compreensões de licenciandos sobre o uso de tecnologias digitais na prática docente, enfocando as experiências no contexto da Tecnodocência e contemplando atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As experiências ligadas à Tecnodocência se destacaram em dois aspectos: o trabalho interdisciplinar e a aprendizagem significativa como princípio formativo. O trabalho interdisciplinar contribuiu com a troca de saberes entre as diferentes áreas do conhecimento,

colaborando com o enfrentamento da dissociação entre conhecimento pedagógico e disciplinar, além de contribuir ao enfrentamento da fragmentação do saber. Por sua vez, a aprendizagem significativa, ao tomar o conhecimento prévio dos estudantes como ponto de partida para novas problematizações e aprendizagens, estimulou a mobilização de conhecimentos anteriores para a solução das inquietudes.

Isto permitiu reafirmar, ainda, a inovação docente como elemento formativo, pois à medida que a docência ganha um caráter criativo, estimulou-se o desenvolvimento dessa capacidade de mobilizar conhecimentos para a solução das demandas imprevistas, desenvolvendo competências práticas. Com base nos resultados aqui encontrados, surgiu como uma resposta plausível ao problema da formação para enfrentar situações imprevistas, a inovação como elemento formativo, por ser ela uma forma de enfrentar as zonas indeterminadas, e, neste processo, contar com a colaboração de outros profissionais para resolver problemas oriundos da vivência profissional. Permitiu, ainda, reafirmar a importância da indução profissional.

Algumas limitações intrínsecas deste estudo levaram, muito mais que a conclusões, à construção de novas conjecturas, a serem respondidas em trabalhos posteriores. Inicialmente, há de ser aprofundada a análise das compreensões, traçando um estudo de caráter descritivo. Isto deverá acontecer a partir de um estudo mais gradual, enfocando cada experiência separadamente, para reconstruí-la novamente através da triangulação de dados coletados em pesquisa posterior. Mais ainda, cada compreensão deverá ser aprofundada problematizando as noções de instrucionismo e construcionismo. O segundo ponto está na ampliação do conjunto de experiências analisadas, para permitir uma descrição mais profunda do processo de ressignificação dos sentidos, a partir de instrumentos menos estruturados e mais dialogados.

## REFERÊNCIAS

BACICH, L; MORAN, J (Org). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, J. C. Formação de professores e didática para desenvolvimento humano. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 40, n. 2, 2015, p. 629-650.

LIBÂNEO, J.C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

LIMA, L.; LOUREIRO, R. C. **Tecnodocência**: concepções teóricas. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cad. Pesqui.** [online]. São Paulo, v. 47, n. 166, out./dez. 2016, p.1106-1133.

PAPERT, S. **A máquina das crianças**: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RYCHEN, D. S. SALGANIK, L. H (Org). **Key competencies**: for a successful life and a well-functioning society. Toronto: Hogrege e Hufer Publishers, 2003.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## EDUCAÇÃO CONTINUADA NO TRANSPORTE DE MATERIAIS RADIOATIVOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

SILVA, C.<sup>1</sup>; CARDOSO, I. A.<sup>2</sup>; JESUS, K. S.<sup>3</sup>; AVILA, M. L. R.<sup>4</sup> & REINRT, N.<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Mestre em Proteção Radiológica pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Professora do departamento de serviço e saúde – IFSC. E-mail: [charlene.silva@ifsc.edu.br](mailto:charlene.silva@ifsc.edu.br); <sup>2</sup> Graduando do curso superior de tecnologia em Radiologia pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). E-mail: [itamara.a@aluno.ifsc.edu.br](mailto:itamara.a@aluno.ifsc.edu.br); <sup>3</sup> Graduando do curso superior de tecnologia em Radiologia pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). E-mail: [kethylen.silva@hotmail.com](mailto:kethylen.silva@hotmail.com); <sup>4</sup> Graduando do curso superior de tecnologia em Radiologia pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). E-mail: [maludarosa99@gmail.com](mailto:maludarosa99@gmail.com); <sup>5</sup> Graduando do curso superior de tecnologia em Radiologia pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Artigo submetido em dezembro/2019 - DOI 10.32356/exta.v20.n2.43038

### RESUMO

O cenário do projeto de extensão tem um importante papel para a sociedade, pois desenvolve o contato dos acadêmicos com o público, permitindo a aplicação da práxis acadêmica. Esta atividade extensionista teve como objetivo capacitar os Guardas Municipais de Florianópolis a respeito do Transporte de Materiais Radioativos que é realizado rotineiramente na cidade. Estes materiais são conhecidos como radionuclídeos, sendo amplamente utilizados da área da radiologia. A ação foi composta por uma palestra de educação continuada, bem como diagnóstico do conhecimento prévio destes sujeitos por meio da

aplicação de dois questionários. A análise referente aos questionários aplicados na palestra mostrou que o nível de conhecimento entre os GMF é caracterizado como péssimo quando perguntado sobre radiação, dose, meia vida radioativa, contaminação, fiscalização de veículos transportando materiais radioativos, símbolo internacional da radiação e acidente envolvendo esse tipo de veículo. Expondo a necessidade de cursos de atualização envolvendo aulas teóricas e práticas para esses profissionais que fiscalizam o trânsito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações Comunidade-Instituição. Proteção Radiológica. Radioatividade.

## EXTENSION AS AN INSTRUMENT OF CONTINUING EDUCATION IN THE TRANSPORT OF RADIOACTIVE MATERIALS: AN EXPERIENCE REPORT

### ABSTRACT

The scenario of the extension project has an important role for society, because it develops the contact of academics with the public, allowing the application of academic praxis. This extensionist activity aimed to empower the Guarda Municipal of Florianópolis regarding the transportation of radioactive materials that is routinely carried out in the city. These materials are known as radionuclides, being widely used in the field of radiology. The action consisted of a lecture on continuing education, as well as the diagnosis of previous knowledge of these subjects through the

application of two questionnaires. Data analysis regarding the questionnaires applied in lectures showed that the level of knowledge among the GMF is characterized as poor when asked about radiation, dose, half-life radioactive, contamination, vehicle inspection transporting radioactive materials, international symbol of radiation and accident involving this type of vehicle. Exposing the need for refresher courses involving theoretical and practical classes for these professionals who oversee the traffic.

**KEYWORDS:** Community-Institutional Relations. Radiation Protection. Radioactivity.

### 1 INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) vem cumprindo as diretrizes estipuladas pelo Ministério da Educação a respeito da curricularização da extensão. Neste aspecto, os

discentes da terceira fase do Curso Superior de Tecnologia (CST) em Radiologia desenvolveram uma proposta multidisciplinar em conjunto com a Guarda Municipal de Florianópolis (GMF). A guarda municipal é responsável pela proteção ampla da municipalidade, garantia da integridade de seu patrimônio físico e ambiental, além de orientar e fiscalizar o trânsito de veículos e as posturas municipais (FLORIANÓPOLIS, 2019). A ideia nasceu frente à necessidade destes profissionais compreenderem os aspectos relacionados ao Transporte de Material Radioativo, já que a região conta com serviços de saúde especializados que utilizam essas substâncias em sua prática clínica. Os materiais transportados são conhecidos como radionuclídeos que são empregados na área médica e da radiologia, principalmente na Medicina Nuclear.

Com o intuito de capacitar esse grupo de profissionais, os discentes desenvolveram uma ação extensionista, onde foi realizada uma palestra com enfoque em transporte de materiais radioativos. Esta proposta permitiu a discussão dos princípios de cidadania e consciência social quanto ao transporte destas substâncias.

Conforme preconiza os preceitos da extensão, a partir do desenvolvimento desta ação os discentes são estimulados a refletir sobre o vínculo teoria e prática, de modo a aprimorar o conhecimento adquirido em sua formação acadêmica. Além disso, possibilita ao estudante uma relação com a realidade que o cerca, e também permite a troca de saberes e conhecimento com o público externo (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016).

Para desenvolver o projeto de extensão foi necessário conhecimento relativo à norma Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) 5.01 (BRASIL, 1988), com o princípio de regular o planejamento, orientação, supervisão e fiscalização em relação ao Transporte de Materiais Radioativos. A normativa descreve os requisitos de proteção radiológica e segurança, com a finalidade de assegurar um nível adequado de exposição à radiação ionizante a pessoas, bens e meio ambiente.

O conceito de proteção radiológica foi criado pela *International Commission on Radiological Protection* (ICRP), a qual engloba normas e estabelece limites de exposição à radiação ionizante não somente a pessoas, mas também ao ambiente. Uma vez que a exposição está relacionada a efeitos biológicos, ou seja, quaisquer mudanças biológicas, físicas ou químicas induzidas pela radiação que conseqüentemente poderão causar efeitos adversos à saúde.

Nesse sentido, os profissionais envolvidos no processo de transporte deste tipo de substância encontram-se em risco, devido à possibilidade de rompimento da embalagem e dispersão do material para o ambiente. Contudo, o expedidor do produto é o responsável pela garantia segura da condução do material e da documentação de porte obrigatório da operação de transporte (WAGNER; FAIMAN, 2017). Sendo que, esta documentação poderá ser solicitada pelo guarda municipal no caso de fiscalização preventiva do trânsito.

Tendo em vista as diretrizes supracitadas e a relevância da aplicação da proteção radiológica, o projeto de extensão desenvolveu uma atividade com os GMF, a fim de colaborar no processo de trabalho destes, contribuindo no aprimoramento dos profissionais sobre o transporte de material radioativo realizado por via terrestre.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

A primeira fase da atividade foi à construção do saber científico referente ao tema. Para tanto, os discentes realizaram pesquisas bibliográficas na base de dados *Scielo (Scientific Electronic Library Online)*, a partir dos seguintes descritores: Relações Comunidade-Instituição, Proteção Radiológica, Radioatividade. A pesquisa como princípio educativo, permitiu aos discentes o desenvolvimento da palestra com propósito de viabilizar a educação continuada para GMF.

A palestra foi fundamentada na Norma CNEN 5.01/88 que rege acerca do transporte do material radioativo. Dentre os conteúdos abordados, cita-se: o que é radiação, material radioativo e sua atividade; definições de contaminação e dose; material físsil; meia vida de um elemento radioativo; quais radiofármacos são transportados na região; quais normas são encontradas nos regulamentos; o que é CNEN; como é a identificação correta dos embalados; sinalização dos veículos que transportam cargas com material radioativo; e por fim documentos obrigatórios para o transporte. Nesse último ponto, por tratar da prática diária dos profissionais, foi demonstrado os documentos, entre os quais são: envelope de transporte, ficha de emergência, ficha de monitoração da carga e do veículo, e declaração do expedidor, reitera-se que foi exemplificado cada um deles.

A organização da ação foi realizada ao longo de uma unidade curricular, nominada Atividade de Extensão I do CST em Radiologia. Para tanto, houve a cooperação entre docentes e discente no desenvolvimento do material para a palestra e na construção dos

questionários que objetivaram mensurar o conhecimento do público assistido sobre o assunto. O processo contou com reuniões periódicas com intuito de avaliar a estruturação da ação extensionista.

A segunda etapa foi a execução da palestra, este ponto caracteriza-se com uma abordagem metodológica participativa. Segundo Thiollent (2000) a metodologia participativa se trata de um conjunto de procedimentos através dos quais os sujeitos, envolvidos no projeto estão interligados em dispositivos de consulta, diagnósticos, ensino, pesquisa, capacitação, comunicação, efetivamente elaborados para alcançar objetivos em comum. Esta dinâmica participativa foi constituída por discentes e a corporação da GMF em duas palestras em dias diferentes com a meta de abranger um maior número de participantes. As ações tiveram duração de cerca de 1 hora e 30 minutos, sendo que no primeiro momento foi aplicado um questionário para avaliar o conhecimento dos participantes, em seguida iniciou-se a capacitação, logo uma rodada de perguntas e iteração em grupo e, por fim, a aplicação de um segundo questionário avaliando a ação. No total houve a participação de trinta e sete sujeitos.

No primeiro questionário continham questões (com o número de conhecimento de 1 a 5) formuladas para mensurar o nível de conhecimento do respondente, sua experiência em relação ao conteúdo, bem como suas dificuldades e demandas relativas ao assunto. O segundo questionário foi aplicado após a finalização da palestra, com questões dicotômicas (sim/não) para analisar a percepção do participante associado à sua compreensão e aplicabilidade do assunto abordado na educação continuada.

Ao decorrer da análise de dados obtidos, foi utilizado codinomes para manter a integridade e o sigilo dos GMF, sendo utilizado nomes de materiais radioativos e nomes de unidades de medidas.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No início da capacitação foi realizada o primeiro questionário. A análise mostrou que 18 GMF avaliaram seu conhecimento como péssimo sobre o que é radiação, 10 GMF opinam como regular, 7 GMF consideram seu nível de conhecimento como ruim e apenas 2 acreditam ter um bom conhecimento. Sobre o conceito de dose, 22 GMF afirmaram ter péssimo, 8 GMF alegaram como ruim, 5 GMF mencionaram ter o nível de conhecimento bom e apenas 2 apresentam sua resposta como regular. Já a respeito de diferença entre radiação ionizante e a

não ionizante, 30 GMF expuseram seu conhecimento como péssimo, 6 GMF afirmaram ter o conhecimento ruim e somente um avaliou seu nível de compreensão como regular.

Referente à exposição à radiação ionizante e seus possíveis efeitos, 24 GMF constaram como péssimo, 9 GMF como ruim e somente 4 GMF afirmaram ter conhecimento regular do assunto. Quanto a definição de meia vida radioativa, 28 GMF responderam como péssimo seu conhecimento, 7 GMF informaram como ruim, 1 GMF afirmou ter uma compreensão regular e 1 informou possuir bom conhecimento. Seguindo esta mesma linha, sobre o entendimento de contaminação radioativa, 15 GMF afirmaram ser péssimo, 14 GMF responderam como sendo regular, 6 GMF como sendo ruim e somente 1 avaliou como bom.

A falta de conhecimento demonstrada corrobora com o estudo de Silva *et al.* (2019) que analisou o conhecimento acerca da radiação ionizante e seus riscos em um município, dentre a amostra, os participantes que demonstraram mais conhecimento possuíam maior nível de escolarização, ou ainda eram profissionais da saúde. A partir disto, infere-se que o público geral, dentre o qual, está inserido o guarda municipal, não possui conhecimento do tema radiação ionizante e seus aspectos. Outro ponto a destacar é que, por vezes, o próprio profissional da saúde tem o conceito equivocado ou incompleto de proteção radiológica (BATISTA; BERNARDO; MORGADO; ALMEIDA, 2019).

As questões subseqüentes trataram de tópicos fundamentais no exercício de trabalho destes profissionais. Na avaliação em relação ao transporte de materiais radioativos, 19 GMF possuem um péssimo conhecimento sobre o assunto, 10 GMF consideram seu conhecimento ruim, 6 GMF afirmaram um esclarecimento regular e somente 2 GMF declaram possuir bom conhecimento. Também foi indagado o nível de entendimento sobre como realizar a fiscalização de um veículo que contém material radioativo, 25 GMF responderam como péssimo, 5 GMF marcaram ruim, 5 GMF assinalaram como regular e 2 GMF afirmaram possuir bom conhecimento mediante ao assunto. Sobre o símbolo do transporte de materiais radioativos, 11 GMF relataram ter um entendimento ruim, 11 GMF afirmaram possuir péssimo conhecimento, 10 GMF consideram regular seu conhecimento e apenas 5 GMF afirmam possuir um bom conhecimento. Segundo Taveira, Portela e Menegante (2019) durante as inspeções é rotineiro constatar a falta ou má conservação dos equipamentos de segurança, tais como placas de sinalização, kits de emergências, cones ou outros materiais de porte obrigatório. Também é verificado, em alguns casos, o lacre da placa rompido e

documentação irregular, sendo que todas as situações descritas caracterizam o não cumprimento das normativas.

Por fim, uma questão que aborda a possibilidade de um acidente envolvendo um veículo que transporta material radioativo, 18 GMF afirmaram que durante o procedimento decorrente ao acidente seu desempenho seria péssimo, 10 GMF alegaram que seria regular, 7 GMF declararam que seria ruim e apenas 2 GMF responderam como bom. Destaca-se que esse tipo de acidente resulta desde perda de equipamentos, produtos, horas de trabalho, destinação de resíduos perigosos e multas, mas também inclui o risco de mortes, incapacidade para o trabalho, consequências morais para os trabalhadores e familiares, imagem denegrida do serviço expedidor e dimensões em relação aos impactos ambientais. Esses últimos aspectos citados enquadram-se como custos indiretos de um acidente com cargas perigosas (TAVEIRA, PORTELA e MENEGANTE, 2019). Ao longo da história, houve alguns acidentes radiológicos, sendo que os registros não visam apontar os responsáveis, dado que para a ocorrência de um acidente é necessária uma série de condutas não condizentes com as práticas de proteção radiológica (DIAS et al., 2019).

Após finalizada a palestra, foi aplicado o segundo questionário. Nesta etapa constatou-se que apesar da atividade de educação continuada, ainda 22 GMF responderam que não se sentem capazes de aplicar os métodos de fiscalização dos veículos de transporte de materiais radioativos. A educação continuada apresenta-se como uma ferramenta que abarca qualquer atividade que possa auxiliar no desempenho do sujeito, seja âmbito acadêmico, pessoal ou profissional (MATHEUS *et al.*, 2019). Nesta perspectiva, o estatuto que regulamenta a atuação profissional dos guardas municipais, pela Lei nº 13.022 de 2014 evidencia a necessidade de capacitação específica, seja na forma de treinamento e/ou aperfeiçoamento dos integrantes da guarda municipal, tendo em vista seus princípios de atuação (BRASIL, 2014).

Ainda sobre a fiscalização de veículos que transportam material radioativo, os participantes: Urânio, Polônio, Deca, justificaram sua resposta alegando não possuir na instituição aparelhos e/ou equipamentos adequados; Rádio e Césio afirmaram ter pouco conhecimento na área; Plutônio e Giga declararam ser um tema amplo e perigoso; já Carbono, Potássio, Chumbo, Hecto, Zetta e Peta solicitaram cursos práticos e treinamentos sobre o assunto; Mili justificou sua resposta comentando que possui pouco conhecimento sobre o assunto e tem receio na ocorrência de acidente havendo contaminação; Atto e Angstrom

relataram a falta de conhecimento, assim como prática; Nano explicou desconhecer os métodos de fiscalização dos materiais radioativos; Tório, Promécio, Frâncio, Tera e Centi não justificaram. Apenas 11 GMF responderam consideram-se capaz de analisar os documentos, placas, símbolos e o acondicionamento dos embalados para transporte. Quando tratado no questionário se a ação realizada faria diferença na vida e/ou no serviço, 32 GMF responderam que sim e 4 GMF responderam que não. Urânio afirma que seria necessário mais práticas diárias para aperfeiçoar o conhecimento e informações adicionais sobre o tema; e Nano diz que o assunto é muito complexo e impossível compreender todo o conteúdo em 40 minutos.

Partindo do princípio que o assunto exige um grau de conhecimento prévio sobre física das radiações, e temas relacionados. Do total de participantes 22 GMF responderam que não foi possível esclarecer todas as dúvidas; Urânio, Plutônio, Iodo e Tálcio afirmaram por ser um tema muito extenso necessita-se de mais informações; Radônio aponta que permaneceram dúvidas sobre a abordagem e atuação; Rádio, Cobalto, Carbono, Deca, Exa e Nano justificam que o conteúdo foi administrado com um tempo rápido devido ao tema extenso necessitando de mais tempo; Césio aponta que após o conhecimento surgiram outras dúvidas; Tera e Mili afirmaram que o assunto é muito complexo; Giga e Hecto acreditam que o assunto é muito amplo, mas foi possível ter uma noção; Quilo acha que os palestrantes deveriam ter abordado mais as questões de fiscalização dos produtos transportados; Atto disse que há muito o que estudar acerca do assunto; Zetta e Peta necessitam de uma capacitação com carga horária maior.

Os relatos supracitados revelam que a ação executada se mostrou apenas como primeiro passo para educação continuada acerca do transporte de materiais radioativos. Ainda assim, foi percebido nas falas transcritas resultados positivos, essencialmente ao reconhecer a necessidade de aperfeiçoar o conhecimento sobre o assunto. Em outra perspectiva, a falta de informação sobre os aspectos relacionados à radiação ionizante para alguns não foi contextualizada. Dessa forma, a ação baseada apenas na transmissão de conhecimentos pode não ser tão eficaz, já que no processo de aprendizagem de adultos as informações precisam ser mais "sentidas", ou seja, praticadas, do que "pensadas" (SILVA; DUARTE, 2015). Portanto, seguindo os preceitos da Teoria Dialógica Freiriana, a educação é entendida como um processo capaz de provocar transformações, em uma relação de práxis com a realidade. Assim, o sujeito integra-se a um processo de autoanálise no trabalho, pelo trabalho e para

além do trabalho (CAMPOS; SENA; SILVA, 2017).

#### 4 CONCLUSÃO

A curricularização da extensão permite ao discente a aproximação com a comunidade, e consequentemente a troca de conhecimentos e experiências entre o saber acadêmico e o sujeito que o cerca, isto caracteriza a práxis acadêmica.

Nesta conjuntura, a atividade em questão desenvolvida pelos discentes propiciou a interação dialógica com a sociedade, estimulando a participação e democratização do conhecimento ao setor GMF. Ademais, possibilitou uma análise do conhecimento dos GMF diante do saber acerca do transporte de materiais radioativos. A análise concluiu que a maior parte dos participantes afirmaram possuir um nível de conhecimento péssimo quando questionado sobre o que é radiação, dose, meia vida radioativa, contaminação, fiscalização de veículos transportando materiais radioativos, símbolo internacional da radiação e acidente envolvendo esse tipo de veículo. Outro ponto importante, foi que apesar da palestra, diversos profissionais apontaram a necessidade de outros encontros, ou ainda um maior aprofundamento na temática. Considerando os resultados, evidencia-se a necessidade de educação continuada, como cursos teórico e prático no que tange o transporte de materiais radioativos por via terrestre.

#### REFERÊNCIAS

- BATISTA, Vinícius Martins Dias; BERNARDO, Monica Oliveira; MORGADO, Flávio; ALMEIDA, Fernando Antonio de. Radiological protection in the perspective of health professionals exposed to radiation. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 72, n. 1, p. 9-16, fev. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0545>.
- BRASIL. Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 ago. 2014.
- CAMPOS, Kátia Ferreira Costa; SENA, Roseni Rosângela de; SILVA, Kênia Lara. Permanent professional education in healthcare services. **Escola Anna Nery**, [S.L.], v. 21, n. 4, p. 1-10, 7 ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2016-0317>.
- CNEN. **Transporte de material radioativo**. Disponível em: <<http://appasp.cnen.gov.br/seguranca/normas/pdf/nrm501.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.
- DIAS, A. J. R. *et al.* Acidentes radiológicos: dados que auxiliam a proteção radiológica. In:

INTERNATIONAL JOINT CONFERENCE RADIO 2019, 1., 2019, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, 2019. p. 1-2. Disponível em: <http://200.136.52.103/bitstream/handle/123456789/30260/26051.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 dez. 2020.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura de. **Guarda Municipal de Florianópolis**. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/guardamunicipal/index.php?pagina=notpagina-i=1766>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

ICNIRP, International Commission on Non-Ionizing Radiation Protection. **Principles For Non-Ionizing Radiation Protection. Health Physics**:Oberschleissheim, v. 118, n. 5, p. 477-482, maio 2020. <http://dx.doi.org/10.1097/HP.0000000000001252>.

MATHEUS, Leandro Aparecido dos Santos *et al.* A Formação Continuada na Guarda Civil Municipal de Niterói: Ações e (Re)Ações. **Pesquisa & Educação A Distância**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 1-20, 2019. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=2013EAD1&page=article&op=view&path%5B%5D=8313&path%5B%5D=4024>. Acesso em: 04 dez. 2020.

SANTOS, João Henrique de Sousa; ROCHA, Bianca Ferreira; PASSAGLIO, Kátia Tomagnini. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. Universidade Federal da Fronteira Sul. <http://dx.doi.org/10.36661/2358-0399.2016v7i1.3087>.

SILVA, Carina Burkert da; SANTOS, Thais Cozza dos; BORBA, Alana Moraes de; GOMES, Bianca Nunes; BRASIL, Carolina Litchina; BARBOZA, Daniele Vitor; SILVA, Andreza Bernardi da; WACHHOLZ, Peter de Lima; CAVALCANTI, Guilherme Albuquerque de Oliveira. Conhecimento sobre radiação ionizante diagnóstica em uma população do sul do Brasil. **Pubvet**, [S.L.], v. 13, n. 9, p. 1-7, set. 2019. Editora MV Valero. <http://dx.doi.org/10.31533/pubvet.v13n9a409.1-7>.

SILVA, Débora Schimming Jardini Rodrigues da; DUARTE, Lúcia Rondelo. EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 104-105, 2015.

TAVEIRA, José Carlos; PORTELA, Raphael Ricardo; MENEGANTE, Rogério Rodolfo. Transporte rodoviário internacional de cargas perigosas. **Interações (Campo Grande)**, [S.L.], p. 225-236, 30 jul. 2019. Universidade Católica Dom Bosco. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v20iespecial.2526>

THIOLLENT, M.; ARAÚJO FILHO, T.; SOARES, R.L.S. (orgs). **Metodologia e Experiências em projetos de Extensão**. Niterói: EdUFF, 2000.

WAGNER, Jairo; FAIMAN, Carla Júlia Segre. Exposição ocupacional no transporte de materiais radioativos. **Saúde, Ética & Justiça**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 9-25, 10 jun. 2017. Universidade de São Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2770.v22i1p9-25>.

## EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS PARA INSERÇÃO DO PESCADO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

**BEZERRA, H.C.B.S.<sup>1</sup>; SILVA, V.M.<sup>2</sup>; PIRES, C.R.F.<sup>3</sup>; SANTOS, V.F.<sup>4</sup>; SOUSA, D.N.<sup>5</sup> & KATO, H.C.A.<sup>6</sup>**

<sup>1</sup>Graduada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: cristinebsbezerra@gmail.com; <sup>2</sup> Graduada pela UFT. E-mail: vanessanutricao94@gmail.com; <sup>3</sup> Professora da UFT. E-mail: carolinerpires@mail.uft.edu.br; <sup>4</sup> Mestranda pela UFT. E-mail: vivianefnutri@gmail.com; <sup>5</sup> Analista da Embrapa Pesca e Aquicultura. E-mail: diego.sousa@embrapa.br; Pesquisadora da Embrapa Pesca e Aquicultura. E-mail: hellen.almeida@embrapa.br

Artigo submetido em março de 2020 - DOI 10.32356/exta.v20.n2.43638

### RESUMO

Este estudo é um relato de experiência, retratado a partir da perspectiva da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), para inserção do pescado na alimentação escolar. O trabalho tem o objetivo de relatar as metodologias utilizadas no processo de intervenção nutricional para incentivo ao consumo do pescado envolvendo alunos de uma escola pública de Palmas, Tocantins. Para o desenvolvimento das ações pedagógicas utilizou-se de metodologias lúdicas como: peça teatral, oficina culinária e jogo dos sete erros. A avaliação do conhecimento foi obtida pela aplicação do

questionário pré e pós testes. Observou-se a evolução dos escolares com o aumento de acertos após a intervenção extensionista ao permitir com que tenham condições de refletir e tomar decisões mais conscientes sobre terem (ou não) uma alimentação nutricionalmente saudável. Portanto, as ações de EAN foram consideradas ferramentas pedagógicas importantes para potencializar o ensino-aprendizado dos escolares, podendo ser replicadas em experiências semelhantes, com público de mesmas características.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Alimentar e Nutricional. Promoção da Saúde. Consumo de Pescado.

## PEDAGOGICAL EXPERIENCES FOR INSERTING FISH IN SCHOOL FOOD

### ABSTRACT

This study is an experience report, portrayed from the perspective of Food and Nutrition Education (EAN), for the insertion of fish in school meals. The work aims to report the methodologies used in the nutritional intervention process to encourage the consumption of fish involving students from a public school in Palmas, Tocantins. For the development of pedagogical actions, playful methodologies were used, such as: theater play, culinary workshop and the game of seven errors. Knowledge assessment was

obtained by applying pre and post tests. The evolution of the students was observed with the increase of correct answers after the extension intervention, allowing them to be able to reflect and make more conscious decisions about having (or not) a nutritionally healthy diet. Therefore, the EAN actions were considered important pedagogical tools to enhance the teaching-learning of students, and can be replicated in similar experiences, with the same characteristics.

**KEYWORDS:** Food and Nutrition Education. Health Promotion. Fish Consumption.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de proporcionar alimentação baseada nas recomendações nutricionais e, dessa maneira, aumentar a aceitabilidade de alguns alimentos saudáveis, torna-se interessante a adoção de ações metodológicas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ambiente escolar, visto que, desde a primeira infância, são iniciados os costumes alimentares, que refletirão ao longo da vida (BRASIL, 2006).

Para a condução das atividades de EAN foram adotadas atividades lúdicas que se destacam no incentivo à aprendizagem, ao promover a construção de novos conhecimentos, e ao colaborar para o desenvolvimento cognitivo dos escolares. Torna-se, assim, uma ferramenta de ensino e aprendizagem prazerosa, estimulante e de relevância para se atingir o propósito esperado, podendo ser conduzida em forma de jogos, teatro, música, brincadeiras, oficinas dentre outras ações lúdicas (SANTOS *et al*, 2019; PIRES *et al*, 2020).

O presente estudo teve como objetivo relatar as propostas metodológicas utilizadas no processo de intervenção para incentivo ao consumo do pescado em uma escola pública de Palmas (TO), utilizando atividades lúdicas voltadas à Educação Alimentar e Nutricional.

O consumo de pescado<sup>1</sup> é considerado mais saudável quando comparado com os outros tipos de carnes, já que seu perfil proteico supera em valor biológico outras fontes de origem animal, como a carne bovina e o leite (SANTOS *et al*, 2019). Por isso que justifica a importância de se realizar ações de intervenção em EAN para o incentivo do pescado na alimentação.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

As atividades de EAN foram desenvolvidas com 27 escolares, cursando o 5º ano do ensino fundamental em uma escola localizada em Palmas, estado do Tocantins.

O procedimento metodológico de caráter quali-quantitativo relatado neste trabalho foi agrupado em quatro momentos distintos orientados pela abordagem de Freire (2011) e na aplicação de questionário pré e pós as intervenções nutricionais (ANDRADE *et al.*, 2016). Os dados coletados foram computados em planilha de excel.

Para a proposição das atividades de EAN na supracitada escola foi necessária previamente a realização de reunião com a diretora da escola e o professor regente da turma selecionada para execução do projeto, com o intuito de explicar as ações que seriam desenvolvidas com os discentes, e como eles poderiam contribuir para a consecução desta atividade.

---

<sup>1</sup> O consumo mundial de pescado cresceu 5% ao ano no período de 1961 a 2018. Isto equivale a um acréscimo de 20,3 para 20,5 kg/habitante/ano. Enquanto o Brasil, em 2018, atingiu a média de 14,9 kg/habitante/ano, índice bem inferior ao consumo mundial (FAO, 2018). Isto justifica a necessidade de intervenções para o aumento do consumo do pescado considerando seus importantes atributos nutricionais para a saúde humana.

No segundo momento foi aplicado o pré-teste contendo oito questões com respostas fechadas, com o intuito de avaliar o conhecimento prévio dos escolares a respeito dos nutrientes presentes no peixe e, ainda, relacioná-los aos benefícios (ou não) para a saúde.

Esta etapa foi conduzida através de uma apresentação teatral. A peça<sup>2</sup> de teatro foi adaptada com personagens da “Turma da Mônica”, com foco nas consequências de uma má alimentação e a incidência de agravos à saúde. Foram abordadas também informações nutricionais do pescado e a importância de seu consumo. Para concluir a divulgação do conteúdo proposto, foram utilizados cartazes coloridos e ilustrativos contendo os minerais, vitaminas e macronutrientes presentes no peixe e, assim, foi explicado a função e os benefícios dos mesmos para o organismo humano.

No terceiro momento consistiu na realização de oficina culinária com o tema: “Sanduíche nutritivo”. No início, foram distribuídas toucas e realizado a higienização das mãos das crianças que se posicionaram ao redor da mesa, onde estavam os ingredientes devidamente cortados e separados, para que todas participassem na montagem do alimento.

Em seguida, os facilitadores do processo apresentaram cada alimento que estava sobre a mesa, sendo eles o pão de forma, a alface, a cenoura crua ralada e o patê de atum. Apesar de não constituir um peixe comercializado pela agricultura familiar, tampouco relevante para a cultura alimentar tocantinense, utilizou-se o atum pela praticidade e valor reduzido para a aquisição, já que a metodologia empregada visava a conscientização acerca de parâmetros nutricionais relevantes do peixe enquanto grupo alimentar. Logo adiante foi dado o comando para que cada aluno montasse o seu sanduíche. Isto reforçou com que as crianças tivessem como referencial desses alimentos uma alimentação saudável.

Na última etapa foi entregue a cada escolar um folder, contendo duas receitas: uma do sanduíche nutritivo de peixe e outra de torta de atum. Neste documento também constava um jogo dos sete erros da Turma da Mônica, com intuito de despertar a atenção, a agilidade e a percepção das crianças sobre os diferentes tipos de alimentos e suas funções.

Para encerrar as atividades pedagógicas, os alunos receberam as fichas contendo o pós-teste com as mesmas questões respondidas no pré-teste, com a finalidade de analisar qualitativamente e comparativamente qual foi o grau de aprendizagem das crianças após a

---

<sup>2</sup> O roteiro da peça teatral pode ser encontrado no estudo de Pires *et al.* (2020).

intervenção extensionista.

### 3 RESULTADOS<sup>3</sup> E DISCUSSÕES

Das propostas metodológicas relatadas acima, participaram 27 crianças do 5º ano do ensino fundamental de ambos os sexos, sendo 14 (51,8%) do sexo feminino e 13 (48,14%) do sexo masculino, com idade entre 10 a 11 anos.

Quando questionados se gostavam de peixe, 11% dos escolares afirmaram não gostar, o que pode estar relacionado a ausência de hábito ao consumir o alimento, pois não é um produto de preparação fácil, e a população está acostumada com praticidade. Ainda, pode estar relacionado ao fato deste produto possuir gargalos na sua distribuição e comercialização, o que impede aumentar a oferta (BONACINA; QUEIROZ, 2007).

Ribeiro et al. (2018), analisando o comportamento do consumo de pescado em Palmas (TO), detectaram que o consumo no município ainda era relativamente baixo, com apenas 21,16% dos entrevistados mantendo-se dentro da média de consumo recomendada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, mesmo tratando-se de uma região com características favoráveis para o desenvolvimento da piscicultura, e com atividade de pesca frequente (FAO, 2018). Os autores destacam que este fato está ligado a fatores socioeconômicos, sendo o preço o principal entrave para a maior presença do pescado na mesa das famílias palmenses.

Por outro lado, 89% dos escolares afirmaram gostar de peixe, destes consumidores 52% apontaram a preferência por consumir peixe frito e 44% peixe ao molho. Na literatura, alguns autores apontam que as crianças podem ser influenciadas em casa a consumir determinados alimentos, visto que os pais desempenham o papel de referência e de primeiros educadores nutricionais e, como consequência, influenciam diretamente o comportamento alimentar dos filhos (SANTOS *et al.*, 2019; TEIXEIRA *et al.*, 2020). A maioria (96%) dos escolares afirmou que o peixe é um alimento importante para a saúde. Estudos epidemiológicos apontam que a ingestão elevada de peixe contribui significativamente para a diminuição da mortalidade e morbidade cardiovascular, ao demonstrar resultados positivos no metabolismo das lipoproteínas em atividades das plaquetas e de coagulação, função endotelial

---

<sup>3</sup> Outros resultados sobre as práticas pedagógicas em EAN realizadas ver o estudo de Pires *et al.* (2020).

e rigidez arterial (SCHERR *et al.*, 2014).

Essas circunstâncias motivaram a ação extensionista voltada à promoção da EAN, através da realização de teatro para as crianças, com o intuito de promover aprendizado sobre a composição nutricional, demonstrando o quanto é importante consumir peixe, e que é possível incluí-lo em outras refeições, através de distintas preparações.

O teatro contribui para o desenvolvimento humano, pois estimula os sentidos, levando ao prazer de aprender. Possibilita, ainda, maior interação sobre o contexto a ser aprendido com o mundo em torno das crianças, ajudando-as a reduzir a timidez, desenvolvendo a criatividade, possibilitando maior memorização do conteúdo assistido, cabendo aos facilitadores problematizar essa aprendizagem (SANTOS; SANTOS, 2012).

Em relação aos demais questionamentos, ao comparar as respostas de caráter relacionado à avaliação do conteúdo apresentado do pré e pós teste, houve acréscimo no número de acertos no pós-teste, demonstrando que a ação extensionista realizada com os alunos teve impacto positivo na percepção dos conteúdos que foram transmitidos a eles.

No estudo de Silva *et al.* (2018), que também realizaram atividades de EAN com alunos desta mesma escola, mas utilizando outras metodologias lúdicas, tal como o uso de paródias de canções infantis correlacionadas com a temática pescado, também constataram na comparação dos questionários pré e pós-teste, resultados satisfatórios.

Andrade *et al.* (2016) fez o uso do pré e pós-teste para avaliar o conhecimento que os alunos tinham sobre Bioquímica Clínica II, e ver se foi consolidado a aprendizagem dos temas abordados. Utilizando o pré-teste obtiveram aproveitamento de 56,15% nas questões e no pós-teste perceberam que teve média em torno de 67,7%, verificando, assim, melhora das repostas após a intervenção.

No geral para as questões que no pré teste apresentaram mais de 50% de erros, a intervenção pedagógica resultou em um incremento que variou de 29,5 a 40,8% de acertos. Quando os alunos foram solicitados para assinalar quais os nutrientes estavam presentes no peixe, observou-se que, no pré-teste e pós-teste houve 100% de acertos para proteína, já o ômega-3 no pré-teste, 44,5% assinalaram corretamente a questão, e no pós-teste aumentou o número de acertos para 74%. Sobre as vitaminas A e D foram registrados acertos no pré-teste em apenas 15,62% dos respondentes, sendo que após a intervenção extensionista o percentual de acertos no pós-teste foi para 53,12%. Isso indica a importância de um processo educacional

contínuo para maior aprendizagem dos conteúdos referentes à alimentação e nutrição.

Os escolares não escolheram a alternativa que continha a opção de açúcar, obtendo então 100% de acerto. Com relação ao cálcio, o percentual de acertos evoluiu consideravelmente de 48,1% no pré-teste para 88,9% no pós-teste. Sobre os conservantes, 7,4% dos alunos assinalaram que o mesmo está presente no peixe, embora após a encenação do teatro esse percentual passou para 100% de acerto. Dessa forma, o teatro como ferramenta pedagógica possibilita a produção do conhecimento, ao ponto de tornar o processo de ensino e aprendizagem transformador e libertador (NILES; SOCHA, 2015).

Ao observar as respostas para o micronutriente cálcio, 85,15% dos alunos fizeram associação correta no pré-teste e 92,59% no pós-teste, indicando que a maior parte dos escolares conseguiram identificar o benefício à saúde causado pela ingestão deste mineral.

O cálcio é o mineral mais encontrado no corpo humano, estando presente em ossos e dentes, tornando-os responsáveis pela manutenção dos níveis de cálcio sérico. Pode ser encontrado no leite e seus derivados, também está presente na carne de peixe, como sardinha, nas verduras e folhosos verde escuros (FRANÇA; MARTINI, 2014).

Neste contexto, sugere-se que as crianças devam ter consumo adequado de cálcio durante a infância, pois na fase adulta a sua perda é diária. A falta desse mineral pode causar problemas no processo de crescimento, desmineralização dos ossos causando osteoporose, disfunções na divisão celular, falhas durante a contração muscular, complicações na coagulação sanguínea e secreção hormonal (FRANÇA; MATINI, 2014).

A proteína proveniente do pescado apresenta qualidade superior quando comparada às proteínas encontradas nas carnes bovina, suínas e de aves, por possuir teor menor de tecido conjuntivo. Além disso, é de fácil digestão e rica em metionina e lisina, aminoácidos essenciais, não sendo estes produzidos pelo organismo humano. Sendo assim, a ausência desses nutrientes pode causar deterioração proteica, atingindo o tecido muscular e impactando no crescimento infantil (LATORRES, 2014).

Quanto à pergunta referente à patologia relacionada à ausência de ferro, houve 70,37% de acertos no pré-teste e 81,48% no pós-teste, indicando também efeito positivo decorrente da intervenção e, por consequência, ter aumentado o número de questões corretas.

A população em situação de vulnerabilidade no país apresenta índice elevado de anemia, que pode ser resultado das carências nutricionais como ferro, ácido fólico e vitamina

B12, sendo essa deficiência associada a diversos fatores, tais como: alimentação inadequada, doenças infecciosas, baixo peso ao nascer, má-absorção de nutrientes e nascimentos prematuros (PEREIRA *et al.*, 2007).

Segundo Carvalho (2006), a deficiência de ferro causa problemas no crescimento, distúrbios comportamentais, fadiga e disfunções neurológicas o que pode afetar no desenvolvimento escolar.

Em relação ao questionamento sobre a função do ômega-3, no pré-teste os escolares tiveram 40,74% de acertos, sendo que após a intervenção este número elevou-se para 96,27%. É sabido que os peixes possuem significativas quantidades de ácidos graxos poli-insaturados, destacando o eicosapentanóico (EPA) e o docosaexaenoico (DHA) da série ômega-3, possuindo funções na redução do colesterol sérico, prevenindo doenças cardiovasculares e outras patologias como: dermatite atópica, lúpus, psoríase, artrite reumática, esclerose múltipla, diabetes mellitus, colite ulcerativa e câncer (MARTINS, 2008).

Ceccon *et al.* (2012) desenvolveram um estudo com crianças de 3 a 5 anos, que teve como objetivo analisar a prática de hábitos alimentares saudáveis e o uso de atividades lúdicas, pelos quais obtiveram resultados semelhantes. Foi observado que as crianças no pré-teste não tinham conhecimento sobre hábitos alimentares saudáveis, já no pós-teste houve melhorias significativas no entendimento sobre esses alimentos, e sua importância para uma boa saúde. Com isso, constata-se que as intervenções nutricionais estimulam as crianças a terem aprendizagem sobre os alimentos saudáveis, sendo essas ações eficientes ferramentas pedagógicas para a EAN nas escolas.

Segundo Lanes *et al.* (2012), as atividades lúdicas são fundamentais para despertar nas crianças hábitos saudáveis. Assim, esta metodologia permite também participação interativa e ativa dos indivíduos durante as intervenções extensionistas, lhes concedendo certa liberdade e criticidade nas escolhas alimentares.

Para o presente estudo utilizou-se de outra metodologia lúdica, a oficina culinária, intitulada “Sanduíche Nutritivo”. As atividades de oficina culinária vão além do incentivo aos bons hábitos alimentares, pois a partir dela podem-se desenvolver outros saberes, como a compreensões a respeito da higiene pessoal, matemática ao envolver as medidas dos ingredientes, a habilidade de leitura e interpretação ao proferir e executar as receitas práticas, dentre outras possíveis relações interdisciplinares. Neste tipo de oficina os escolares podem

aguzar os sentidos como: visão, tato, olfato e paladar, pois o contato e a manipulação do produto lhes permitem isso. Essa participação no preparo dos alimentos induz o aumento do interesse pelo produto, pois manipular, estar envolvido no preparo e degustar os alimentos pode estimular seu consumo (SILVA *et al.* 2010).

Figueiredo *et al.* (2010), afirmam que desenvolver oficinas culinárias relacionadas com EAN pode-se modificar a realidade do público-alvo, atingindo gradativamente resultados positivos no campo da saúde pela influência do processo educacional, pressupondo que na fase escolar as crianças são mais receptivas a novos saberes, levando-as também para o ambiente familiar.

Para finalizar as intervenções extensionistas, foi entregue aos escolares um folder contendo receitas à base de peixe para prepararem em casa, com a intenção de que as crianças levem as informações adquiridas para o ambiente familiar, e também para que consumam o produto novamente juntos aos pais, reforçando a atividade prática. Neste sentido, os autores Ramos e Stein (2000) consideram que o hábito alimentar consiste na repetição de ações, o que leva, no caso das crianças, a adquirirem novos costumes.

As receitas foram acompanhadas de jogos educativos para reforçar o conteúdo repassado durante a ação de EAN no ambiente escolar. Isso porque, conforme preconizado por Kiya e Dionizio (2014), as atividades lúdicas e os jogos educativos são estratégias de ensino que contribuem para que os alunos tenham maior interesse pelo que vai ser ensinado, melhorando o desempenho escolar e, ainda, percebem que eles adquirem maior facilidade para aprender determinado assunto. Isso permite com que as crianças tenham a sensação de liberdade para explorar e experimentar, descobertas induzidas pela curiosidade (OLIVEIRA; DIAS, 2017).

#### **4 CONCLUSÃO**

Em curto prazo não se pode presumir que as ações extensionistas com foco na EAN provocaram sólida melhoria nos hábitos alimentares dos escolares, por meio do incentivo ao consumo de pescado. Entretanto, foi construída junto com as crianças partícipes deste processo uma base de conhecimento a respeito dos nutrientes presentes no pescado, como pode ser observado nas tabelas dos resultados, o que permitiu com que os escolares tenham condições de refletir e tomar decisões mais conscientes sobre terem (ou não) uma alimentação nutricionalmente saudável.

Por esse motivo, as atividades de EAN são importantes para o ensino aprendido deste público, pois estimulam os escolares a criarem hábitos saudáveis, visando à alimentação balanceada e equilibrada, bem como incentivando o consumo de alimentos que antes não eram consumidos (ou não tidos como saudáveis).

Sugere-se que as ações de EAN devem ocorrer de forma contínua no ambiente escolar, permitindo que os estudantes tenham senso crítico e sejam conscientes sobre escolhas alimentares adequadas a sua faixa etária, consolidando assim base de conhecimento a respeito dos nutrientes e benefícios à saúde humana.

Portanto, atividades lúdicas facilitam o entendimento das crianças, proporcionando maior interação entre elas e os executores, estimulando com que o conteúdo abordado seja levado também para o ambiente familiar, ao ser compartilhado o conhecimento adquirido com os responsáveis.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. D. L.; LUZ, A. B. A.; OLIVEIRA, A. A. G.; RICARTE, L. P.; MENESES, R. R. C.; QUEIROZ, M. G. R. **Uso de questionários pré-teste e pós-teste: uma ferramenta de ensino e aprendizagem na disciplina de bioquímica clínica II.** Anais do Encontro de Iniciação à Docência, Fortaleza, 25. Fortaleza: UFCE, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Cultura. *Portaria nº 1.010/2006. Diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.* Diário Oficial da União, s/p, 2006.

BONACINA, M.; QUEIROZ, M. I. **Elaboração de empanado a partir da corvina (*Micropogonias furnieri*).** Ciência e Tecnologia de Alimentos, v.27, n.3, p.544-552, 2007. FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of World Fisheries and Aquaculture 2018.** FAO: Rome, 2018.

FIGUEIREDO, S. M.; SIMÕES, L. R. C.; HOMEM, A. P. P.; PAULO, L. P.; SILVA, M. M. P.; SOARES, C. S.; FARIAS, S. M. **Oficina de Culinária: saberes e sabores do alimento.** *Scientia*, v.3, n.1, p.39-48, 2010.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido.* 50 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. FREIRE, P. C. M.; MANCINI-FILHO, J.; FERREIRA, A. P. C. **Principais alterações físico-químicas em óleos e gorduras submetidos ao processo de fritura por imersão: regulamentação e efeitos na saúde.** *Revista de Nutrição*, v.26, n.3, p.353-368, 2013.

FRANÇA, N. A. G; MARTINI, L. A. Funções plenamente reconhecidas de nutrientes: cálcio. ILSI Brasil- International Life Sciences Institute do Brasil, v.2, n.1, p.3-23, 2014.

KIYA, M. C. S.; DIONIZIO, F. A. Q. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Curitiba: SEED, 2014. 45p.

LANES, D. V. C.; SANTOS, M. E. T.; SILVA, E. F. S. J.; LANES, K. G.; PUNTEL, R. L.; FOLMER, V. **Estratégias lúdicas para a construção de hábitos alimentares saudáveis na educação infantil**. Revista Ciências & Ideias, v.4, n.1, p.1-12, 2012.

LATORRES, J. M. **Utilização de pescado na elaboração de produto destinado à merenda escolar**. 214. 107 f. Dissertação (Mestrado de Engenharia de Alimentos), Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2014.

MARTINS, M. B.; SUAIDEN, A. S.; PIOTTO, R. F; BARBOSA, M. **Propriedades dos ácidos graxos poliinsaturados – Ômega 3 obtidos de óleo de peixe e óleo de linhaça**. Revista do Instituto de Ciência da Saúde, v.26, n.2, p.153-156, 2008.

OLIVEIRA, C. M; DIAS, A. F. **A criança e a importância do lúdico na educação**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v.13, n.1, p.113-128, 2017.

PEREIRA, R. C.; FERREIRA, L. O. C.; DINIZ, A. S.; BATISTA, M. F; FIGUEIRÔA, J. N. **Eficácia da suplementação de ferro associado ou não à vitamina A no controle da anemia em escolares**. Cadernos de Saúde Pública, v.23, n.6, p.1415-1421, 2017.

PIRES, C. R. F.; SOUSA, D. N.; KATO, H. C. A.; SANTOS, V. F. **Metodologias aplicadas na Educação alimentar e Nutricional para o aumento do consumo de pescado na alimentação escolar: relatos de experiências**. Palmas: Editora UFT, 2020. 79p.

RIBEIRO, R. C.; BARROS, L. A.; PIRES, C. R. F.; KATO, H. C. A; SOUSA, D. N. **Avaliação do consumo de peixes no município de Palmas-TO**. Indústria Animal, v.75, p.1-11, 2018.

SANTOS, A. N; SANTOS, A. N. **O teatro e suas contribuições para a educação infantil na escola pública**. Anais do ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, Campinas, 16. Campinas, Unicamp, 2012.

SANTOS, V. F; PIRES, C. R. F; SOUSA, D. N; KATO, H. C. A. **Metodologias lúdicas e educação alimentar e nutricional para promover o consumo de pescado em escolares**. Revista de Extensão, v.16, p.126-142, 2019.

SCHERR, C.; GAGLIARD, A. C. M.; MINAME, M. H; SANTOS, R. D. **Concentração de ácidos graxos e colesterol de peixes habitualmente consumidos no Brasil**. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v.104, n.2, p.152-158, 2014.

SILVA, C. F. M.; PINTO, M. S.; PIRES, C. R. F; KATO, H. C. **Relato de experiência de educação nutricional para o incentivo do consumo do pescado entre escolares do ensino**

**fundamental em Palmas, Tocantins.** Revista Em Extensão, v.16, n.1, p.140-149, 2017.

SILVA, M. X.; ALMEIDA, D. F.; RUIZ, A. S.; SOARES, B.; ALMEIDA, F.; SILVA J. X. S.; PEDROSA, C. **Nutrição escolar consciente: oficinas de culinária para alunos do ensino fundamental das escolas públicas do município de Duque de Caxias/RJ.**

Disponível em <<https://bit.ly/3m5HHIA>.> Acesso em 10 jan. 2020.

TEIXEIRA, L. O; REIS, I. H. K; SANTOS, V. F; PIRES, C. R. F; SOUSA, D. N; KATO, H. C. A. **Relato de experiência de oficinas em Educação Alimentar e Nutricional: capacitação de merendeiras para a promoção da alimentação saudável em escolas.**

Revista Conexão Uepg, v.16, n.1, p.1-12, 2020.

## ATENÇÃO A SAÚDE BUCAL NO DOMICÍLIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ENSINO BASEADO NA COMUNIDADE

MONTEIRO, A. K. A.<sup>1</sup>; PARÁ, J. W. S.<sup>2</sup>; SIQUEIRA, J. C.<sup>3</sup>; FARIAS, M. R. de<sup>4</sup> & MACIEL, J. A. C.<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Graduanda em Odontologia pela Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral (UFC). E-mail: akamkamila@gmail.com; <sup>2</sup>Graduando em Odontologia pela Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral (UFC). E-mail: jw.para100@yahoo.com.br; <sup>3</sup>Graduanda em Odontologia pela Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral (UFC). E-mail: jordaniaodonto08@gmail.com; <sup>4</sup>Professora do Curso de Odontologia da Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral (UFC). E-mail:marifarias\_odonto@yahoo.com.br. <sup>5</sup>Professor do Curso de Odontologia da Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral (UFC). E-mail:jacques.macielsobral@ufc.br

Artigo submetido em novembro/2019 - DOI 10.32356/exta.v20.n2.42764

### RESUMO

O objetivo do estudo é descrever ações de atenção a saúde bucal realizadas nos domicílios adscritos a um Centro de Saúde da Família (CSF) da cidade de Sobral, no Ceará. Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência, desenvolvido por alunos do curso de Odontologia da Universidade Federal do Ceará - *Campus* de Sobral, durante vivência na disciplina de Saúde Coletiva 3: Saúde da Família. O local da vivência foram domicílios adscritos a um CSF. A população alvo foi formada por usuários cadastrados nessa área, durante os meses de agosto e novembro de 2018. As ações realizadas foram

visitas domiciliares, com realização de exames clínicos intraorais, educação em saúde, escovação supervisionada e encaminhamentos clínicos. Como resultados, tem-se o acompanhamento de duas famílias que receberam, durante as visitas domiciliares, orientações sobre escovação, cuidados com o uso de prótese, encaminhamento clínico para os serviços de saúde. Assim, as ações executadas propiciaram melhoria do cuidado em saúde bucal, com sensibilização dos usuários para o autocuidado e fortalecimento da relação entre eles e o serviço de saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde da Família. Intervenção em Saúde. Saúde Bucal.

## ORAL HEALTH CARE AT HOUSEHOLD: EXPERIENCE REPORT OF COMMUNITY-BASED EDUCATION

### ABSTRACT

The aim of this paper is to describe oral health care in households assigned to a Family Health Center (FHC) in the city of Sobral, Ceará. This is a descriptive study, an experience report, developed by students of the dentistry course at the Federal University of Ceará - Sobral, during their experience in the discipline of Collective Health 3: Family Health. The experience was carried out at households assigned to a FHC. The population was users registered in this area, during August and

November 2018. The actions performed were home visits, intraoral clinical exams, health education, supervised brushing and clinical referrals. As a result, two families were monitored and received brushing orientations, care with the use of prostheses and clinical referral to health services. Thus, the actions carried out provided an improvement in oral health care, with users' awareness of self-care and strengthening of the relationship between them and the health service.

**KEYWORDS:** Family Health. Health Intervention. Oral Health.

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Saúde da Família (PSF) surge, em dezembro de 1993, fundamentado em algumas experiências municipais que estavam em andamento no país. Oriundo de uma proposta ousada para a reestruturação do sistema de saúde, propôs a organização da atenção primária à saúde (APS) a partir da substituição dos modelos tradicionais existentes.

Progressivamente, o PSF tornou-se o caminho central para a transformação da assistência à saúde e o aumento do acesso aos serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), buscando responder as necessidades de saúde mais comuns da população (GIOVANELLA 2006).

Em 2006, o Programa Saúde da Família tornou-se Estratégia Saúde da Família (ESF), uma vez que o termo “programa” apresentava a limitação de denotar uma ação que ao atingir seus objetivos, chegaria ao fim. O termo estratégia, por sua vez, é mais adequado pois denota ação permanente e contínua. Assim, a ESF tem como objeto e ponto central do seu trabalho a saúde da família, priorizando a construção de vínculos entre a família e a equipe, desenvolvendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde. A ESF compreende a família a partir do seu ambiente físico e social, como um agente ativo de mudanças e tem seu objetivo alcançado por meio da adscrição de clientela e aproximação da realidade sócio cultural da população (ARANTES et al; 2016).

No processo de trabalho da ESF, as visitas domiciliares representam uma forma de cuidado, traduzida por meio de intervenções educativas e preventivas, por meio do acompanhamento longitudinal das famílias, fortalecendo a construção do vínculo entre profissionais e usuários.

A partir do início da década de 2000, com a publicação da portaria 1444, cirurgiões-dentistas, auxiliares de consultórios dentários e técnicos de higiene bucal passam a fazer parte da Equipe de Saúde da Família e assumem a responsabilidade por uma determinada população, em um território definido, onde desenvolvem suas ações. Integram-se na rede de serviços, de forma a garantir atenção integral aos indivíduos e às famílias, assegurando universalidade de acesso e integralidade do cuidado.

Há uma necessidade da intensificação de ações de ensino relacionadas ao processo de trabalho em saúde bucal na ESF por meio da vivência em territórios, com o intuito de ampliar o olhar do estudante para além de procedimentos de caráter curativista, com enfoque biológico do processo saúde-doença, que fragilizam a integralidade do cuidado aos sujeitos. Essa inserção, que articula ensino e extensão, melhora as condições de saúde da comunidade e permite ao futuro egresso cirurgião-dentista ter a capacidade de trabalhar para garantir a universalidade do acesso tendo por base os determinantes sociais da saúde, agindo de forma eficaz, ao conhecer o território e sua população em todos os aspectos.

É importante que, durante a graduação, os acadêmicos vivenciem na prática o processo de trabalho da ESF, experimentando a interprofissionalidade da APS, as práticas de promoção da saúde e prevenção de agravos e o desenvolvimento de ações direcionadas às necessidades do SUS. Assim, tem-se profissionais de saúde com formação crítica, reflexiva, responsável e capacitados para o enfrentamento dos principais agravos de saúde, contribuindo para o desenvolvimento social do país (PINTO et al; 2013).

Nesse contexto, o presente estudo objetivou descrever ações de atenção a saúde bucal realizadas nos domicílios adscritos a um Centro de Saúde da Família (CSF) da cidade de Sobral, no Ceará.

## **2 MATERIAL E MÉTODO**

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, elaborado no contexto da vivência da disciplina de Saúde Coletiva 3: Saúde da Família. Essa disciplina é ofertada no sexto período do curso de graduação em Odontologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) no *Campus* de Sobral, com o objetivo de compreender os princípios e diretrizes da ESF no SUS.

A vivência foi realizada na cidade de Sobral, distante aproximadamente 230km de Fortaleza, capital do Ceará. O município situa-se na região norte do estado e tem uma população de aproximadamente 208.935 habitantes (IBGE 2019).

O local da vivência foram domicílios adscritos ao CSF Francisco Moura Vieira, popularmente conhecido como CSF CAIC, localizado no Bairro Alto da Brasília. Nessa unidade de saúde, são 1657 famílias cadastradas, com uma média de três a quatro pessoas por família. A população alvo da ação foram usuários cadastrados nessa área, durante os meses de agosto e novembro de 2018.

A unidade possui duas equipes de saúde bucal (ESB). O processo de trabalho é organizado por meio de acolhimento com classificação de risco na primeira hora de cada turno, com o restante do turno para atendimento às demandas programadas e possíveis casos de urgência.

A inserção dos estudantes do curso de Odontologia ocorreu por meio de visitas de reconhecimento ao CSF, com entrevista com profissionais e usuários para obtenção de conhecimento sobre o território e sobre o processo de trabalho em Saúde da Família e Saúde

Bucal. Após o reconhecimento inicial do território, prosseguiu-se a realização das visitas domiciliares, com o apoio do ACS. Durante as visitas, os estudantes atuavam em duplas, realizando uma visita inicial para conhecimento da família, coletar as informações sociodemográficas e de saúde bucal para delineamento do genograma familiar e planejamento das intervenções educativas e preventivas.

Para que fosse possível visualizar a representação das famílias de uma forma mais clara, optou-se pela utilização do genograma como ferramenta de diagnóstico estrutural familiar, por meio do desenho ou mapa da família com enfoque no núcleo familiar e a relação entre os membros. O genograma é um instrumento que possibilita a visualização de grande número de dados sobre determinada família, incluindo seu passado hereditário e o risco que oferece aos membros atuais, juntamente com influências clínicas e interacionais (PEREIRA, 2008).

Nas visitas, além dos dados coletados, também foram realizados exames clínicos intraorais, educação em saúde, escovação supervisionada e encaminhamentos clínicos ao CSF.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

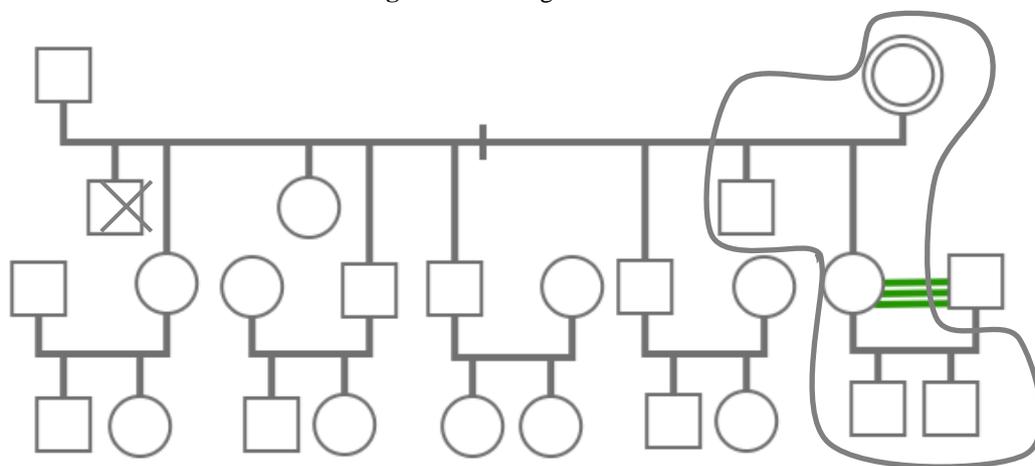
Representar as famílias em forma de genograma foi uma maneira simples e didática de mostrar as relações familiares, grau de parentesco e eventuais conflitos presentes na família. Por conseguinte, permite que qualquer profissional da saúde consiga entender de uma forma simples e objetiva o que se passa em um determinado núcleo familiar. O genograma possibilitou a compreensão dos problemas clínicos familiares e o seu percurso ao longo do tempo e das gerações, assim como possibilitou que os membros da família consigam se ver como integrantes de um todo maior, esse todo é a família, espaço ativo na construção do processo saúde-doença (MACHADO et al., 2005; MCGOLDRICK et al, 2012).

Para este relato, foram selecionadas duas famílias acompanhadas na vivência. A Família 1 era residente do bairro Alto da Brasília. A casa possuía 5 cômodos, divididos entre a mãe, dois filhos e dois netos. Após coleta de dados pessoais, foi realizado exame das condições bucais dos membros presentes. Nesse momento, a mãe recusou e teve sua vontade respeitada, relatando que era usuária de prótese total. Foram obtidos dados de situação de

saúde bucal da filha e dos dois netos. Os três estavam com uma boa condição de higiene oral e baixo risco para a cárie dentária.

Para a construção do genograma da Família 1, a mãe forneceu todas as informações sobre os demais membros da família, sendo a responsável pelo núcleo familiar e se constituindo a pessoa índice do genograma. Esta se encontra em separação conjugal do marido e os dois tiveram oito filhos. O primeiro foi um indivíduo do sexo masculino que já faleceu, a segunda uma mulher que vive uma união estável com um homem e tem dois filhos, um menino e uma menina. A terceira filha também é uma mulher. O quarto filho é um homem que é casado com uma mulher e tem dois filhos: um menino e uma menina. O quinto filho também é um homem e tem uma união estável com uma mulher e tem duas filhas. O sexto filho também homem tem uma união estável com uma mulher e tem dois filhos: uma menina e um menino. O sétimo filho é homem. E a oitava filha uma mulher que tem uma união estável com um homem, que se encontra preso, e tem dois filhos. Os moradores da casa é a pessoa índice, o filho e filha mais novos, e os dois netos que são da relação de sua filha mais nova. O genograma da família 1 ficou da seguinte forma:

**Figura 1** - Genograma da Família 1



Fonte: Arquivo pessoal

Na segunda visita, como forma de intervenção educativa, foi levado um cartaz com as formas de higienização e cuidados que a mãe deveria ter com a prótese, sempre mencionando a importância de manter também uma boa higiene oral, e por isso também foi realizada uma instrução de higiene oral, com entrega de uma escova para fazer a limpeza da sua prótese.

Esta se mostrou receptiva com a abordagem e permaneceu atenta durante as atividades, inclusive com a realização do exame bucal.

Foi realizada uma atividade lúdica com as crianças para que elas entendessem a importância de ter uma boa higiene oral e posterior entrega de produtos para higiene bucal. Foi realizada uma construção coletiva de um cartaz simbolizando o “dente feliz” e outro “dente triste”, e nesse momento foi realizada teorização sobre quais seriam os alimentos que contribuiriam para a ocorrência de cárie, sempre ressaltando a importância de ter uma boa higiene oral, o que deixaria o “dentinho feliz”. Também foi falado com a mãe das crianças sobre a importância de supervisionar e ajudar os dois meninos a escovarem os dentes e já introduzir o hábito de usar fio dental no mais velho.

Pode-se observar que havia uma falta de orientação no diz respeito a higiene oral da pessoa índice, que se recusou a fazer o exame intra-oral. Isso se refletia ao observar a saúde oral das crianças, que mesmo muito jovens já apresentavam atividade de cárie na primeira infância. Este tipo de cárie caracteriza-se pela presença de um ou mais dentes decíduos com lesão de cárie (cavitada ou não), restaurados/obturados ou perdidos devido a cárie, em crianças menores de seis anos de idade (LARANJO, 2017).

A condição socioeconômica da família também pode ser considerado um fator que contribuía para a falta de cuidado. Acredita-se que a renda e a escolaridade dos pais das crianças influenciam no estímulo para adoção de cuidados com a saúde bucal dos filhos, determinando ou implicando no grau de dificuldade pelos profissionais de saúde em realizar os procedimentos de promoção de saúde bucal (SILVA 2011).

**Imagem 1** - Atividade de Educação em Saúde



Fonte: Arquivo pessoal

**Imagem 2** - Atividade de Educação em Saúde



Fonte: Arquivo pessoal

**Imagem 3** - Atividade de Educação em Saúde



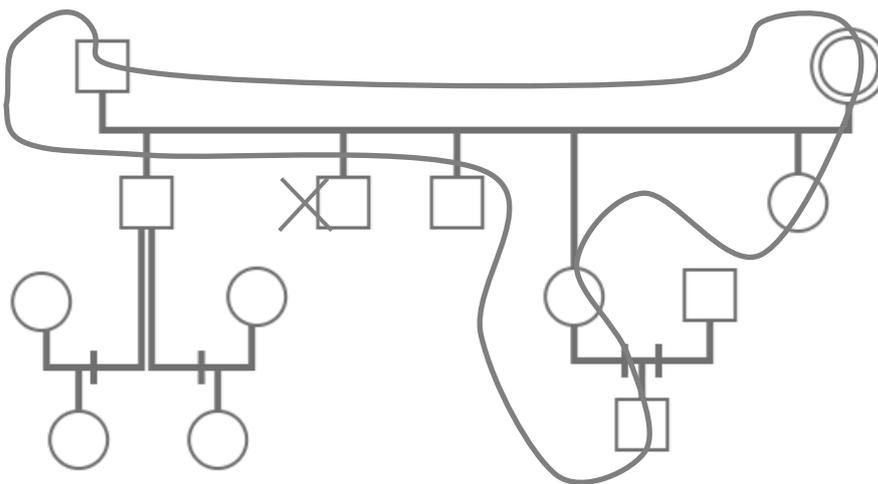
Fonte: Arquivo pessoal

A Família 2 também residia no bairro Alto da Brasília. A casa possuía 5 cômodos, divididos entre 6 pessoas: a dona da casa, seu marido, três filhos e um neto. Todos foram colaborativos para a realização do exame bucal. Os filhos, apesar de não terem nenhuma cárie, tinham uma precária higiene oral, possuindo muita placa dentária em boa parte da superfície dos dentes. A dona da casa possuía uma prótese total superior, e ao examinarmos o seu palato, vimos que ela tinha uma pequena lesão, muito semelhante à uma hiperplasia fibrosa inflamatória, uma condição neoplásica benigna provavelmente causada pela compressão da prótese, que não deve estar tão adaptada. Na arcada inferior, ela perdeu a maioria dos dentes, tendo a necessidade de uma prótese parcial removível. Por conta da lesão, foi possível o encaminhamento para o atendimento na clínica de Estomatologia do Curso de Odontologia UFC *Campus* de Sobral e remoção da lesão.

As informações familiares foram organizadas em um genograma, no qual a dona da casa se constituiu como pessoa índice. Ela é uma mulher casada com um homem e tiveram cinco filhos. O primeiro filho é do sexo masculino, casou-se com uma mulher, teve uma filha e se divorciou, atualmente está em uma união estável com outra mulher, e tem uma filha fruto dessa relação. O segundo filho é falecido. O terceiro filho também é homem. A quarta filha é uma mulher, a qual se casou com um homem, teve um filho e se divorciou. A quinta filha é

uma mulher. Os moradores da casa são no total de seis: a pessoa índice e seu marido, os filhos número 1, 4 e 5, e o neto da pessoa índice, filho da filha n° 4. O genograma da família 2 ficou da seguinte forma:

**Figura 2** - Genograma da Família 2



Fonte: Arquivo pessoal

Na segunda visita, a abordagem se iniciou com o neto de 11 anos, com realização de evidenciação de placa dentária, para que ele pudesse observar como estava sua higiene oral e assim pudesse entender que deveria melhorar esse hábito. Posteriormente foi pedido a ele que demonstrasse sua higienização bucal utilizando um macromodelo, não descartando em nenhum momento seu conhecimento prévio e complementando com técnicas adequadas que melhorariam a escovação, assim como a importância do uso do fio dental. Por fim, foi realizada escovação supervisionada, com boa colaboração.

A dona da casa demonstrou interesse em conhecer um pouco sobre lesões malignas que acometem a região oral, portanto a atividade foi voltada para informações e dúvidas sobre esse assunto, com enfoque em as áreas mais acometidas, sinais e sintomas, fatores de risco, bem como mecanismos de prevenção e cuidado. Além disso, foi explicado como ela poderia fazer para melhor higienizar sua prótese, com a entrega de uma escova que deveria ser utilizada nessa higienização e um informativo animado para lembrá-la de como cuidar da prótese.

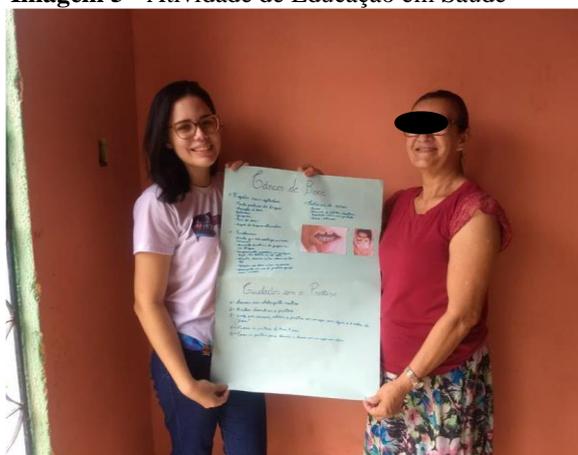
A presença da lesão em palato possivelmente provocada pelo uso da prótese dentária demonstra a importância de exame clínico odontológico inclusive para pacientes desdentados, pois há a possibilidade do aparecimento de lesões orais, que podem ser sugestivas de câncer bucal. O grande problema que envolve o câncer bucal diz respeito à falta de diagnóstico precoce, levando a sequelas ou mesmo à morte. Portanto, o rastreamento do câncer da cavidade bucal pode ser útil para detectar lesões pré-malignas e lesões de câncer, favorecendo o tratamento antes da instalação da doença e possibilitando uma melhor qualidade de vida a partir do diagnóstico precoce (MARTINS, 2012).

**Imagem 4** - Atividade de Educação em Saúde



Fonte: Arquivo pessoal

**Imagem 5** - Atividade de Educação em Saúde



Fonte: Arquivo pessoal

Observou-se que as visitas domiciliares propiciaram melhoria do cuidado em saúde bucal para os moradores presente, com empoderamento de usuários para o autocuidado e fortalecimento da relação entre eles e o CSF. As primeiras visitas mostraram a necessidade de retorno ao domicílio para o fortalecimento do vínculo e a percepção do paciente sobre a importância que o profissional de saúde dá aquela ação. Isso por ser comprovado pelo comportamento das famílias na visita de retorno dos estudantes de odontologia no domicílio. Durante essa vivência, os conceitos vivenciados na teoria em ESF foram aplicados e os estudantes relataram compreensão do processo de trabalho em saúde bucal no território, com disposição e engajamento nas ações de intervenção nos domicílios visitados.

#### 4 CONCLUSÃO

A descrição das atividades disciplinares realizadas no serviço de saúde apresentou a relevância e necessidade da inserção dos acadêmicos de Odontologia nos serviços de saúde

para a educação pelo trabalho, a fim de conhecerem de perto a realidade do SUS através da ESF, uma vez que, a grande maioria desses alunos terão essa realidade como porta de entrada ao mercado de trabalho. Essa integração ensino-serviço beneficiou o serviço com ações educativas para melhoria das condições de saúde bucal, assim como prevenção de doenças e diagnóstico precoce de neoplasias bucais.

Ademais, o estabelecimento do vínculo, a lógica da territorialização, o acolhimento e a compreensão do indivíduo em sua totalidade e entre outros aspectos da ESF são extremamente necessários para a oferta de serviços de saúde de qualidade e é de grande importância que o cirurgião-dentista tenha conhecimento e participe de forma ativa nesse espaço.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, L. J.; SHIMIZU, H. E.; MERCHAN-HAMANN, E. Contribuições e desafios da Estratégia Saúde da Família na Atenção Primária à Saúde no Brasil: revisão da literatura.

**Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2016, v. 21, n. 5, p.1499-1510. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000501499&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000501499&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em nov. 2019.

BORGES, C. D.; COSTA, M. M.; FARIA, J. G. Genograma e atenção básica à saúde: em busca da integralidade. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, dez. 2015, v. 7, n. 2, p. 133-141. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2015000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2015000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Memórias da saúde da família no Brasil**. Brasília, 2010, 144 p. Disponível em <[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/memorias\\_saude\\_familia\\_brasil.pdf&ved=2ahUKEwjGjZCkn\\_71AhXdIbkGHAMBBfoQFjAAegQIARAB&usq=AOvVaw0grRC6dv4hcNfaC5XhHpil](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/memorias_saude_familia_brasil.pdf&ved=2ahUKEwjGjZCkn_71AhXdIbkGHAMBBfoQFjAAegQIARAB&usq=AOvVaw0grRC6dv4hcNfaC5XhHpil)>. Acesso em nov. 2019.

FARIA, H.P; COELHO, I.B; WERNECK, M.A.F; SANTOS, M.A. Modelo assistencial e atenção básica à saúde. Belo Horizonte, 2008. p. 13-3.

GIOVANELLA, L. A atenção primária à saúde nos países da União Européia: configurações e reformas organizacionais na década de 1990. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, mai. 2006, v. 22, n. 5, p. 951-963. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2006000500008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000500008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em nov. 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Endereço eletrônico: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sobral/panorama> Data de acesso: 05 de novembro de

2019.

LARANJO, E. et al. A cárie precoce da infância: uma atualização. **Rev Port Med Geral Fam**, Lisboa, dez. 2017, v. 33, n. 6, p. 426-9. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-51732017000600008](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-51732017000600008)>. Acesso em nov. 2019.

MACHADO, H. B., SOPRANO, A. T. B., MACHADO, C., LUSTOSA, A. C. P., LIMA, M. H. de., & MOTA, A. C. G. (2005). Identificação de riscos na família a partir do genograma. *Família, Saúde e Desenvolvimento*. 7(2), 149-157.

MARTINS, J. S. et al. Estratégias e resultados da prevenção do câncer bucal em idosos de São Paulo, Brasil, 2001 a 2009. **Rev Panam Salud Publica**, 2012, v. 31, n. 3, p. 246-52. Disponível em <[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/%3Fresource\\_ssm\\_path%3D/media/assets/rpsp/v31n3/10.pdf&ved=2ahUKEwi6zZy\\_jf71AhXJGrkGHUgVBVcQFjAAegQIBhAB&usg=AOvVaw1j70ccHBJ8gr4dtsndQZRX&csid=1574435688026](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/%3Fresource_ssm_path%3D/media/assets/rpsp/v31n3/10.pdf&ved=2ahUKEwi6zZy_jf71AhXJGrkGHUgVBVcQFjAAegQIBhAB&usg=AOvVaw1j70ccHBJ8gr4dtsndQZRX&csid=1574435688026)>. Acesso em nov. 2019.

MATTOS, G. C. M. et al. A inclusão da equipe de saúde bucal na Estratégia Saúde da Família: entraves, avanços e desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 373-382, Feb. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014000200373&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000200373&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em nov. 2019.

MCGOLDRICK, M., GERSON, R., & PETRY, S. (2012). Genogramas: avaliação e intervenção familiar. (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.

NOGUEIRA, A. P. F. et al. A importância do uso do genograma para compreensão da dinâmica familiar. **Rev enferm UFPE on line**. Recife, 2017, 11(12): 5110-5. Disponível em <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://periodicos.ufpe.br/revista/s/revistaenfermagem/article/download/23522/25356&ved=2ahUKEwiorYz7zuDIAhV5HbkGHeqfDiMQFjACegQIAxAB&usg=AOvVaw2UYR11IDAdVJCu3JKctP8rR>>. Acesso em nov. 2019.

PEREIRA, A.T.S. et al. O uso do prontuário familiar como indicador de qualidade da atenção nas unidades básicas de saúde. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 123-133, 2008.

PINTO, A. C. M. et al. Percepção dos alunos de uma universidade pública sobre o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2013, v. 18, n. 8, p. 2201-2210. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000800004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000800004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em nov. 2019.

SILVA, P. F.; FREITAS, C. H. S. M. Análise de motivos que dificultam a adoção de hábitos de higiene bucal saudáveis com relação à cárie dentária: avaliação de uma escola pública da Paraíba. **Arq Odontol**, Belo Horizonte, jan./mar. 2011, v. 47, n. 1, p. 38-44. Disponível em <[http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-](http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-)

09392011000100006>. Acesso em nov. 2019.

WENDT, N. C., CREPALDI, M. A. A Utilização do Genograma como Instrumento de Coleta de Dados na Pesquisa Qualitativa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, 2008, 21(2), 302-310. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-79722008000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-79722008000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em nov. 2019.

## EDUCAÇÃO PERMANENTE, INTERPROFISSIONALIDADE E PRÁTICAS COLABORATIVAS NA ATENÇÃO À SAÚDE

**OLIVEIRA, S. D. M.<sup>1</sup>; MARTINS, B. D.<sup>2</sup>; FREIRE, C. M. S.<sup>3</sup>; LIMA, L. L. X.<sup>4</sup>; SILVA, L. C. C. da<sup>5</sup> & GOMES, P. B.<sup>6</sup>**

1 Enfermeira pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA; suelemdias83@gmail.com. 2 Acadêmica de Educação Física na Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA; brunadouradom@gmail.com. 3 Acadêmica de Enfermagem na Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA; clarissafreire00@gmail.com. 4 Acadêmica de Medicina na Universidade Federal do Ceará- UFC; liduinalara@gmail.com. 5 Enfermeira pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA; Mestre em Saúde da Família; lielma\_carla@yahoo.com.br. 6 Farmacêutica Bioquímica, profa. do Magistério Superior do Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará- UFC; patriciabegomes@gmail.com

Artigo submetido em abril de 2020 - DOI 10.32356/exta.v20.n2.43767

### RESUMO

O trabalho interprofissional e a prática colaborativa em saúde são estratégias para melhorar o funcionamento e organização do sistema de saúde na Atenção Primária à Saúde. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência das vivências de um grupo tutorial do PET-Saúde/Interprofissionalidade em um Centro de Saúde da Família (CSF), diante das ações de educação interprofissional (oficinas compartilhadas). Trata-se de um estudo descritivo, reflexivo, que aborda vivências práticas de discentes de Instituições de Ensino Superior públicas da área da saúde, em dezembro/2019 a fevereiro/2020, Sobral-CE, orientados por profissionais e docentes deste programa educacional. A princípio houve observação sistemática das vivências em campo, a fim de conhecer a dinâmica do serviço. As atividades realizadas tinham como eixo norteador a temática

educação permanente e prática colaborativa, discutidas com profissionais do CSF em um momento de Educação Interprofissional com a comunidade, e discutidos os conceitos de inter, multi e uniprofissionalidade, destacando os pontos positivos e negativos, além de sugerir os possíveis locais onde a interprofissionalidade poderia se inserir. Através das oficinas discutimos algumas ações interprofissionais, buscando construir relações interpessoais mais inclusivas. Construímos e pactuamos junto com a equipe de saúde um quadro de serviços interprofissionais a serem desenvolvidos no CSF. Todavia, há uma necessidade de maior adesão de gestores, profissionais e população para apoiar as estratégias da Educação Interprofissional, ferramenta potente para a transformação das redes de Atenção Primária à Saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interprofissionalidade. Educação Interprofissional. Prática Colaborativa. Educação Permanente.

## PERMANENT EDUCATION, INTERPROFESSIONALITY AND COLLABORATIVE PRACTICES IN HEALTH CARE

### ABSTRACT

Interprofessional work and collaborative health practice are strategies to improve the operation and organization of the health system in Primary Health Care. This work aims to report the experience of the experiences of a tutorial group from PET-Saúde/Interprofessionality in a Family Health Center (FHC), in the face of interprofessional education actions (shared workshops). This is a descriptive, reflective study that addresses the practical experiences of students from public higher education institutions in the health area, in December / 2019 to February / 2020, Sobral-CE, guided by professionals and teachers of this educational program. At first there was a systematic observation of the experiences in the field, in order to know the dynamics of the service. The activities carried out were guided by the theme of permanent education and collaborative

practice, discussed with FHC professionals at a time of Interprofessional Education with the community, and the concepts of inter, multi and uniprofessionality were discussed, highlighting the positive and negative points, in addition to suggest the possible places where interprofessionality could be inserted. Through the workshops we discuss some interprofessional actions, seeking to build more inclusive interpersonal relationships. We built and agreed with the health team a framework of interprofessional services to be developed at the FHC. However, there is a need for greater adherence by managers, professionals and the population to support the strategies of Interprofessional Education, a potent tool for the transformation of Primary Health Care networks.

**KEYWORDS:** Interprofessionality. Interprofessional Education. Collaborative Practice. Permanent Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Interprofissionalidade é o conjunto de várias profissões distintas, que compartilham tomadas de decisões e resolução de casos juntos, de maneira integrada e interdependente, com práticas colaborativas e trabalho em equipe. O trabalho interprofissional e a prática colaborativa em saúde são estratégias para melhor funcionamento e organização do sistema de saúde na Atenção Primária à Saúde (APS), assim como, melhor fluxo dos atendimentos, não fragmentação dos serviços, atenção centrada ao paciente/usuário e família, racionalização dos custos em saúde e atenção integrada à população e comunidade (PEDUZZI; AGRELI, 2018).

Além do trabalho interprofissional, outro método adotado na saúde para otimizar o serviço, é a Prática Colaborativa. Colaboração é uma situação onde os profissionais da saúde trabalham juntos, de forma integrada para promover melhor atenção ao paciente/usuário, sem deixar de reconhecer seus próprios interesses pessoais e autonomia de cada profissão. Prática Colaborativa é substituir o poder hierárquico na saúde e reduzir o clima de competição entre as profissões (PEDUZZI; AGRELI, 2018).

Diante disso, para obter um trabalho interprofissional eficaz são necessárias estratégias que colaborem para um conhecimento integrado e compartilhado, como a Educação Permanente em Saúde (EPS). A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) se baseia em um sistema de educação e aprendizagem em temáticas da saúde destinado para os profissionais da área, com o intuito de produzir conhecimento e gerar maior resolução dos casos abordados na APS (SILVA et al, 2016).

A necessidade de instaurar um programa de Educação Permanente em Saúde e tecnologias leves aplicadas na APS pode resultar em melhorias no fluxo das agendas e na tomada de decisão compartilhada sobre os casos, acelerando o processo de resolução e diminuindo a margem de erros. As tecnologias em saúde podem ser uma boa estratégia para transformar o trabalho multiprofissional em interprofissional. De acordo com Merhy e Onocko (2002), as tecnologias em saúde se dividem em: dura (recursos materiais), leve-dura (técnico-científico), e leve (subjetividade). As tecnologias leves, por se tratarem de relações entre os sujeitos, afetividades e diálogos, se aplicam como melhor método de Educação Permanente em Saúde para aprimorar a integração entre os profissionais e assim, obter um trabalho interprofissional e não multiprofissional e facetado.

As inserções no cenário da APS, proporcionadas pelo Programa de Educação pelo

Trabalho para a Saúde (PET-Saúde/Interprofissionalidade), são essenciais para fortalecer o trabalho em equipe, auxiliando no melhor entendimento da atuação colaborativa e participativa entre diferentes profissionais, que buscam ofertar cuidado integral. Tendo em vista que a prática colaborativa nem sempre está inserida nos serviços de saúde, foram realizadas visitas a diferentes Centros de Saúde da Família (CSF) da cidade de Sobral-CE, nas quais foi observado o nível de interação interprofissional, práticas e competências colaborativas nas equipes. De acordo com as observações, foi escolhido o CSF Dr. Antônio de Pádua Neves (CSF Vila União), pois havia a necessidade de trabalhar de forma mais aprofundada a questão da interprofissionalidade nos serviços ofertados, assim como a disponibilidade demonstrada pelos profissionais.

Sendo assim, diante da necessidade de uma Educação Permanente para auxiliar profissionais da APS em aprender a reconhecer as competências de seus colegas de trabalho, compartilhar, tomar decisões coletivas e trabalhar de forma integrada, foi aplicada tecnologia leve para facilitar a EPS, e conseguir melhor harmonia no ambiente de trabalho destes profissionais, a fim de promover a empatia pelo trabalho interprofissional.

O objetivo do presente artigo é relatar a experiência das vivências de um grupo tutorial do PET-Saúde/Interprofissionalidade, no CSF, diante de algumas ações de Educação Interprofissional e estabelecer estratégias que promovam o diálogo interprofissional para o fortalecimento da prática colaborativa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A interprofissionalidade se dá através da prática colaborativa ou colaboração interprofissional. A prática colaborativa ocorre quando profissionais de saúde de diferentes áreas prestam serviços com base na integralidade da saúde, envolvendo os pacientes e suas famílias, cuidadores e comunidades para atenção à saúde da mais alta qualidade em todos os níveis da rede de serviços (OMS, 2010). A revista *Canadian Interprofessional Health Collaborative* (CIHC, 2010) aborda colaboração interprofissional como um processo de desenvolvimento e manutenção efetiva de relações interprofissionais de trabalho com alunos, profissionais, paciente / cliente / famílias / e comunidades para permitir melhores resultados de saúde.

Ao abordar o termo interprofissionalidade, torna-se relevante, a princípio, diferenciá-

lo de outros termos como, “multiprofissional”; “interdisciplinar” e “multidisciplinar”, pois de acordo com estudos canadenses são palavras frequentemente utilizadas na área da saúde, entretanto, algumas vezes confundidas (SOKLARIDIS; OANDASAN; KIMPTON, 2007). Diferenciando as palavras “disciplina” e “profissão”, Ricardo Ceccim (2018) define-as respectivamente como recorte ou domínio de informação técnica ou científica e recorte de poder de exercício formal de uma ocupação. Pode-se assim definir como disciplina sendo a teoria e profissão, a prática.

Alvarenga et al. (2013) trazem “multiprofissionalidade” como sendo um conjunto de várias disciplinas no qual cada profissional exercerá apenas seu saber especializado e o cuidado ocorrerá de forma fragmentada. Já o termo “inter”, Ceccim (2018) define como “a zona daquilo que há de comum entre elas ou aquele ponto de indiscernibilidade para o qual convergem os elementos de um mesmo campo do saber, desde o qual nascem as práticas de um fazer profissionalizado”.

Aderir à prática interprofissional colaborativa nos serviços de saúde permite influenciar de forma sinérgica sobre o cuidado à saúde, aperfeiçoar a utilização dos recursos, aprimorar a eficiência dos serviços, apurar os resultados e racionalizar os custos na atenção à saúde (PREVIATO; BRADISSERA, 2018). A OMS afirma ainda que a prática colaborativa pode melhorar: o acesso aos serviços de saúde e a coordenação dos mesmos; o uso adequado de recursos clínicos especializados; os resultados na saúde de usuários com doenças crônicas; a assistência e a segurança dos pacientes.

Thomson e colaboradores (2015) afirmam que, para os profissionais alcançarem um nível de comunicação efetiva e trabalharem de maneira interprofissional, é necessário que os membros detenham conhecimentos sobre os papéis das outras profissões dentro da equipe de saúde. Essa formação se dá através da Educação Interprofissional (EIP).

Uma das formas de capacitação é a Educação Permanente em Saúde (EPS), instituída em 2004 pelo Ministério da Saúde através da Política Nacional de Educação Permanente (PNEPS). Esta estratégia foi definida como um processo capaz de “gerar reflexão sobre o processo de trabalho, autogestão, mudança institucional e transformação das práticas em serviço”, tendo como base “articular a integração entre ensino, serviço e comunidade” (BRASIL, 2017).

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, reflexivo, do tipo relato de experiência, a partir da vivência práticas de discentes dos cursos de graduação da área da saúde (Enfermagem, Educação Física, Medicina), de Instituições de Ensino Superior públicas (Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, Universidade Federal do Ceará- UFC), da região Norte do Estado do Ceará.

O cenário prático deste estudo ocorreu no período de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020, a partir das atividades de tutoria desenvolvidas por monitores (três acadêmicas) acompanhadas/ orientadas por uma enfermeira preceptora e profissional docente coordenador do eixo promoção da integração ensino-serviço-comunidade com foco no desenvolvimento do SUS do Programa de Educação para o Trabalho – PET-Saúde/Interprofissionalidade, realizadas no Centro de Saúde da Família Dr. Antônio de Pádua Neves (CSF Vila União), integrante da rede de serviços de saúde do município de Sobral, Ceará.

As atividades realizadas tinham como eixo norteador a temática Educação Permanente (EP) e Prática Colaborativa (PC), a ser discutida com profissionais do CSF (01 gerente, 01 médica, 02 enfermeiras, 01 técnica de enfermagem, 02 acadêmicas de enfermagem, 02 cirurgiões dentistas; equipe da residência multiprofissional em saúde da família incluindo: 01 assistente social, 01 farmacêutica, 01 educador físico, 01 fonoaudióloga e 01 dentista; profissionais do Núcleo Ampliado em Saúde da Família na Atenção Básica (NASF-AB): 01 psicóloga, 09 agentes comunitários de saúde, 01 agente administrativo e 01 atendente de farmácia), em um momento de EIP com a comunidade,

A observação sistemática das vivências em campo, foi orientada correlacionando-a a um referencial bibliográfico relevante para o levantamento de hipóteses, referenciada no cotidiano da dinâmica do trabalho do CSF, envolvendo um conjunto de atividades de atenção à saúde, tais como: grupo de puericultura coletiva e atendimentos pré-natais, levando em consideração que estes momentos de observação foram acordados com os membros da equipe, considerando a agenda de trabalho desta unidade de saúde.

Iniciou-se pela inserção dos monitores do PET-Saúde ao CSF Vila União, na qual realizaram diálogos com alguns profissionais, por meio de uma oficina compartilhada, a fim de que a dinâmica do serviço fosse compreendida e, durante este momento, foi categorizada toda a carteira de serviço do Centro, entre atividades realizadas de forma uni, multi ou

interprofissional, com o intuito de mapear potenciais iniciativas interprofissionais junto ao gestor, representantes das equipes mínima e equipes de apoio multiprofissionais do CSF.

Posteriormente, foi realizada uma EP, com as categorias de profissionais do CSF já mencionadas, através de uma oficina disparadora de discussão que conseguiu nivelar conceitos a respeito de atuações uni, multi ou interprofissionais, acrescido ao estímulo em operacionalizar os grupos funcionais de saúde de acordo com uma abordagem interprofissional. Em seguida, foram apresentadas a todos os integrantes do CSF as potenciais intervenções que seriam desenvolvidas no decorrer da experiência, para que no futuro pudessem ser construídas coletivamente as agendas dos profissionais do serviço.

Nos encontros subsequentes foram realizadas observações das atividades do serviço, dentre elas o grupo de puericultura coletiva e o atendimento ao pré-natal realizados no CSF, podendo avaliar o impacto da EIP em solucionar problemas que impediam a implementação das linhas de cuidado em saúde das crianças e das gestantes.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A utilização da interprofissionalidade, assim como a prática colaborativa, no contexto das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) é uma temática atual que necessita ser abordada em seus princípios, visto que muitas equipes ainda desconhecem essa prática ou a confunde entre “multiprofissionalidade” e “interprofissionalidade”.

Previato e Baldissera (2018) contextualizam que a prática interprofissional colaborativa em saúde apresenta-se, atualmente, como estratégia de suma importância no cenário da saúde por possibilitar reversão ao modelo de atenção em saúde hegemônico e, assim, aumentar a resolutividade do trabalho em equipe, com respeito à integralidade do cuidado.

Paviani; Fontana (2009) relatam que no âmbito educacional, a articulação entre teoria e prática encontra nas oficinas pedagógicas um recurso oportuno e caracteriza-as como forma de construir conhecimento a partir da ação e da reflexão. Neste estudo, utilizou-se como tecnologia leve o formato de oficina para interação dos profissionais que atuam no CSF Vila União, possibilitando o compartilhamento de conhecimentos, partindo do conceito de interprofissionalidade, e como poderiam ser aplicados na prática cotidiana da unidade de saúde.

Leite e colaboradores (2012) retratam que os grupos de aprendizagem tutorial tornam-se um instrumento de educação permanente, e que a formação dos profissionais de saúde favorece a colaboração, o desenvolvimento e avaliação de tecnologias do cuidado e da assistência, intervindo na organização do sistema de saúde (CECCIM; PINTO, 2007).

A educação permanente deve ser determinada a partir da observação dos problemas e o enfoque problematizador é uma resposta inovadora frente aos desafios presentes na formação destes profissionais para a melhoria da qualidade e satisfação da coletividade (SANTOS; PEDROSA; PINTO, 2016). Sendo assim, através de uma análise observacional verificou-se que a equipe do CSF tinha conhecimento limitado acerca da temática, trazendo-nos a possibilidade de compartilhar a teoria sobre o assunto.

No cenário da Atenção Primária, a inserção de acadêmicos da área da saúde, monitores do PET Saúde, corrobora com o cuidado humanizado (LEITE et al, 2012). Sendo assim, a tutoria e a preceptoria do PET-Saúde priorizaram ações na prática do processo de trabalho e os compromissos assumidos com a formação em saúde ancoram-se na perspectiva que rompe com o caráter instrumental e metodologias próprias dos campos de atuação, envolvendo-se na construção de uma reflexão crítica sobre estas práticas, a partir dos determinantes culturais, do trabalho, das relações sociais e condições produtivas.

Segundo Peduzzi e colaboradores (2013), a área de atuação dos profissionais de saúde possui ações peculiares mediadas pelo encontro entre usuários e profissionais e o uso de intervenções técnicas, ressaltando que o trabalho coletivo, se desenvolve no cotidiano de encontros e diálogos entre pares em busca das articulações necessárias à integração de suas ações no ato de cuidar. Com o alinhamento de conceitos junto à equipe, ressaltou-se os referenciais teóricos dos aspectos positivos da implantação da interprofissionalidade no desenvolvimento das atividades de saúde e como poderiam ser incorporados no fazer dos profissionais de saúde.

Após as explicações teóricas, analisou-se junto com a equipe de saúde a carteira de serviços disponível no CSF, sendo transcrito em papel madeira para favorecer a visualização dos envolvidos. Cada serviço foi avaliado individualmente, com a participação da equipe de trabalho, questionando-os sobre a presença do modo uniprofissional ou multiprofissional, bem como observando as possibilidades e limites identificados pelos próprios profissionais desta unidade para que o serviço fosse planejado e executado com múltiplos saberes profissionais.

Posteriormente cada serviço foi destacado, sob a ótica destes profissionais, indagando-se a possibilidade de uma atuação interprofissional, na qual responderam positivamente e por fim, questionou-se sobre as categorias que mais poderiam contribuir diretamente com cada serviço que estava sendo analisado. Desta forma, foi construído e pactuado junto com a Equipe de Saúde da Família (ESF) um quadro de serviços interprofissionais a serem desenvolvidos no CSF.

A formação em oficina compartilhada permitiu-nos vivenciar ações interprofissionais, onde integrar-se implica em se disponibilizar a conviver com o outro, conhecendo-o melhor, respeitando-o em suas singularidades e buscando construir relações interpessoais mais inclusivas.

Com a aceitabilidade dos profissionais (enfermeiro ou médico da equipe do CSF, educador físico do Núcleo Ampliado em Saúde da Família na Atenção Básica (NASF-AB) e da Residência Multiprofissional em Saúde da Família) à atuação interprofissional, foi visualizada a prática da interprofissionalidade no atendimento pré-natal e de puericultura, através do compartilhamento e complementaridade de conhecimentos, proporcionando o cuidado integral na avaliação das gestantes e crianças.

Pudemos observar a participação colaborativa dos profissionais e a alegria de trabalhar em conjunto, entendendo os benefícios da prática interprofissional e sua contribuição na efetivação da atenção integral ao paciente.

Como produto da oficina aplicada para construção da carteira de serviços interprofissional, agendamos o momento da prática na puericultura coletiva de crianças de 3 a 5 anos e na realização do pré-natal com a equipe do CSF.

D'Amour e colaboradores (2005) relatam que a prática colaborativa implica no reconhecimento da interdependência entre os profissionais, entendida como um desejo comum de resolver as necessidades do paciente, e como forma de fazer emergir a sinergia entre aportes antes tidos como individualizados. No intuito de corroborar com esta prática no CSF Vila União almeja-se alcançar:

- Impacto positivo sobre a equipe da ESF com a sensibilização sobre a prática colaborativa ao realizar atividades de educação permanente (rodas de conversa e oficinas de trabalho grupais);
- Reconhecimento por parte dos profissionais de suas competências e habilidades e

dos demais, a fim de compreender a importância de trabalhar de forma integrada;

- Fortalecimento da comunicação entre a ESF e os usuários, planejando, de forma interprofissional, o manejo das atividades e o fluxo dos atendimentos;
- Visualização do fazer de cada profissional e colaboração para o atendimento interprofissional por parte da comunidade.

## 5 CONCLUSÃO

A interprofissionalidade emerge em territórios multiprofissionais, e as inserções no cenário da APS, em um Centro de Saúde da Família, pelo PET-Saúde/Interprofissionalidade, através de observações vivenciadas nestes serviços multiprofissionais, partindo de uma postura aceitação por parte desta equipe de trabalho, favoreceu a implementação de tecnologias leves, visando promover mudanças nas ações desta unidade de saúde, multiplicidade dos saberes, ou seja, Educação Permanente em Saúde (EPS).

Apesar da interprofissionalidade não estar explicitamente presente entre os profissionais deste setor, e que a resolução da demanda se dava de maneira uniprofissional e multiprofissional, pôde-se perceber a disposição para interprofissionalidade nas ações acompanhadas, e através da Educação Permanente com abordagem interprofissional auxiliá-los a visualizar o fazer colaborativo, a buscar um diálogo integrativo, conhecer as competências necessárias para o enfrentamento das demandas do sistema de saúde, no intuito de fortalecer o compromisso com o cuidado pela saúde da coletividade.

Contudo, há uma necessidade de maior adesão de gestores, profissionais e população para apoiar as estratégias da Educação Interprofissional, e implantar uma Política Municipal de Educação Permanente solidificada, ferramenta potente para a transformação das redes de Atenção Primária à Saúde.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, J. P. O.; MEIRA, A. B.; FONTES, W. D. *et al.* Multiprofissionalidade e Interdisciplinaridade na Formação em Saúde: Vivências de Graduandos no Estágio Regional Interprofissional. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, Recife-PE, v. 7, n. 10, p. 5950, out., 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde, Política Nacional de Educação Permanente (PNEPS), 2017. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/trabalho-educacao-e-qualificacao/gestao-da-educacao/qualificacao-profissional/40695-politica-nacional-de-educacao-permanente-pneps>. Acesso

em: 17/03/2020.

CANADIAN INTERPROFESSIONAL HEALTH COLLABORATIVE (CIHC). A National Interprofessional Competency Framework. Vancouver, 2010.

CECCIM R. B.; PINTO L. F. A formação e especialização de profissionais de saúde e a necessidade política de enfrentar as desigualdades sociais e regionais. **Rev Bras Educ Med.**, v. 31, n. 3, p.266-77, 2007.

CECCIM, R. B. Conexões e fronteiras da interprofissionalidade: forma e formação. **Interface (Botucatu)**, v. 22, p. 1739-1749, 2018. Supl. 2.

D'AMOUR, D.; FERRADA, V. M.; SAN MARTIN, R.L.; BEAULIEU, M.D.; Conceptual basis for interprofessional collaboration: core concepts and theoretical frameworks. **J Interprof Care.** 19, p. 116-31, 2005. Supl. 1.

LEITE, M. T. S. *et al.* O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde na formação profissional. **Rev. bras. educ. med.**, v. 36, p. 111-118, 2012. Supl.1.

MERHY E. E.; ONOCKO, R. **Agir em saúde: um desafio para o público.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Marco para Ação em Educação Interprofissional e Prática Colaborativa. Genebra: OMS, 2010. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/images/stories/documentos/marco\\_para\\_acao.pdf%20](https://www.paho.org/bra/images/stories/documentos/marco_para_acao.pdf%20). Acesso em: 04/03/2020.

PAVIANI, N. M. S; FONTANA, N. M. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Conjectura**, v. 14, n. 2, maio-ago., 2009. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/16/15>. Acesso em: 12/03/2020.

PEDUZZI M.; NORMAN I. J.; GERMANI A. C. C. G.; SILVA J. A. M.; SOUZA G. C. Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. **Rev Esc Enferm USP**, v. 47, n. 4, p. 977-83, 2013.

PEDUZZI, M.; AGRELI, H. F. Trabalho em equipe e prática colaborativa na Atenção Primária à Saúde. **Interface (Botucatu)**, v. 2, n. 22, p. 1525-34, 2018.

PREVIATO, G. F.; BALDISSERA, V. D. A. Communication in the dialogical perspective of collaborative interprofessional practice in Primary Health Care. **Interface (Botucatu)**. v. 22, p. 1535-47, 2018. Supl. 2.

SILVA, C. T; TERRA, M. G; KRUSE, M. H. L; CAMPONOGARA, S.; XAVIER, M. S. Residência Multiprofissional como espaço intercessor para a educação permanente em saúde. **Texto Contexto Enferm.** v. 25, n. 1, 2016.

SOKLARIDIS, S.; OANDASAN I.; KIMPTON S. Family health teams: Can health professionals learn to work together? **Canadian Family Physician**, Canada, v. 53, p. 1198, jul., 2007.

SANTOS, P. F.; PEDROSA, K. A.; PINTO, J. R. A Educação Permanente como ferramenta no trabalho interprofissional na Atenção Primária à Saúde, **Revista Tempus - Actas de Saúde Coletiva**, v. 10, n. 3, p. 177-189, 2016.

THOMSON, K.; OUTRAM, S.; GILLIGAN, C.; LEVETT-JONES, T. Interprofessional Experiences of Recent Healthcare Graduates: A Social Psychology Perspective on the Barriers to Effective Communication, Teamwork, and Patient-Centred care. **Journal of Interprofessional Care**, v. 29, n. 6, p. 634-40, jul., 2015.

## PERCEPÇÃO MATERNA SOBRE A PUERICULTURA REALIZADA PELO ENFERMEIRO

AMARAL, A. M. A.<sup>1</sup> & CASADEVALL, M. Q. F. C.<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Unifanor, Fortaleza. Residente em Saúde da Família e Comunidade pela residência integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará (RIS/ESP). Enfermeira assistencial em instituição de longa permanência para idoso- Sociedade Beneficente Alemã- São Paulo, Capital. E-mail: [alinne.maria@hotmail.com](mailto:alinne.maria@hotmail.com); <sup>2</sup> Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [mequezado@gmail.com](mailto:mequezado@gmail.com)

Artigo submetido em setembro de 2019 - DOI 10.32356/exta.v20.n2.42093

### RESUMO

Objetivou-se identificar a percepção materna sobre a puericultura realizada pelos Enfermeiros na atenção primária em saúde. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, realizada com 10 mulheres. Foram entrevistadas mulheres com filhos menores de 2 anos, cadastradas em uma Unidade Básica de Saúde, localizado no Município de Reriutaba, Ceará. A coleta de dados ocorreu no mês de novembro de 2016, por meio de um roteiro. Os dados foram analisados e organizados em categorias temáticas. As entrevistadas julgaram importante levar o filho para a consulta de

puericultura, aumentando, assim, a capacidade de compreensão das orientações repassadas pelo Enfermeiro. O estudo evidenciou que as mulheres compreenderam a importância de levar os filhos para o atendimento de puericultura. Ressalta-se, também, o estabelecimento de vínculo e confiança entre as mulheres e o profissional de Enfermagem. As consultas de puericultura favorecem o cuidado e devem ser priorizadas pelos enfermeiros, principalmente aqueles que atuam na atenção primária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde da Criança; Puericultura; Atenção Primária à Saúde.

## MATERNAL PECEPTION ABOUT CHILDCARE PERFORMED BY THE NURSE

### ABSTRACT

The objective of this study was to identify the maternal perception of childcare performed by Nurses in primary health care. This is a descriptive study, with a qualitative approach, carried out with 10 women. Women with children under 2 years old, registered in a Basic Health Unit, located in the city of Reriutaba, Ceará, were interviewed. Data collection took place in November 2016, using a script. The data were analyzed and organized into thematic categories. The interviewees considered it

important to take their child to the childcare consultation, thus increasing the ability to understand the guidelines given by the nurse. The study showed that women understood the importance of taking their children to childcare. The establishment of a bond and trust between women and the nursing professional is also emphasized. Childcare consultations favor care and should be prioritized by nurses, especially those who work in primary care.

**KEYWORDS:** Child Health; Childcare; Primary Health Care.

## 1 INTRODUÇÃO

A criança é um ser frágil e com características singulares que necessita de assistência sistemática e periódica, visto que a fase primária da infância é constituída por etapas importantes com grandes significados. Neste período, ocorrem processos vitais no crescimento e desenvolvimento da criança. Inicia-se o descobrimento do mundo o qual a rodeia, adquire experiências e habilidades cada vez mais compostas, e realiza-se a junção

dessas habilidades, preparando-a para o seu desempenho futuro (VASCONCELOS et al., 2012).

No Brasil, a atenção à saúde da criança tem se destacado como um eixo prioritário do sistema de saúde, sendo vinculada ao Ministério da Saúde (MS) pela Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno (ATSCAM). O modelo de atenção proposto pela ATSCAM é voltado à promoção de saúde, vigilância, prevenção de agravos e assistência em linhas de cuidado, visando à atenção integral da saúde da criança. Destacam-se quatro linhas de cuidado: atenção à saúde do recém-nascido; promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno; prevenção de violências e promoção da cultura da paz; incentivo e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento (MALAQUIAS et al, 2015).

Nos últimos 25 anos, o Brasil alcançou um importante declínio da mortalidade na infância. O país atingiu a meta 4 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio antes de 2015. No entanto, os níveis atuais ainda são altos, o que torna indispensável a avaliação do desempenho desse indicador por estados para a identificação de desigualdades regionais. A análise das causas principais de morte na infância tem especial relevância para a definição de ações preventivas mais efetivas (FRANÇA et al, 2017).

A puericultura tem como definição habitual: “conjunto de técnicas empregadas para assegurar o perfeito desenvolvimento físico, mental e moral da criança, desde o período da gestação”. A consulta de puericultura é uma das ações de destaque tanto para o sistema de saúde, como para a criação do vínculo entre a família, a criança e o profissional de saúde, para a garantia da continuidade eficaz do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida. (RIBEIRO et al, 2019)

Este trabalho se justifica em conhecer a realidade da puericultura como instrumento fomentador da saúde da criança, pois esta é uma estratégia de promoção da saúde e prevenção a agravos à fase inicial da infância. O interesse pelo tema surgiu durante a vivência em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) durante a Residência Multiprofissional em Saúde (RMS), na medida em que as consultas de Puericultura só aconteciam com crianças já adoecidas ou com algum risco estabelecido previamente, sendo aquelas restritas ao profissional médico, indo de encontro ao que é preconizado pelo Ministério da Saúde, deixando o profissional Enfermeiro distante desse programa de atenção à saúde da criança.

A escolha pela figura feminina e da mãe como entrevistada se deu pela a observação

de esta ser a mais ativa durante as consultas de puericultura. Tendo-se observado um maior distanciamento na figura do pai e dos outros membros da família, uma vez que estes também se fazem responsáveis pelo cuidado da criança.

Com a chegada das Enfermeiras residentes à unidade, as mulheres começaram a receber orientações sobre a importância das consultas de Puericultura desde o pré-natal. Também foi realizado, em parceria com as agentes comunitárias de saúde (ACS), o resgate das crianças menores de dois anos para acompanhamento do crescimento e desenvolvimento. Diante disto, surgiram as seguintes questões norteadoras: Qual a importância que as mães julgam em levar os filhos às consultas de Puericultura? Qual o nível de compreensão das mães sobre as orientações fornecidas durante as consultas de Puericultura? Qual a opinião das mães em relação à consulta de Puericultura realizada pelo Enfermeiro?

Este trabalho torna-se relevante à medida que se espera contribuir para um melhor direcionamento das práticas profissionais, em particular do profissional Enfermeiro no acompanhamento das crianças na Puericultura. Almeja-se alcançar um olhar crítico-científico, proporcionando aos profissionais uma adesão de conhecimentos de forma rápida, capaz de melhorar o atendimento às crianças, levando em consideração a necessidade de conhecer a percepção das mães sobre a consulta de Puericultura com a finalidade de proporcionar um crescimento e desenvolvimento adequado, contribuindo também para a redução de complicações e internações desnecessárias na infância.

Dessa forma, o estudo objetivou identificar a percepção das mães de crianças que realizam consultas de Puericultura na atenção primária em saúde da cidade de Reriutaba, Ceará, Brasil.

## **2 SAÚDE INTEGRAL A CRIANÇA**

A garantia da saúde integral da criança tem como necessidade a postura ativa dos profissionais de saúde, com uma agenda de compromissos a serem cumpridos, para a promoção do bem-estar infantil em todos os seus aspectos. A vigilância em saúde da criança inclui a Puericultura, a imunização, a identificação de violências e abusos, o reconhecimento e monitoramento de doenças crônicas, a promoção da saúde e de hábitos saudáveis. Assim, é de fundamental importância um programa de Puericultura efetivo na Estratégia de Saúde da Família (ESF) e que atue em rede com profissionais qualificados para este serviço. A

assistência à criança aplica-se em qualquer contexto, onde a mesma está inserida, seja na unidade de saúde, seja em seu domicílio ou em espaços coletivos, garantindo acesso universal, igualitário e humanizado, norteados pelos princípios do Sistema Único em Saúde (SUS) (GAUTERIO, IRALA, CEZAR-VAZ, 2012).

Entretanto, a consulta realizada pelo Enfermeiro constitui uma prática assistencial, que foi legalizada pela Lei Nº 7.498/86, a qual é regulamentada como privativa do Enfermeiro. No âmbito da atenção primária, a Puericultura surge como ferramenta oportuna nos aspectos de prevenção, proteção e promoção da saúde, de modo que a criança alcance a vida adulta sem influências desfavoráveis provenientes da infância. Neste nível de assistência, o profissional, ao utilizar a consulta de Enfermagem em Puericultura, necessita buscar o atendimento integral das necessidades da criança, modificando o enfoque centrado na doença. Por intermédio da consulta, é possível monitorar, avaliar e intervir no processo de saúde/doença, revelando forte componente educativo (VASCONCELOS et al., 2010).

Os responsáveis podem perceber a consulta de puericultura de maneira empírica e diferente, cada um com seus entendimentos, crenças, valores e costumes. Mas é importante garantir que os responsáveis aprendam com os enfermeiros, e que uma vez orientados sejam capazes de relatar informações sobre alimentação, higiene e ações importantes para o cuidado do filho (RIBEIRO et al, 2019).

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

O estudo utilizou o método descritivo, onde esse tipo de pesquisa tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (SANTOS, HENRIQUE, SILVA, 2009).

Segue também uma abordagem qualitativa, onde busca entender um fenômeno em profundidade. A pesquisa qualitativa aparece diante da impossibilidade de investigar e entender, através de dados estatísticos, os fenômenos voltados para a percepção, a intuição e a subjetividade (VELHO et al., 2012).

O cenário de estudo foi uma Unidade Básica de Saúde, situada no município de Reriutaba, Ceará. Devido ao fato de ser considerada uma área de vulnerabilidade social, este território foi selecionado pelos gestores municipais para ser o cenário de prática da Residência Multiprofissional. A unidade é apoiada pelo Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção

Básica (NASF-AB), composto por uma nutricionista, uma psicóloga e uma fisioterapeuta, que também fazem parte do programa de residência.

Após a autorização da Secretaria Municipal de Saúde e pelo Comitê Nacional de Ética e Pesquisa da Escola de Saúde Pública do Ceará, através do parecer nº 1762.448 em 05 de outubro do ano de 2016, a pesquisa teve sua coleta de dados realizada no mês de novembro de 2016.

A profissional Enfermeira Residente e pesquisadora prestava atendimento apenas para 2 microáreas, assim foi decidido limitar as entrevistas apenas para 10 mulheres, com o intuito de melhor avaliar a percepção das responsáveis sobre a consulta de puericultura. A figura da mulher se fez mais presente nesse acompanhamento do que os outros membros da família. Por isso, se deu a escolha da figura materna. Foram entrevistadas responsáveis por crianças de 0 a 2 anos de idade, cadastradas na unidade de saúde da família citada acima, que aguardavam consulta de puericultura na unidade.

Como critérios de exclusão mantivemos as mulheres com distúrbios mentais e cujas crianças não estavam com o calendário de consultas regular na unidade, de acordo com o preconizado pelos Cadernos de Atenção Básica: Crescimento e Desenvolvimento Nº 33.

Como limitações tivemos o fato de a entrevistadora ser também a mesma que realizava a consulta de puericultura, o que pode ter causado receio nas respostas das entrevistadas.

A abordagem das mulheres foi realizada na sala de espera da unidade. Todas as entrevistas foram feitas pela Enfermeira Residente. Elas foram convidadas individualmente a irem à sala de reunião, que é também utilizada como sala de atividades educativas e auditório, proporcionando privacidade a cada uma delas. A entrevista teve como base um roteiro com os seguintes questionamentos: Quais mudanças ocorreram no cuidado com o filho após as consultas de Puericultura? Você julga importante levar o seu filho à consulta de Puericultura? Quais as informações que são repassadas durante a consulta de Puericultura que você compreende? Qual a sua opinião em relação à consulta de Puericultura realizada pelo Enfermeiro? E um cabeçalho reconhecendo as participantes da pesquisa. Na ocasião, foi apresentado o termo de Consentimento Livre e Esclarecido e explicado sobre o direito da mãe de desistir da pesquisa sem nenhum prejuízo, constrangimento ou dano.

De modo a garantir a veracidade dos resultados obtidos, foi utilizado também um aparelho gravador, para registrar as respostas das entrevistadas, que foram posteriormente

transcritas para o instrumento de coleta elaborado pelas autoras.

Para a análise dos dados, foram utilizadas categorias temáticas, onde primeiramente se contextualizou as participantes envolvidas. Em seguida, buscou-se encontrar todos os aspectos que se aproximem dos objetivos do estudo. Os nomes das entrevistadas foram trocados por codinome “Mãe” e enumeradas, em ordem crescente, de 1 a 10.

A pesquisa seguiu os aspectos éticos envolvendo seres humanos de acordo com a Declaração de Helsinque.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A idade das mães variou entre 17 a 33 anos. No que tange à variável número de filhos, apenas duas mães vivenciam a maternidade pela primeira vez, e as outras variaram entre dois a quatro filhos. Sobre o tipo de parto, processo que influencia no vínculo mãe e filho, houve maior prevalência de partos normais.

O que foi atribuído ao programa denominado “Barriga da vez”, desenvolvido pelas Residentes que teve como foco principal levar a promoção e a educação em saúde das gestantes, o programa funcionava mensalmente com palestras e atividades voltadas para o cuidado do pré-natal, parto, pós-parto e cuidados com o recém-nascido, o qual é coordenado pela equipe multiprofissional de residentes em saúde da família e comunidade.

Nos estudos com mulheres que tiveram partos normais e cesáreos, a vivência do protagonismo e a satisfação na realização do parto normal foram expressas como preferência por esse tipo de parto. Uma experiência única e relevante, que as mulheres esperam vivenciar, em um processo fisiológico, algo mais natural e saudável para si e seu bebê (NETO et al, 2010).

Sobre a variável nível de escolaridade a maioria das mulheres possuía ensino fundamental incompleto, o que pode interferir no entendimento das orientações fornecidas para o cuidado do filho. No entanto, as mães com maior nível de escolaridade acolhem melhor as orientações, conseqüentemente cuidando melhor do filho. Nesse contexto, a educação procura estabelecer um processo contínuo de reflexão construindo uma relação teoria-prática (BRASIL, 2009).

Seguiu-se com a análise temática. As falas foram transcritas e classificadas de acordo com o seu conteúdo em cinco categorias temáticas, como se observa a seguir.

## MUDANÇAS NO CUIDADO COM O FILHO

Quando questionadas sobre as mudanças que ocorreram no cuidado com o filho após as consultas de Puericultura, as entrevistadas relataram que o acompanhamento foi primordial no cuidado com o filho, conforme citado:

*“Assim, eu não zelava a boca dele, eu não sabia dessas coisas, higiene íntima, essas coisas assim, eu não sabia. Tudo eu aprendi” (Mãe 2)*

*“Adoeceu menos, depois dessas consultas” (Mãe 5)*

*“Aprende a ter higiene, alimentar bem ela, a ter cuidado para não deixar cair de cima da cama.” (Mãe 6)*

As orientações com o cuidado à criança são repassadas pelas ACS e pelas enfermeiras logo após a chegada do hospital, ainda na primeira semana de vida. O Ministério da Saúde preconiza a ação intitulada “Primeira Semana Saúde Integral”, através da realização do teste do pezinho, sendo uma estratégia e oportunidade de atenção à saúde da mulher e da criança, em um momento especial e de maior vulnerabilidade na vida de ambos (CAMPOS, 2015).

## IMPORTÂNCIA EM LEVAR O FILHO PARA A PUERICULTURA

Nesta categoria, as mães mostraram-se satisfeitas e confiantes em conduzir o seu filho para a consulta de Puericultura. Ressaltaram também grande preocupação com o bem estar dos filhos:

*“Eu acho muito importante, porque, no caso quando eu tive meu primeiro filho eu era menor, e foi muito difícil. Porque não tinha essas consultas, não existia esse acompanhamento. Agora eu estou achando muito mais fácil”. (Mãe 4)*

*“Acho. Por que, a gente vai acompanhando ali, olhando a cabecinha, o desenvolvimento... eu acho muito importante trazer”. (Mãe 9)*

*“Ficou mais fácil de cuidar, por que na puericultura explica tudo o que tem que fazer, até o que tem que dar para comer”. (Mãe 10)*

Diante do exposto, observa-se que todas as mães entrevistadas e que compareciam assiduamente à consulta de Puericultura julgaram importante este acompanhamento. Imprescindível ressaltar, nesse momento, que as consultas de Puericultura tiveram o seu ápice após a inserção das residentes nessa unidade de saúde. As ACS se fizeram presente nesse

processo, pois foram o elo entre a comunidade e os profissionais da UBS, sendo assíduas nas visitas domiciliares às crianças, na pesagem mensal e, na oportunidade, enfatizavam o dia e horário que a criança deveria comparecer à consulta de puericultura.

Durante a visita domiciliar da ACS, pode-se constatar melhoria dos cuidados da mãe com o bebê no banho, nas mamadas, na troca de fraldas, através da atenção dispensada à criança e às orientações fornecidas à família e aos cuidadores (BRASIL, 2009).

## ORIENTAÇÕES REPASSADAS E AS ORIENTAÇÕES MAIS COMPREENDIDAS

Nesta categoria, as mães demonstraram compreensão em relação às informações repassadas na consulta de Puericultura, verificando-se, também, maior adesão à alimentação saudável do filho, fruto de interconsultas com a nutricionista do NASF-AB, de orientações durante a consulta de Puericultura, de capacitação dos ACS e do cuidado multiprofissional. Apesar do baixo nível de escolaridade de algumas mães, não houve interferência significativa na compreensão sobre as orientações repassadas:

*“Que tem de levar ela pra tomar as vacinas, em dias. E a alimentação que tem que ser correta” (Mãe 6)*

*“Sobre alimentação, por tem coisa que a gente sabe que tem que dá, e tem outras que não sabe. Por exemplo, a mama é muito importante para a criança” (Mãe 7)*

*“De como é importante a amamentação, o cuidado com higiene do neném” (Mãe 10)*

Através das consultas de Puericultura, são realizadas orientações sobre o cuidado à saúde infantil, atentando para a detecção e prevenção precoce de agravos no crescimento, desenvolvimento e nutrição da criança, utilizando, dessa forma, como auxílio, as estratégias educativas em saúde. Ao valorizar as ações educativas, menciona-se o fato de que a promoção da saúde é um processo de preparar a comunidade para ativar a responsabilização pela melhoria da qualidade de vida e saúde, incluindo maior participação no controle deste processo (REICHERT et al., 2012).

Abaixo relatamos o entendimento das responsáveis a respeito das orientações fornecidas sobre aleitamento materno, vacinação, limpeza do coto umbilical, alimentação complementar, não uso de mamadeiras e chupetas, prevenção de acidentes domésticos,

higienização oral e cuidados com a higiene íntima da criança. Optou-se pela escolha destas informações pelo fato de serem as de maior abordagem durante as consultas de Puericultura pelas Enfermeiras da UBS. Em relação ao aleitamento materno, todas as mães afirmaram compreender essa informação, mesmo aquelas que não amamentaram os seus filhos entendem a importância desse processo. Citadas abaixo:

*“Meus filhos quase não mamaram. Mas entendo, que o leite materno serve pra muitas coisas, quando a criança tá doente, serve pra fortalecer contra as doenças. Eu compreendo mais não amamenteei, por que, ele se desesperava e não matava a fome dele”. (Mãe 1)*

O aleitamento materno é incentivado desde o pré-natal, sendo também importante ressaltar que são ministradas palestras sobre esta temática para as gestantes, enfatizado pelas ACS durante as vistas domiciliares e evidenciado durante as consultas de Puericultura pelas Enfermeiras. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), recomenda-se que o aleitamento materno seja ofertado exclusivamente até o sexto mês, e a partir dessa idade, complementando o leite materno (LM), sejam oferecidos outros líquidos e alimentos adequados à criança (BARATIERI et al, 2014).

Sobre vacinação, todas as entrevistas afirmaram compreender essa orientação, sendo um ponto positivo, pois a UBS de referência das mães não possui sala de vacina cadastrada, sendo necessário o deslocamento para outra UBS a fim de dar continuidade ao cartão vacinal do filho. Observa-se abaixo um exemplo de entendimento sobre essa informação:

*“Acho importante vacinar por causa das doenças, né? Porque ela fica imunizada de qualquer doença”. (Mãe 1)*

Quando as mães foram questionadas sobre o não uso de chupetas e mamadeiras, todas responderam que entendiam essa orientação, porém seus filhos já haviam usado alguma vez esses adornos. Apenas uma mãe respondeu que o filho nunca fez uso desses adornos, como mostram as falas abaixo:

*“Eu compreendo que não é bom, mas ele usa chupeta”. (Mãe 1).*

*“Ela nunca usou”. (Mãe 6)*

O Manual de Saúde da Criança afirma que além de importante fonte de contaminação,  
Extensão em Ação, Fortaleza, v. 20, nº 2, jul-dez 2020. 90

a madeira e a chupeta interferem negativamente na duração do aleitamento materno (CAMPOS, 2015).

Com relação às orientações sobre limpeza do coto umbilical, alimentação complementar, prevenção de acidentes domésticos, higienização oral e cuidados com a higiene íntima da criança, quando questionadas, as mães responderam apenas que sim, que entendiam as informações repassadas, não havendo nenhuma fala relevante para o estudo.

#### OPINIÃO EM RELAÇÃO AO PROFISSIONAL ENFERMEIRO NA PUERICULTURA

Nesta categoria, procurou-se compreender a opinião das mulheres sobre a consulta de Puericultura realizada pelo Enfermeiro. Foram relatados sentimentos como confiança e afeto, existindo preferência pela consulta realizada por este profissional.

*“É muito, mas melhor, do que com o médico. Porque às vezes o médico não quer nem falar, só faz olhar e faz uma receita ali e pronto. E o enfermeiro pergunta, ele orienta e entende a gente, conversa. É calmo. Eu sou mais o enfermeiro” (Mãe 1)*

*“Muito boa! Porque é um profissional da saúde, que vem acompanhando a criança a cada vez que vem. E um profissional que é mais próximo do paciente” (Mãe 5)*

*“O enfermeiro quer cuidar das crianças, quer saber se ela está sendo limpa, se está com as vacinas em dias, se está tudo bem com ela. E o médico só quer saber o que está acontecendo naquele momento” (Mãe 6)*

*“Gosto da consulta, porque eu acho que o enfermeiro ele olha mais direitinho, explica tudo pra gente, e a gente vai tentando melhorar” (Mãe 9)*

Neste contexto, é fundamental o papel do Enfermeiro na vigilância da saúde da criança, prioritariamente nos serviços de atenção primária em saúde, no sentido de viabilizar o melhor acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, visto ser uma ação fundamental para obter qualidade de vida para a população infantil, também não esquecendo do incentivo da participação da família em todo o processo de atenção à criança. A Secretária de Saúde do Estado do Ceará ressalta que é na relação dos profissionais de saúde da família com a comunidade que se adquire o conhecimento da situação vivida por esses, pois é com base nessa noção da realidade que é disponibilizado um serviço de melhor qualidade (REICHERT et al., 2012).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, percebemos que as mulheres compreenderam a importância e demonstraram satisfação em levar os filhos a Unidade Básica de Saúde de referência, expressando interesse na consulta de Puericultura e no cuidado ao bem-estar do filho.

Evidenciaram-se confiança e estabelecimento de vínculo com os profissionais, além de uma preferência pelo atendimento do profissional Enfermeiro.

A consulta de Puericultura deve ser priorizada pelos Enfermeiros, principalmente aqueles que atuam na atenção primária, onde é de fundamental importância que as mulheres recebam todas as orientações referentes ao cuidado do filho, englobando até o seu contexto familiar. Com o enfermeiro fica mais fácil compreender o cuidado que deve ser prestado à criança.

Neste sentido, o profissional precisa aproximar-se dos responsáveis e do meio em que estes estão inseridos, realizando atividades centradas na atenção primária e buscando desenvolver estratégias para a educação em saúde de modo a promover a saúde da criança nos primeiros anos de vida. Desta forma, a educação permanente e o saber popular devem avançar juntos para auxiliar os profissionais voltados à promoção da saúde integral da criança.

## REFERÊNCIAS

BARATIERI, Tatiane et al. Consulta de Enfermagem em Puericultura: Um Enfoque nos Registros de Atendimentos. **Rev Enferm UFSM**, Santa Maria, v. 4, n.1, p 206-216, mar. 2014.

BRASIL, **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde**. Ministério da Saúde, Brasília, 264p, 2009.

BRASIL, **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da Criança: Aleitamento Materno e Alimentação Complementar 2**. Ed. Cadernos de Atenção Básica, nº 23. Ministério da Saúde, Brasília, 186p, 2015.

CAMPOS, Alessandra Marcuz de Souza. Prática de Aleitamento Materno Exclusivo Informado Pela Mãe e Oferta de Líquidos aos Seus Filhos. **Rev Latino Americana de Enfermagem**, v. 23, n. 2, p 283-290, mar-abr. 2015.

FRANÇA, et al. Principais causas da mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de Carga Global de Doença. **Rev Bras Epidemiologia**. MAIO 2017; 20 SUPPL 1: 46-60.

GAUTERIO, Daiane Porto; IRALA, Denise de Azevedo; CEZAR-VAZ, Marta Regina. Puericultura em Enfermagem: Perfil e Principais Problemas Encontrados em Crianças Menores de Um Ano. **Rev Brasileira de Enfermagem, Brasília**, v.65, n.3, p 508-513, mai-jun. 2012.

MALAQUIAS, Tatiana da Silva Melo et al.. Percepção da Equipe de Saúde e de Familiares Sobre a Consulta de Puericultura. **Cogitare Enferm**, Curitiba, v. 20, n. 2, p 368-375, abr-jun. 2015.

NETO, Francisco Rosemiro Guimarães Ximenes et al. Por que eu não levo meu filho para consulta de Puericultura.... **Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped.**, v. 10, n. 2, p 51-59, dez. 2010. 9.

REICHERT, Altamira Pereira da Silva et al. Vigilância do Crescimento Infantil: Conhecimento e Práticas de Enfermeiros da Atenção Primária à Saúde. **Rev. Rene**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p 114-126, 2012.

RIBEIRO, et al. Puericultura na atenção primária de saúde: a percepção do responsável sobre consulta de enfermagem. **Saúde Coletiva**, Barueri, n. 49, nov. 2019.

SANTOS, Michelle Araújo; HENRIQUE, Vanusa Claudino; SILVA, Verônica Caé. A Compreensão das Mães Acerca da Consulta de Puericultura Numa Unidade de Saúde da Família. **Revista Rede de Cuidados em Saúde**, Unigranrio, v. 3, n.3, 14p, 2009.

VASCONCELOS, Leia Maria et al. Puericultura: Percepção de Mães Atendidas em Unidade Básica de Saúde em Sobral, Ceará, Brasil. **Rev. Enferm. UFPE**, Recife, v. 4, n.3, p 1492-1497, jul-set. 2010.

VASCONCELOS, Viviane Mamede et al. Puericultura em Enfermagem e Educação em Saúde: Percepção de Mães na Estratégia Saúde da Família. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p 326-331, abr-jun. 2012.

VELHO, Manuela Beatriz et al. Vivência do Parto Normal ou Cesáreo: Revisão Integrativa Sobre a Percepção de Mulheres. **Teto Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 21, n. 2, abr./jun. 2012.

## PROJETO GEASC: PROMOVENDO ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE BUCAL DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

ANDRADE, A. F.<sup>1</sup>; SALDANHA, P. I. F.<sup>2</sup>; RODRIGUES, W. A.<sup>3</sup>; FARIAS, M. R.<sup>4</sup>; TEIXEIRA, A. H.<sup>5</sup>  
MACIEL, J. A. C.<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Extensionista e graduando pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [andrade.andressaf@gmail.com](mailto:andrade.andressaf@gmail.com); <sup>2</sup> Extensionista e graduando pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [pedroisacf@gmail.com](mailto:pedroisacf@gmail.com); <sup>3</sup>Extensionista e graduando pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [walysonaraujo21@gmail.com](mailto:walysonaraujo21@gmail.com); <sup>4</sup> Coordenadora da ação extensionista de mesmo nome do artigo. E-mail: [marifarias\\_odonto@yahoo.com](mailto:marifarias_odonto@yahoo.com); <sup>5</sup> Professora colaboradora de ação extensionista de mesmo nome do artigo. E-mail: [alrietaht@yahoo.com](mailto:alrietaht@yahoo.com); <sup>6</sup>Professor colaborador de ação extensionista de mesmo nome do artigo. E-mail: [jacques.maciell@sobral.ufc.br](mailto:jacques.maciell@sobral.ufc.br)

Artigo submetido em novembro/2019 - DOI 10.32356/exta.v20.n2.42646

### RESUMO

A promoção de saúde não se limita apenas em transmitir informação, mas auxilia no desenvolvimento de ações que buscam formar conhecimento em saúde estimulando a autonomia e o empoderamento do indivíduo. Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo relatar as experiências obtidas a partir de ações do projeto de extensão Grupo de Estudos e Ações em Saúde Coletiva no âmbito do acesso à saúde bucal de populações de alta vulnerabilidade socioeconômica. Trata-se de um relato de experiência de ações extensionistas utilizando como referencial teórico a pedagogia da problematização por meio do Arco de

Maguerez. Tais ações foram executadas no Centro de Educação Infantil Maria Rodrigues Sousa e no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Para execução dessa atividade utilizaram-se como ferramentas metodológicas dinâmicas e atividades lúdicas que focassem na saúde geral de acordo com necessidades do público alvo utilizando cada uma das etapas do arco, assim como atendimentos clínicos. Ao final desta vivência foi nítido o quanto produtivo foi essa troca de experiência entre a comunidade e os alunos, gerando uma grande contribuição na construção profissional desses acadêmicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Promoção de saúde. Saúde coletiva. Educação em saúde. Determinantes socioeconômicos.

## GEASC PROJECT: PROMOTING FULL HEALTH CARE FOR VULNERABLE POPULATIONS

### ABSTRACT

Health promotion is not only limited to transmitting information, but assists in the development of actions that seek to form health knowledge by stimulating the autonomy and empowerment of the individual. Thus, the present work aimed to report the experiences obtained from actions of the Group of Studies and Actions in Public Health extension project in the context of access to oral health of populations of high socioeconomic vulnerability. It is an experience report of extension actions using the pedagogy of problematization through the Arco de Maguerez as a theoretical reference. These actions were carried out

at Child Education Center Maria Rodrigues Sousa and at the Specialized Reference Center for Homeless People. To perform this activity were used as dynamic methodological tools and recreational activities that focused on general health according to the needs of the people using each step of the arch, as well as clinical care. At the end of this experience it was clear how productive was this exchange of experience between the community and the students, generating a great contribution in the professional construction of these academics.

**KEYWORDS:** Health promotion. Public health. Health education. Socioeconomic determinants.

## 1 INTRODUÇÃO

A universidade, através da extensão, influencia e é influenciada pela comunidade, ou seja, possibilita uma troca de valores entre a universidade e o meio. A extensão universitária deve funcionar como uma via de duas mãos, em que a universidade leva conhecimentos e/ou

assistência à comunidade e aprende com o saber dessas comunidades. A universidade pode, assim, planejar e executar as atividades de extensão respeitando e não violando os valores e cultura dessas comunidades (SCHEIDEMANTEL; KLEIN; TEIXEIRA, 2004; KLEIN; BACK, 2004).

Dadas as grandes desigualdades socioeconômicas e iniquidades em saúde em voga no Brasil, a facilitação do acesso a serviços de saúde bucal, por parte das universidades, é um projeto de grande valor (BRÊTAS; PEREIRA, 2007; MOREIRA; NATIONS; ALVES, 2007). Tendo em vista a redução das iniquidades em saúde bucal, buscando também a ampliação da relação universidade-sociedade, foi criado, em Março de 2017, o Grupo de Estudos e Ações em Saúde Coletiva (GEASC), como um projeto de extensão do Curso de Odontologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) – *Campus* Sobral, o que desenvolve atividades coletivas e tecnologias em saúde em grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

As ações de promoção e proteção, tais como atividades de educação em saúde, escovação supervisionada e aplicação tópica de flúor são destinadas às crianças e adolescentes matriculados em creches e escolas públicas municipais e aos adultos e idosos usuários das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), além de populações dispostas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a exemplo de moradores de rua e usuários de substâncias entorpecentes sob acompanhamento e tratamento prestados pela rede pública de saúde do município de Sobral/CE. O projeto busca, dentre os seus objetivos centrais, capacitar os discentes ao planejamento de ações que melhorem a situação de saúde bucal da população em geral.

Este estudo objetivou relatar as ações do projeto de extensão GEASC no âmbito do acesso aos serviços de saúde bucal por comunidades vulneráveis residentes em Sobral/CE.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Promoção e Educação em Saúde: Ruptura entre as desigualdades sociais e garantia de equidade universal**

Uma das bases da promoção da saúde está pautada nos processos de construção de conhecimentos em saúde pertinentes para o bem-estar cotidiano da população, baseados em melhorias dos hábitos e a aprendizagem de estratégias que ampliem a qualidade de vida das

pessoas (SALCI, et al., 2013; NORMAN, 2013; SILVA, et al., 2008). Os processos de educação em saúde encaixam-se nestes objetivos e traduzem-se como meios de ensino, utilizados pelos profissionais de saúde, para o diálogo com a população e estimulação de reflexão crítica a respeito das situações de saúde pelas quais cada indivíduo e grupos sociais estão encaixados. (VILLARDI; CYRINO; BERBEL, 2015).

O raciocínio lançado pela Pedagogia da Problematização segue à montagem do Arco de Charles Maguerez, onde os indivíduos, com o auxílio das equipes de profissionais de saúde, apresentam-se como importantes observadores da realidade, a partir da qual são elencados pontos-chaves que perpassam problemas vivenciados cotidianamente pelos indivíduos; estes problemas são o crivo de um processo teórico embasado nos conhecimentos científicos das equipes profissionais, o qual estimula os indivíduos ao desenvolvimento de hipóteses de solução destas problemáticas, de forma que estas soluções sejam passíveis de aplicação prática (VILLARDI; CYRINO; BERBEL, 2015).

A educação em saúde pretende ir muito além do que simplesmente informar ou tentar mudar comportamentos, buscando preparar o indivíduo para o controle e responsabilidade sobre sua própria saúde e sobre a saúde da comunidade; preparando-o para o empoderamento, para a participação, para o controle social, para exigir direitos, para atuar sobre os fatores determinantes e condicionantes de sua saúde e qualidade de vida, com foco na singularidade do sujeito diversificação das modalidades de atenção (pluralização terapêutica) (MACHADO; BOARINI, 2013; VILLARDI; CYRINO; BERBEL, 2015; GOMES; VECCHIA, 2018).

### **3 METODOLOGIA**

O presente estudo trata-se de um relato de experiência das ações realizadas pelo GEASC, da UFC - *Campus* Sobral, com ênfase na promoção de saúde, prevenção de doenças bucais e atendimento clínico para populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As ações do grupo de extensão objetivam efetivar a redução de danos nessas populações, sendo aqui relatadas às que foram realizadas durante o ano de 2018 e 2019. Dentre as ações com maior importância dentro da extensão, serão descritas ações e atendimentos clínicos realizados pelo projeto com as populações atendidas pelo Centro de Educação Infantil (CEI) Maria Rodrigues Sousa, no Distrito de Boqueirão – Sobral/CE e pelo Centro de Referência

Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) de Sobral/CE .

A escolha do grupos pela equipe do projeto de extensão pautou-se na carência de conhecimento relacionado à saúde oral e saúde geral, dificuldades de acesso as Unidades Básicas de Saúde, sejam por barreiras geográficas ou por falta de endereço físico. Também foi considerada a predisposição a desenvolverem problemas de saúde decorrentes do uso de droga lícitas e ilícitas, entre outras vulnerabilidades. Em ambas as atividades, utilizou-se o referencial da pedagogia da problematização através do Arco de Magueréz.

Por tratar-se de um relato de experiência das descrições das ações educativas e de atendimentos preventivos e minimamente invasivos realizadas pelos integrantes do projeto, o estudo não foi apreciado por Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, no entanto os preceitos éticos de acordo com as resoluções número 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde foram observadas.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Atividade realizada no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop):**

Após primeiro contato do GEASC para reconhecimento do serviço, o segundo encontro ocorreu o contato inicial com os usuários. Em roda de conversa, os integrantes questionaram qual conselho sobre saúde os moradores do Centro Pop eles dariam a si mesmo há cinco anos e discussões eram realizadas, objetivando observar a realidade, identificar pontos-chave e teorizar sobre aspectos do processo saúde-doença bucal. Houve distribuição de um kit de higiene oral, instrução de higiene oral e levantamento de necessidades através do exame clínico, objetivando criar hipótese de soluções e aplicação na realidade.

A equipe do GEASC percebeu que a execução da atividade demonstrou desempenho satisfatório, com a participação de boa parte dos frequentadores do serviço, esse momento contribuiu para o fortalecimento do vínculo, que permitiu melhor adesão na etapa de exames clínicos orais. A roda de conversa promoveu interação e valorização do saber prévio para que assim fossem lhes dados uma maior autonomia e empoderamento.

Durante a realização do exame clínico intraoral de 20 pacientes presentes evidenciou que uma quantidade considerável apresentava múltiplas necessidades de intervenção clínica. Foram marcados diversos turnos de atendimento clínico para que fosse possível concluir o

plano de tratamento de todos os pacientes que optaram por seguir com tratamento. Onze pacientes concordaram em realizar os procedimentos clínicos (Figura 1).

**Figura 1** – Registro das atividades de educação em saúde (1.1 – Participação dos integrantes do GEASC no Centro Pop; 1.2 – Atendimento clínico).



Fonte: Arquivo GEASC.

Os desafios enfrentados no atendimento de pessoas em situação de rua, tais como disponibilidade de horários, espaço adequado e posicionamentos resistentes de alguns pacientes, reforça a necessidade de atividades educacionais em espaços como o Centro Pop (VIANA et al., 2020). Essa necessidade vai de encontro a utilização de metodologias ativas de forma viabilizar a prática dos conhecimentos, visto que a problematização se inicia com a contextualização da realidade até retornar em ações (MACHADO; RODACOSKI; CALDARELLI, 2019).

A articulação das ações preventivas e de recuperação em saúde bucal favoreceu a adesão de pacientes inicialmente distantes. Os programas de educação em saúde bucal visam melhorar a saúde bucal de uma população-alvo por meio da implementação de mudanças comportamentais nos cuidados de saúde bucal, porém deve estar conectado com ações de tratamento para produzir melhores resultados nas condições de saúde (FARMER et al., 2017; ALMABADI et al., 2021).

#### **4.2. Atividade realizada na Creche Maria Rodrigues Sousa – Boqueirão:**

O projeto GEASC realizou duas visitas ao território para a realização de atividades de educação em saúde bucal utilizando-se da problematização e intervenção com Tratamento Restaurador Atraumático (TRA). A primeira visita em maio de 2018 caracterizou-se pelo primeiro contato com a comunidade, onde foi executado também o levantamento de

necessidades, escovação supervisionada e realização de exames clínicos, que serviram de subsídios para planejamento da segunda visita, no mesmo mês.

No primeiro encontro, o vínculo se estabeleceu por meio da atividade de educação em saúde. Para o grupo de 2 a 6 anos foi realizado um jogo da memória com imagens de alimentos saudáveis e não saudáveis, tais como: doces, frutas etc. Para o grupo de 7 a 12 anos, foi realizado um jogo de equipe com perguntas sobre saúde bucal. Para os acertos foram dadas estrelinhas para colar na cartolina e para os erros, figuras de monstros (simulando as bactérias presentes na cavidade oral). Dessa forma pode-se criar situações em que a realidade fosse observada e assim os pontos-chave fossem identificados para contribuir para a teorização proposta. A atividade foi finalizada com escovação supervisionada, exame clínico e levantamento de necessidades, objetivando criar no público-alvo hipóteses de solução e aplicação na realidade.

A abordagem pedagógica utilizada nas duas ações propiciou êxito ao projeto GEASC. A metodologia da problematização tem seus fundamentos na pedagogia libertadora de Paulo Freire, que surge dentro de uma visão voltada para a transformação social, cuja crença é a de que os sujeitos precisam instruir-se e conscientizar-se de seu papel, de seus deveres e de seus direitos na sociedade (SILVA et al., 2019; SILVA et al., 2020; VEIGA et al., 2020). A problematização utilizando faixas etárias precoce requer observância à etapas de desenvolvimento. Uma revisão sistemática concluiu que a utilização de dramatização utilizando personagens de desenhos animados, peças teatrais e fantoches obteve um impacto maior nas atitudes e práticas de saúde bucal em escolares que em palestras tradicionais (PRIYA et al., 2019)

No segundo encontro, em maio de 2018, foram realizadas as intervenções com TRA, nos pacientes indicados a partir do levantamento de necessidades. A ação ocorreu dentro da própria escola. Nesse primeiro momento, participaram das ações um total de 35 crianças, na faixa etária de 2 a 12 anos. As crianças foram participativas nas atividades de educação em saúde e todas realizaram escovação supervisionada. No atendimento clínico no âmbito universitário foram realizados procedimentos mais complexos, tais como pequenas cirurgias e restaurações dentárias (Figura 2).

**Figura 2** – Registro da ação coletiva na localidade de Boqueirão, Sobral, Ceará (2.1 – Atividade de escovação dental supervisionada; 2.2 – Atividade de levantamento de necessidades bucal e procedimento de TRA).



Fonte: Arquivo GEASC

A equipe GEASC retornou à localidade do Boqueirão para reavaliar as crianças atendidas pelo projeto seguindo o mesmo roteiro das visitas anteriores. As crianças que realizaram o ART demonstraram bom resultado clínico e ausência de dor. Educação em saúde bucal articulada a procedimentos minimamente invasivos em crianças de idade escolar promovem um efeito positivo em seus conhecimentos odontológicos e hábitos de higiene oral (SCHUCH; DO, 2017). Crianças apresentam potencial de repercussão desde cedo no que diz respeito à saúde bucal, visto que hábitos saudáveis devem ser estimulados de forma precoce (GONÇALVES et al., 2008).

Já a motivação para o trabalho com a população em situação de rua foi além das dificuldades socioeconômicas, mas também promover a redução de danos causados pelo uso dos diversos tipos de drogas ilícitas (BYDŁOWSKI; LEFÈVRE; PEREIRA, 2011; MANGUEIRA et al., 2015). Acredita-se que a metodologia problematizadora do Arco de Maguerez utilizada como estratégias de ensino neste estudo podem ser reproduzidas para outros assuntos relacionados à assistência à saúde de pacientes (SOKEM et al., 2020). A educação em saúde bucal é um processo educacional que visa formar ou mudar o comportamento das pessoas. A realização de palestras tradicionais onde o dentista apresenta as informações necessárias não é adequada para implementar mudanças favoráveis no comportamento e na atitude dos pacientes (ANGELOPOULOU; KAVVADIA, 2018).

Os extensionistas do projeto sentiram-se animados e participativos na ação, demonstrando o potencial que ações de extensão exercem no processo formativo, visto que a

medida que o conhecimento é construído a partir de situações reais, competência sócio emocionais incentivam os estudantes a estarem em constante aperfeiçoamento para propiciar às comunidades uma qualidade de cuidado adequada às necessidades.

O presente estudo apresenta a limitação de relatar um período curto, porém a experiência ressalta o benefício do apoio de equipamentos sociais envolvidos com o público-alvo das intervenções, já que o bom acolhimento tanto da CEI Maria Rodrigues como do Centro Pop, fez com que o vínculo entre os alunos extensionistas e a população em questão fosse mais fortalecido.

## 5 CONCLUSÃO

Essa vivência propiciou aos acadêmicos envolvidos um processo de educação pelo trabalho tendo por base as necessidades da comunidade. Assim, observou-se a importância dessas ações nos cenários de maior vulnerabilidade socioeconômicas, pois tiveram bastante potencial para um efeito positivo na vida das crianças e das pessoas em situação de rua, visto que, em inúmeros momentos, ficou notória a necessidade de conhecimentos que devem ser construídos utilizando a pedagogia da problematização para que o público-alvo consiga exercer sua autonomia na prevenção de agravos. Muito além do compartilhamento de conhecimento, a experiência repercutiu de forma positiva para os integrantes do GEASC, tendo em vista o potencial de ações extensionistas no sentido educativo e de melhoria das condições de saúde de comunidades vulneráveis, buscando reduzir os danos, promover saúde e possibilitando intervenção e reabilitação, levando em consideração o contexto social.

## REFERÊNCIAS

- ALMABADI, E. S, et al. The Effect of a Personalized Oral Health Education Program on Periodontal Health in an At-Risk Population: a randomized controlled trial. **Journal Of Environmental Research And Public Health**, v. 18, n. 2, p. 846-870, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.3390/ijerph18020846>>. Acesso em: 06 fev.2020.
- ANGELOPOULOU, M. V; KAVVADIA, K. Experiential learning in oral health education. **J Educational Health Promotion**, Chicago, v. 70, n. 7, p. 1-14, 12 jun. 2018. Disponível em: <[https://doi.org/10.4103/jehp.jehp\\_180\\_17](https://doi.org/10.4103/jehp.jehp_180_17)>. Acesso em: 06 fev.2020.
- BRÊTAS, J. R. S.; PEREIRA, S. R.. Projeto de extensão universitária: um espaço para formação profissional e promoção da saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s.l.], v. 5, n. 2, p.367-380, 2007. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/s1981-77462007000200008>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

BYDLOWSKI, C. R.; LEFÈVRE, A. M. C.; PEREIRA, I. M. T. B. Promoção da saúde e a formação cidadã: a percepção do professor sobre cidadania. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1771-1780, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v16n3/13.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

GOMES, T. B.; VECCHIA, M. D. Estratégias de redução de danos no uso prejudicial de álcool e outras drogas: revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, p.2327-2338, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018237.21152016>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

GONÇALVES, F. D. et al. A promoção da saúde na educação infantil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, n. 24, p.181-192, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1414-32832008000100014>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

FARMER, J. et al. Inequalities in oral health: understanding the contributions of education and income. **Canadian Journal Of Public Health**, v. 108, n. 3, p. 240-245, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17269/cjph.108.5929>>. Acesso em: 06 fev.2020.

KLEIN, S. E. S.; KLEIN, R.; BACK, C. A importância da extensão na graduação: o programa FURB visita sua rua. **Anais do Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia**, Brasília, p.1-6, 14 set. 2004. Disponível em: <[http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/15/artigos/07\\_583.pdf](http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/15/artigos/07_583.pdf)>. Acesso em: 6 nov. 2019.

MACHADO, L. F.; RODACOSKI, G. C.; CALDARELLI, P. G. Capacitação de agentes comunitários de saúde para abordagem de pacientes usuários de drogas na perspectiva da redução de danos. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 2, n. Suppl 2, p. 100–112, 2019. Disponível em: <<http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/247>>. Acesso em: 06 fev.2020.

MACHADO, L. V.; BOARINI, M. L. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 3, p.580-595, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932013000300006>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

MANGUEIRA, S. O. et al. Promoção da saúde e políticas públicas do álcool no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 1, p.157-168, abr. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p157>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

MOREIRA, T. P.; NATIONS, M. K.; ALVES, M. S. C. F. Dentes da desigualdade: marcas bucais da experiência vivida na pobreza pela comunidade do Dendê, Fortaleza, Ceará. **Caderno Saúde Pública**, v. 6, n. 23, p.1383-1392, 2007. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2007000600013](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000600013)>. Acesso em: 6 nov. 2019.

NORMAN, A. H. Promoção da saúde: um desafio para a atenção primária. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 8, n. 28, p.153-154, 2013. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc8\(28\)788](http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc8(28)788)>. Acesso em: 6 nov. 2019.

PRIYA, P R G. et al. Effectiveness of school dental health education on the oral health status and knowledge of children: A systematic review. **Indian Journal of Dental Research**, v. 3, n. 30, p. 437-449, 2019. Disponível em: <[https://doi.org/10.4103/ijdr.ijdr\\_805\\_18](https://doi.org/10.4103/ijdr.ijdr_805_18)>. Acesso em: 06 fev.2020.

SALCI, M. A. et al. Educação em saúde e suas perspectivas teóricas: algumas reflexões. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 1, n. 22, p.224-230, 2013. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072013000100027&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072013000100027&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 6 nov. 2019.

SCHEIDEMANTEL, S. E.; KLEIN, R.; TEIXEIRA, L. I. A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, Belo Horizonte, p.1-6, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrent/Direitos/Direitos5.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

SCHUCH, H. S.; DO, L. G. School-Based Oral Hygiene Education Program Has Long-Term Positive Effects on Oral Health Indicators. **Journal Of Evidence Based Dental Practice**, v. 17, n. 1, p. 65-67, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jebdp.2017.01.002>>. Acesso em: 06 fev.2020.

SILVA, A. N. et al. O uso de metodologia ativa no campo das Ciências Sociais em Saúde: relato de experiência de produção audiovisual por estudantes. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. 1–14, 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832020000100502&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832020000100502&tlng=pt)>. Acesso em: 06 fev.2020.

SILVA, I. et al. Health education in the nurses ' training process : report of experience. **Revista de Enfermagem da UFPI**, v. 8, n. 1, p. 74–77, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/7314>>. Acesso em: 06 fev.2020.

SILVA, J. G. e et al. Promoção da saúde: possibilidade de superação das desigualdades sociais. **Revista Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 16, p.421-425, 1 jul. 2008.

SOKEM, J. A. S. et al. Avaliação De Um Processo Educativo Sobre Prevenção De Lesão Por Pressão. **Ciencia, Cuidado e Saude**, v. 19, p. 9, 2020. Disponível em: <<https://orcid.org/0000-0003-2864-0539>>. Acesso em: 06 fev.2020.

VEIGA, G. A. et al. Metodologia Ativa no Estágio Supervisionado de Enfermagem: Inovação na Atenção Primária à Saúde. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 34, p. 1–9, 2020. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/34857>>. Acesso em: 06 fev.2020.

VIANA, L. S. et al. Política de redução de danos e o cuidado à pessoa em situação de rua. **SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)**, v. 16, n. 2, p. 57–65, 30 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/157479>>. Acesso em: 06 fev.2020.

VILLARDI, M. L.; CYRINO, E. G.; BERBEL, N. A. N. **A Problematização em Educação em Saúde: Percepções dos Professores Tutores e Alunos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. 121 p. Acesso em: 6 nov. 2019.

## RODAS DE CONVERSA: CUIDADO A PUÉRPERAS COM RECÉM-NASCIDOS HOSPITALIZADOS

HARTMANN, M.<sup>1</sup>; RIBEIRO, J. P.<sup>2</sup>; LOPES, K. B.<sup>3</sup>; KRAUSE, C. S.<sup>4</sup>; SILVA, D. G.<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Bolsista e graduanda pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: [hmelissahartmann@gmail.com](mailto:hmelissahartmann@gmail.com) ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3955-0558>; <sup>2</sup>Doutora, Universidade Federal de Pelotas/UFPEL. E-mail: [ju\\_ribeiro1985@hotmail.com](mailto:ju_ribeiro1985@hotmail.com) ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1882-6762>; <sup>3</sup>Mestranda, Universidade Federal de Pelotas/UFPEL. E-mail: [karenbarcelos1@hotmail.com](mailto:karenbarcelos1@hotmail.com) ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0734-938X>; <sup>4</sup>Doutora, Hospital Escola UFPEL, HE-UFPEL, Brasil. E-mail: [doralu.gil@gmail.com](mailto:doralu.gil@gmail.com) ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1240-6721>; <sup>5</sup>Assistente Social, Hospital Escola UFPEL, HE-UFPEL, Brasil. E-mail: [cristianeskrause@gmail.com](mailto:cristianeskrause@gmail.com) ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0190-3522>.

Artigo submetido em agosto de 2019 - DOI 10.32356/exta.v20.n2.41786

### RESUMO

A mulher no puerpério encontra-se fragilizada física e emocionalmente. Tal situação ganha contornos especiais dentro do ambiente hospitalar, devido à hospitalização do recém-nascido, causa a quebra de um ciclo esperado pela mãe e demais familiares. O presente artigo tem por objetivo relatar a experiência de extensionistas, a partir do desenvolvimento de rodas de conversa com as puérperas que estão com seus filhos hospitalizados, desenvolvidas pelo projeto de extensão “Prevenção e Promoção da Saúde em grupos de Gestantes e Puérperas”. As rodas de conversa, de caráter multidisciplinar, realizado por discentes, docentes e profissionais do serviço, ocorreram no período de maio a dezembro de 2018, nas dependências de um hospital universitário. Realizaram-se registros, tipo diário de campo, para posterior exploração,

utilizando-se a análise temática proposta por Minayo (2013). Os assuntos foram agrupados conforme relevância dos achados: Autocuidado e Cuidado de si; Puerpério: modificações corporais; Amamentação; Redes de apoio e os direitos das puérperas e dos recém-nascidos; Ansiedades e medos relacionados ao puerpério e hospitalização do recém-nascido. As rodas de conversa oportunizaram a troca de experiências entre as mulheres e os profissionais, assim contribuindo para minimizar angústias e elucidar questões relativas ao período puerperal e cuidados do recém-nascido. Além disso, o caráter multidisciplinar confere um espaço de comunicação entre diversas áreas e seus saberes, refletindo no âmbito acadêmico em oportunidade para exercitar a integralidade do cuidado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Período Pós-Parto. Educação em Saúde. Autocuidado. Saúde Materna.

## CONVERSATION CIRCLES: CARING FOR PUERPERAL WOMEN WITH HOSPITALIZED NEWBORNS

### ABSTRACT

The woman in puerperium is physically and emotionally fragile. This situation gains special proportions within the hospital environment, due to the hospitalization of the newborn, since it causes the rupture of a cycle expected by the mother and other family members. This article aims to report the experience of extension workers, in the conversation circles with puerperal women who are with their hospitalized children, developed by the extension project “Health Promotion and Prevention in groups of Pregnant and Puerperal Women”. The conversation circles, with a multidisciplinary character, carried out by students, teachers and service professionals, took place from May to December 2018, at the facilities of a university hospital. We made records, typified as field diary, for later exploration, using the thematic

analysis proposed by Minayo (2013). The topics were grouped according to the relevance of the findings: Self-care and Taking care of yourself; Puerperium: body changes; Breastfeeding; Support networks and the rights of puerperal women and newborns; Anxieties and fears related to the puerperium and the hospitalization of the newborn. The conversation circles provided an opportunity for the exchange of experiences between women and professionals, thereby contributing to mitigating anguishes and elucidating issues related to the puerperal period and newborn care. Furthermore, the multidisciplinary character provides a space for communication among different areas and their skills, reflecting in the academic context an opportunity to exercise the integrality of care.

**KEYWORDS:** Postpartum Period. Health Education. Self Care. Maternal Health.

## 1 INTRODUÇÃO

O puerpério é considerado o período vivenciado pela mulher imediatamente após o parto e que prolongasse, em média, por até seis semanas. Nesse período, o cuidado à mulher suscita atenção às suas necessidades biológicas, psicológicas e espirituais, visto que envolve modificações diversas, que refletem tanto no autocuidado como nas interações com o recém-nascido, com o parceiro e com os demais membros da família (MAZZO et al., 2018).

No entanto, não raro, o puerpério é negligenciado; os cuidados e a atenção ficam voltados ao recém-nascido, enquanto a puérpera é requerida para os cuidados com o bebê e com a amamentação (ANDRADE et al., 2015). O estudo de Ferreira et al (2018) evidenciou que a mulher no pós-parto recebe menor destaque, e o recém-nascido é visto com ênfase devido às suas necessidades imediatas.

O ciclo gravídico-puerperal causa mudanças significativas, por essa razão, o enfermeiro e sua equipe precisam adaptar seus cuidados à díade mãe-bebê, como também englobar o papel dos familiares nas tarefas diárias de cuidado, de forma que a mulher não seja estabelecida somente como cuidadora do recém-nascido (FERREIRA et al., 2018). Tal situação ganha contornos especiais quando o puerpério se desenvolve dentro do ambiente hospitalar, devido à hospitalização do recém-nascido, pois causa a quebra de um ciclo esperado pela mãe e demais familiares. Conseqüentemente, levando a frustrações e insegurança a cerca da saúde do recém-nascido. Ademais, a rotina hospitalar é exaustiva e incerta, os pais normalmente sofrem com a falta de vínculo, a impotência e a perda do que foi idealizado durante toda a gestação (BRASIL, 2016).

Ações direcionadas à família, em especial, à puérpera são fundamentais para o desenvolvimento do vínculo mãe-bebê, a promoção da participação dos pais e a aproximação com o ambiente desconhecido, além do apoio emocional e atenção às especificidades do período puerperal. Assim, auxiliando na aceitação das condições vivenciadas, prevenindo transtornos psicológicos associados ao pós-parto, como depressão e “baby blues”, e reorganização da rotina familiar (SILVA et al., 2016).

Neste cenário, a atividade de educação em saúde permite aos profissionais abordar temáticas que potencializem a promoção da saúde, bem como a expressão das mulheres acerca do momento vivenciado e das modificações corporais e emocionais que permeiam o puerpério. Pesquisadores apontam que as atividades que possibilitam a comunicação e a

aproximação entre a puérpera e o profissional, beneficiam a assistência, considerando a singularidade da mulher e direcionando os cuidados à saúde da mulher, e conseqüentemente, à do bebê e da família (GUERREIRO et al., 2014).

Considerando esta situação, o projeto de extensão intitulado “Prevenção e Promoção da Saúde em grupos de Gestantes e Puérperas”, dentre suas ações, promove rodas de conversa com puérperas cujos recém-nascidos encontram-se hospitalizados. Tal ação tem por objetivo identificar e atender as demandas oriundas do período puerperal concomitante à internação do recém-nascido na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), Unidade Semi-Intensiva ou na Pediatria do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas (HE-UFPEL). Além disso, busca incentivar o autocuidado e proporcionar um momento de cuidado de si, salientando sua importância para poder cuidar do recém-nascido. Frente a isso este trabalho busca relatar a experiência de extensionistas, a partir do desenvolvimento de rodas de conversa com as puérperas que estão com seus filhos hospitalizados, desenvolvidas pelo projeto de extensão “Prevenção e Promoção da Saúde em grupos de Gestantes e Puérperas”.

## **2 MÉTODO**

Trata-se de um relato de experiência, organizado a partir da experiência de extensionistas do projeto intitulado “Prevenção e Promoção da Saúde em grupos de Gestantes e Puérperas”. A extensão universitária proporciona ao acadêmico de diversas áreas adquirirem e produzirem novos conhecimentos por meio das vivências de realidades biológicas, psicológicas, sociais, econômicas, entre outras. Possibilitando que o acadêmico consiga articular o conhecimento teórico e prático, o que beneficia a sociedade e a pesquisa científica (FREITAS et al., 2016).

A ação de extensão especificamente vivenciada envolve rodas de conversas realizadas com puérperas que estão com seus recém-nascidos hospitalizados, nas unidades pediátricas, de um Hospital Escola (HE) de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. As rodas de conversa ocorriam nas dependências do hospital, especificamente nas unidades de internação pediátricas, ocorrendo uma vez por semana em um tempo estimado de 15 a 30 minutos para cada encontro.

Os encontros têm por objetivo identificar e atender as demandas oriundas do período puerperal concomitante à internação do recém-nascido na UTI Neonatal, na Unidade Semi-

Intensiva e Pediatria do hospital. Além disso, busca reconhecer os desafios encontrados pelas puérperas com recém-nascidos internados, incentivar o autocuidado e proporcionar um momento de cuidado de si, buscando salientar sua importância para poder cuidar do outro.

Os encontros foram descritos em relatórios, como diários de campo, pelas participantes do projeto e posteriormente analisado conforme a proposta operativa de Minayo (2013), contemplando a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. Estes relatórios possibilitaram vislumbrar os detalhes de cada encontro, promovendo a avaliação da ação e planejamento de novos assuntos a serem abordados. Ao total foram 25 rodas de conversa, no período de maio a dezembro de 2018, realizadas por acadêmicos e profissionais de enfermagem, serviço social e psicologia, em uma dinâmica de trabalho multidisciplinar. As temáticas trabalhadas, definidas de acordo com as necessidades observadas, são expostas no Quadro 1, a seguir.

**Quadro I-** Temáticas trabalhadas nas rodas de conversa, Pelotas, 2019.

Enfermagem	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Autocuidado e Cuidado de si;</li><li>✓ Puerpério: modificações corporais;</li><li>✓ Amamentação.</li></ul>
Serviço Social	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Redes de apoio e os direitos das puérperas e dos recém-nascidos.</li></ul>
Psicologia	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Ansiedades e medos relacionados ao puerpério e hospitalização do recém-nascido.</li></ul>

**Fonte:** elaboração própria.

### 3 RESULTADO E DISCUSSÃO

As experiências serão apresentadas de acordo com as temáticas trabalhadas nas rodas de conversa, a saber: Autocuidado e Cuidado de si; Puerpério: modificações corporais; Amamentação; Redes de apoio e os direitos das puérperas e dos recém-nascidos; Ansiedades e medos relacionados ao puerpério e hospitalização do recém-nascido.

#### **Autocuidado e cuidado de si**

O autocuidado pode ser visto como uma prática onde o indivíduo aprende e executa ações técnicas de acordo com a sua utilidade. Quando aplicado no puerpério essa prática

engloba cuidados de higiene materna, boas práticas alimentares, repouso, hidratação, periodicidade do sono, cuidados com incisão cirúrgica, se parto cesárea ou episiorrafia quando realizada em parto vaginal, entre outros (CORREA; PEREIRA, 2015).

Nas rodas de conversa, observou-se o desconhecimento das mulheres acerca dos termos: puérpera e puerpério, como também o estranhamento diante das temáticas sugestivas de autocuidado e cuidado de si.

Durante a atividade desenvolvida, uma puérpera múltipara referiu ter se organizado, sendo possível manter momentos de autocuidado. Outras duas puérperas primíparas, relataram maior dificuldade em cuidar de si, explanando cansaço e falta de tempo para atividades básicas como comer e dormir. Além disso, a maioria não havia realizado consulta puerperal.

Constatou-se que, nesse momento, a preocupação está voltada à amamentação, a troca de fraldas, aos cuidados com o coto umbilical, a soroterapia e ao banho nos recém-nascidos. Portanto observa-se que o autocuidado é negligenciado em prol dos cuidados com o filho.

Existe um distanciamento no que tange a saúde da mulher após o parto, é possível testemunhar através da fala das mulheres durante as rodas de conversa que o bom atendimento é considerado aquele onde se prestam os cuidados essencialmente ao recém-nascido. Entretanto, a puérpera como ator nesse cenário fica distante.

Na pesquisa de Gomes e Santos (2017) demonstrou-se que os profissionais apontam o excesso de atividades burocráticas como impedimento para realização do atendimento de qualidade às puérperas, influenciando negativamente no cuidado. Ademais, a maioria dos retornos nas unidades de atenção básica está relacionada ao acompanhamento do recém-nascido, para procedimentos, imunizações e avaliação do desenvolvimento e crescimento. Observa-se que alguns profissionais ainda sinalizam que um bom atendimento a puérpera compreende as orientações quanto à amamentação e aos cuidados com o recém-nascido, omitindo mais uma vez a mulher como puérpera, restando somente à mulher cuidadora (GOMES; SANTOS, 2017).

Por essa razão, faz-se imperativo que o profissional da saúde, principalmente o enfermeiro na realização dos cuidados, possa vincular-se a essa mãe e escutar suas incertezas, reconhecendo-a como puérpera e não somente como cuidadora. O profissional apresenta-se como indispensável na avaliação desta mulher, prevenindo as complicações puerperais, como

os agravos de estado físico e psicológico (CORREA; PEREIRA, 2015).

### **Puerpério: modificações corporais**

No intuito de estimular as mulheres a relatarem as mudanças físicas sentidas no puerpério, foi utilizada uma imagem do corpo feminino impressa em folha de papel plastificada. A atividade tem por objetivo marcar na imagem com canetas marca texto as partes corporais relatadas por elas, e assim expor, as modificações físicas mais presentes.

As puérperas revelaram perceber edema nos membros inferiores, ingurgitamento das mamas, flacidez abdominal, flatulências, cólicas, gordura abdominal e ganho peso. Além disso, expressaram momentos de melancolia, tristeza e raiva.

O corpo da mulher tende a retomar o estado pré-gravídico, ocorrendo a involução uterina progressivamente para o interior do espaço pélvico e realocação dos órgãos abdominais, reinicia-se o processo de regeneração das mucosas uterinas e vaginais. Diante desse transcurso é recorrente a puérpera manifestar o aparecimento de cólicas abdominais, chamadas de tortos, principalmente durante a amamentação. Isso ocorre pelo reflexo da sucção sobre o hormônio ocitocina responsável pela contração do útero (LARA; CESAR, 2017).

Também, inicia-se o processo de lactação, tendo a puérpera diversas sensações que envolvem a região mamária, principalmente quando ocorre a apojadura do leite, período de maior atenção devido ao risco de ingurgitamento mamário provocado pelo acúmulo de leite na glândula mamária. As mamas ficam dolorosas, edemaciadas, tensas, hiperemiadas e quentes, podendo a puérpera apresentar febre (SASS; OLIVEIRA, 2017). Somando-se ainda teremos fatores individuais dependendo da via de parto e sua complexidade, podendo a mulher, em um puerpério imediato apresentar dificuldade para deambular, desconforto ao exercer força ou movimentos bruscos, edema em membros inferiores, entre outras particularidades (MONTENEGRO; REZENDE, 2016).

Outra questão que foi mencionada nas rodas de conversa foram os mitos e inseguranças alusivas ao sexo pós-parto, culturalmente tratado como assunto “tabu” pela sociedade, percebendo-se certo desconforto das mulheres quando abordada a questão da sexualidade. Entretanto, ao decorrer da atividade, surgiram diversas dúvidas e grande interesse pela temática.

A atividade sexual deve ocorrer a partir do desejo do casal, levando em consideração o

processo de parturição, eventual desconforto associado à cicatrização e menor lubrificação do canal vaginal. O profissional da saúde deve orientar que o ato sexual ocorra respeitando-se no mínimo duas semanas após o parto, e ainda, planejar junto à mulher métodos de barreira e contraceptivos de escolha, incentivando a consulta puerperal e sua importância (BRASIL, 2016).

Considera-se assim que a questão sexual envolve não somente as condições físicas, mas principalmente emocionais do casal. Sua nova configuração, adaptação da rotina familiar, sentimento de cuidado ao bebê, situação de acomodação conjunta, percepção do corpo e a própria sexualidade da mulher, esses são pontos que necessitam de reflexão e ações que proporcionem tranquilidade e conforto ao casal (PRISSOLATO et al., 2016).

### **Amamentação**

Para discutir a amamentação com as puérperas, utilizou-se uma dinâmica de mitos e verdades, eram realizadas afirmações ao grande grupo, respondidas com o auxílio de placas vermelhas, para aquelas afirmações consideradas falsas, e verdes, para as verdadeiras. Foi possível observar a interferência que o conhecimento empírico gera sobre o processo de amamentação.

Quando abordado a utilização da cerveja preta para “descer” o leite como um dos mitos criados culturalmente, várias puérperas apontaram outros mitos disseminados, relatando as dicas recebidas de amigos para utilização de chás que aumentariam a produção de leite.

Ao longo da dinâmica, um grupo de puérpera relatou que amamentar era dolorido, mas que principalmente a ordenha gerava dor. Outro grupo revelou sentir a dor quando o seio estava machucado, entretanto, a troca de afeto e amor que a amamentação possibilita é muito prazerosa.

A literatura aponta que a crença do leite fraco ou insuficiente possa estar relacionada à dificuldade de pega correta do bebê no seio, provocando dor, fissura, sentimento de culpa e insegurança. Como consequência, há inibição dos hormônios lactários devido à sensação dolorosa e pelo estado emocional abalado da mulher, fazendo com que a mulher ofereça menos o seio, e assim, o bebê não realiza estímulo de sucção, diminuindo a produção de leite (BRASIL, 2013).

As avós participaram de algumas rodas de conversa, abordando o conhecimento popular e os valores culturais que transmitem para as gerações futuras, salientando a

importância da amamentação. Contudo, sustentando mitos, quando associam a nutrição materna com a probabilidade de o leite materno ser fraco.

As mulheres possuem condições biológicas de produzirem leite materno contando com todos nutrientes necessários para nutrir o bebê até os seis meses de vida. No entanto, quando existir a queixa materna, deve-se observar a presença da insegurança, a pega correta e o comportamento de pessoas próximas que podem estar induzindo tal desconforto, comentando que o choro e as mamadas frequentes do bebê são sinais de fome sugerindo que o seu leite não é suficiente. Este posicionamento está consolidado culturalmente e ainda segue presente no cotidiano materno (BRASIL, 2014).

Durante as rodas de conversa, vários questionamentos surgiram acerca do aleitamento materno durante a vacinação dos bebês. Muitas puérperas avaliaram como algo inapropriado, diante disso, foram ofertadas diversas orientações referentes a essa prática.

O aleitamento materno durante as imunizações causa modulação dos receptores neuronais da sensação dolorosa, permitindo maior conforto e segurança pela proximidade com a mãe que é reconhecida pelo bebê, e também, pela estimulação a produção de analgesia natural para o momento doloroso da administração de vacinas (HARISSON et al., 2016).

Devido à falta de estudos, no passado, acreditava-se que o recém-nascido não sentia dor. Atualmente, essa possibilidade foi extinta, dando lugar a manejos não farmacológicos que pudessem aliviar a dor do bebê em procedimento invasivo, como a vacinação. Quando remanejado ao espaço peculiar destas puérperas que estão com seus recém-nascidos hospitalizados, o manejo para evitar a sensação dolorosa deve ser ainda mais incisivo, devido à exposição do recém-nascido, nesse contexto, a uma série de procedimentos invasivos (ALMEIDA et al., 2018).

A amamentação, juntamente com o contato pele a pele e o uso de substâncias adocicadas como a sacarose e a glicose são aliadas na redução da dor do neonato (ALMEIDA et al., 2018; STEVENS et al., 2016). É importante orientar o uso destas medidas para a família e para os profissionais, pois além da efetividade comprovada, ainda é um método seguro, de baixo custo e amplamente disponível.

### **Redes de apoio e os direitos das puérperas e dos recém-nascidos**

A atividade realizada com as puérperas visa conscientizá-las acerca de seus direitos no período da maternidade. Durante as rodas de conversa, o entendimento a cerca dos benefícios,

como o livre acesso dos pais durante a internação, certidão de nascimento e Cadastro de Pessoa Física (CPF) confeccionados dentro do ambiente hospital, direito a caderneta da criança, a alimentação para o acompanhante e o auxílio maternidade, permitem o empoderamento da puérpera e da família para lidar com situações que possam gerar estresse.

Utilizando a comunicação foi possível encorajar as mulheres a comentarem sobre as suas vivências e explanarem suas dúvidas, permitindo que as mesmas fossem sanadas, ademais, o vínculo pré-existente com a profissional garantiu uma conversa bastante dinâmica, sendo utilizada a caderneta da criança como ferramenta para disseminar os direitos e informações pertinentes ao cuidado materno-infantil.

Ao longo das rodas de conversa, abordou-se a importância da vinculação das mulheres e suas famílias da unidade básica de saúde mais próxima a sua residência, ressaltando-se a relevância da continuidade do acompanhamento.

Após a alta hospitalar, o acompanhamento da puérpera e da família projeta-se na rede de saúde que permite a continuidade do cuidado entre os serviços. Sendo a família acolhida na Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência, a qual cabe realizar as imunizações da criança, os testes de triagem neonatal pertinente a este serviço e o acompanhamento do desenvolvimento e crescimento do recém-nascido. As consultas de puerpério e o planejamento familiar também devem ser realizados neste serviço (PEREIRA; GRADIM, 2014).

Para que a continuidade do cuidado se efetive, torna-se fundamental que o profissional da saúde construa um vínculo com a mulher, de forma significativa no período puerperal, fazendo com que o cuidado e apoio fiquem facilitados, podendo ser um excelente momento para quebra de mitos e crenças sobre o puerpério e os cuidados com o recém-nascido (PRATES; SCMALFUSS; LIPINSKI, 2015).

### **Ansiedades e medos relacionados ao puerpério e hospitalização do recém-nascido**

As rodas de conversa, no contexto hospitalar, possibilitaram a abertura de um espaço para a subjetividade e a manifestação de sentimentos ambivalentes em relação à vivência da maternidade e puerpério. Assim, propiciando a organização interna e a construção da parentalidade.

Neste ambiente, foi instigado que as puérperas pudessem trocar relatos e sentimentos

experenciados; de forma que presenciamos alguns momentos de reflexão das puérperas acerca de suas vivências com a internação dos seus filhos. Como por exemplo, a descoberta da necessidade de internação como um momento de tensão frente ao desconhecido e medo da perda do filho. Concomitantemente, a quebra do paradigma de alta hospitalar no pós-parto e a ansiedade frente à realização dos cuidados com o recém-nascido, como o primeiro banho após a alta da unidade de internação.

O processo de modificações da mulher no período gravídico puerperal transpõe o físico, tendo alterações psíquicas e biológicas. Comumente, sentimentos como ansiedade e insegurança permeiam este período (MAZZO et al., 2018).

Na ocasião da hospitalização do filho, esses sentimentos estão relacionados à saúde, cuidado e procedimentos que o recém-nascido pode ser submetido, além de questões técnicas, como forma de segurar e fazer a higiene do mesmo (SILVA et al., 2015). De acordo com a literatura, a admissão do recém-nascido em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) pode ser um dos momentos mais estressantes para as mães, causando apreensão, além de prejudicar o vínculo mãe-bebe (ROCHA et al., 2018).

Neste contexto, o profissional de saúde passa a compor a rede de apoio da puérpera, possibilitando a percepção e utilização de estratégias de enfrentamento, além de assistência e cuidado com ela (HILTON; LOCOCK; CAVALEIRO, 2014). A escuta terapêutica sem julgamentos e condenações, como forma de alívio imediato das emoções, apresenta-se como ferramenta essencial no apoio ao puerpério, oferecendo um ponto de sustentação à mulher (DANTAS et al., 2015).

#### **4 CONCLUSÃO**

A experiência vivida a partir do desenvolvimento de rodas de conversas oportunizou aos acadêmicos e profissionais momentos de discussões acerca de temas fundamentais na assistência à puérperas, no âmbito hospitalar: o cuidado de si, as modificações corporais, amamentação, redes de apoio e direitos da mulher no período puerperal, as ansiedades e medos que envolvem a hospitalização do recém-nascido.

No que se refere às puérperas, público alvo da ação, é notável a importância dessas atividades, visto que essas mulheres se encontram em um momento frágil, vivenciando uma gama de sentimentos, no qual a troca de experiências entre as mulheres e os profissionais

contribui para minimizar angústias e elucidar questões relativas ao período puerperal e cuidados do recém-nascido.

Além disso, o caráter multidisciplinar confere um espaço de comunicação entre diversas áreas e seus saberes, desempenhando um papel de integrador e promotor de cuidado. Refletindo no âmbito acadêmico, em oportunidade para exercitar a integralidade do cuidado, abordado a mulher no período puerperal a partir de suas necessidades objetivas e subjetivas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. C. C; CANDIDO, L. K; HARRISON, D; BUENO, M. Seja Doce com os Bebês: avaliação de vídeo instrucional sobre manejo da dor neonatal por enfermeiros, **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 52, 2018.

ANDRADE, R.D; SANTOS, J. S; MAIA, M. C; MELLO, D. F. Fatores relacionados à saúde da mulher no puerpério e repercussões na saúde da criança. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 230, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. 1. ed. rev. Brasília : Ministério da Saúde, p. 318, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde**. 2. ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

CORREIA, T. I. G; PEREIRA, M. L. L. Os cuidados de enfermagem e a satisfação dos consumidores no puerpério, **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 17, n. 1, p. 21-29, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v17i1.28695>.

DANTAS, M. M C; ARAÚJO, P. C. B; REFORÊDO, L. S; PEREIRA, H. G; MAIA, E. M. C. Mães de Recém-Nascidos Prematuros e a Termo Hospitalizados: avaliação do apoio social e da sintomatologia ansiogênica, *Acta Colombiana de Psicologia*, Colômbia, v. 18, n. 2, p. 129-138, 2015.

FERREIRA, A. P; DANTAS, J. C; SOUZA, F. M. L. C; RODRIGUES, O. D. C. V; DAVIM, R. M. B; SILVA, R. A. R. O enfermeiro educador no puerpério imediato em alojamento conjunto na perspectiva de Peplau, **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 20, 2018. Disponível em: <http://doi.org/10.5216/ree.v20.45470>

FREITAS, T. P. P; PAULA, C. C; ZANON, B. P; MEIRELLES, F. S. C; WEILLER, T. H; PADOIN, S. M. M. Contribuições da Extensão Universitária na Formação de Acadêmicos de Enfermagem, **Revista de Enfermagem UFSM**, Santa Maria, v. 6, n. 3, p. 307-316, 2016.

GOMES, G. F; SANTOS, A. P. V. Assistência de Enfermagem no Puerpério, **Revista Enfermagem Contemporânea**, Bahia, v. 6, n. 2, p. 211-220, 2017.

GUERREIRO, E. M; RODRIGUES, D. P; QUEIROZ, A. B. A; FERREIRA, M. A. Educação em saúde no ciclo gravídico-puerperal: sentidos atribuídos por puérperas, **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 1, p. 13-21, 2014.

HARRISON, D; WILDING, J; BOWMAN, A; FULLER, A; NICHOLLS, S. G; POUND, C. M; et al. Using You Tube to Disseminate Effective Vaccination Pain Treatment for Babies. **PLoS One** [Internet], v. 11, n. 10, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27695054/> Acesso em: 17 dez. 2020.

HILTON, L; LOCOCK, G; CAVALEIRO, M. Experiences of the quality of care of women with near-miss maternal morbidities in the UK, **An International Journal of Obstetrics & Gynaecology**, v. 121, n; 4, p. 20-23, 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4312976/> Acesso em: 27 mai 2019.

LARA, S. R. G; CESAR, M. B. N. **Enfermagem em obstetrícia e ginecologia**. Burueri, SP: Manole, 2017.

MAZZO, M. H. S. N; BRITO, R. S; SILVA, I. C. G; FEITOSO, M. M. LIMA, M. S. E; SILVA, E. C. P. Percepção das puérperas sobre seu período pós-parto. **Investigación em Enfermería: Imagen y Desarrollo**, Bogotá, v. 20, n. 2, 2018.

MONTENEGRO, C. A. B; REZENDE, J. F. **Obstetrícia**. 13. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

PEREIRA, M. C; GRADIM, C. V. C. Puerperal Consultation From the Perspective of Nurses and Puerperae, **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 35-42, 2014.

PRATES, L. A; SCHMALFUSS, J. M; LIPINSKI, J. M. Rede de apoio social de puérperas na prática da amamentação, **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 310-315, 2015.

ROCHA, L. L. B; DITZ, E. S; DUARTE, E. D; COSTA, P. R. A Experiência da Puérpera Hospitalizada com o Recém-Nascido na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, Minas Gerais, v. 8, n. 1, 2018.

SASS, N; OLIVEIRA, L. G. 1 ed. **Obstetrícia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

SILVA, C. M. S; DANTAS, J. C; SOUZA, F. M. L. C; SILVA, R. A. R; LOPES, T. R. G; CARVALHO, J. B. L. Sentimentos vivenciados por puérperas na realização do primeiro banho do recém-nascido no alojamento conjunto, **Revista o Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 279-86, 2015.

SILVA, R. M. M; MENEZES, C. C. S; CARDOSO, L. L; FRANÇA, A. F.O. Vivências de famílias de neonatos prematuros hospitalizados em unidade de terapia intensiva neonatal:

revisão integrativa. **Revisão de Enfermagem Centro Oeste Mineiro**, Minas Gerais, v. 6, n. 2, 2016.

STEVENS, B; YAMADA, J; OHLSSON, A; HALIBURTON, S; SHORKEY, A. Sacarose para analgesia em recém-nascidos submetidos a procedimentos dolorosos, **Cochrane Database of Systematic Reviews**, Londres, n. 7, 2016.

## DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÔMICO NO TRABALHO INFORMAL DAS FEIRAS MÓVEIS

SANTOS, A.L.S.<sup>1</sup>; ALENCAR, R. V.<sup>2</sup> & CAVALCANTE, L. C.<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Graduanda em Administração pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista da ação extensionista. E-mail: liviasantos948@gmail.com; <sup>2</sup>Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: rafaelvieira93@hotmail.com; <sup>3</sup>Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Universidade de Fortaleza. Coordenadora da ação extensionista. E-mail: laracapelo@hotmail.com.

Artigo submetido em setembro de 2018 - DOI 10.32356/exta.v20.n2.33555

### RESUMO

O comércio de rua, compreendido como atividade informal executada por muitos feirantes, camelôs e demais indivíduos com trabalhos semelhantes, também existente nas feiras móveis, têm sido utilizado significativamente como meio de garantia à sobrevivência na busca pelo sustento na atual situação socioeconômica do país, sendo gerador de empregabilidade e renda. Contudo, a informalidade tem impedido que muitos desses indivíduos trabalhem dignamente por não alcançarem direitos que só podem ser usufruídos por meio da formalização do trabalho. Desse modo, este artigo objetiva analisar os fatores que levam a resistência de alguns feirantes à formalização trabalhista, por

exemplo, a escassez de conhecimento acerca dessa formalização, por uma parcela significativa de feirantes, somado à utilidade da Tecnologia da Informação como ferramenta disseminadora de informações e no desenvolvimento do trabalho do pequeno empreendedor na busca pelo Desenvolvimento Humano e Crescimento Econômico no comércio de rua, situado nos bairros de Fortaleza, como Cidade 2000 e Praia do Futuro. Para a concretização do presente estudo, utilizou-se de pesquisas bibliográficas e da compilação de dados advindos da contagem e da aplicação de questionários nas duas feiras mencionadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Informalidade; Escassez de Informações; Tecnologia da Informação; Pequeno Empreendedor.

## HUMAN AND ECONOMIC DEVELOPMENT IN THE INFORMAL WORK OF MOBILE FAIRS

### ABSTRACT

Street commerce, understood as an informal activity performed by many marketers, street vendors and other individuals with similar work, also existing in mobile fairs, has been used significantly as a means of survival in the search for sustenance in the current socioeconomic situation of the country. And it is a job and income generator. However, informality has prevented many of these individuals from working with dignity because they do not achieve rights that can only be enjoyed through the formalization of work. Thus, this article aims to analyze the factors that lead the resistance of some marketers to labor formalization, for example, the lack of knowledge

about this formalization, by a significant portion of marketers, adding the usefulness of Information Technology as a tool for disseminating information. And work development of the little entrepreneur in the search for Human Development and Economic Growth in the street commerce, located in the neighborhoods of Fortaleza, such as Cidade 2000 and Praia do Futuro. For the accomplishment of the present study, we used bibliographical research and the data compilation from counting and the application of questionnaires in the two mentioned fairs.

**KEYWORDS:** Informality; Scarcity of information; Information Technology; Little entrepreneur.

## 1 INTRODUÇÃO

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o índice de desemprego no Brasil deverá cair dos 12,9% registrados em 2017 para 11,9% neste ano; apesar da diminuição, os empregos vulneráveis que geralmente não se tem acesso à seguridade social

irão levemente crescer, passando de 25,3% para 25,8%; onde esse crescimento é reflexo da crise econômica no mercado de trabalho (BRASIL. DW apud OIT, 2018). Logo, uma das formas de representação dessa modalidade de empregos vulneráveis pode ser representada pelo comércio de rua, no qual muitos trabalhadores praticam suas atividades tidas como informais sem a devida regulamentação do trabalho por parte do Governo. Em vista disso, o aumento contínuo da prática do comércio de rua é tido como um fenômeno de alta notoriedade nas localidades urbanas do Brasil (MAFRA, 2007).

Nesse contexto, as feiras móveis, como um dos âmbitos de grande e notória inserção da informalidade, têm sido a saída para muitos cidadãos desempregados, tornando-se uma das fontes de empregabilidade e de renda no contexto socioeconômico atual. Entretanto, o desempregado, na tentativa de se estabelecer na economia informal, passa a ter perdas consideráveis na sua cidadania e na sua dignidade, visto que são maiores as dificuldades no contexto de informalidade para que se estabeleça como sujeito coletivo, por intermédio de uma vida organizada sindicalmente, por exemplo (HORTA, 2001).

Nesse sentido, apesar dos feirantes informais não obterem direitos necessários para se ter um trabalho e uma vida mais digna enquanto cidadão, ainda há uma resistência, por parte desses trabalhadores, à formalização do trabalho. Desse modo, a escassez de conhecimento acerca dessa legalização trabalhista é um dos fatores que os induzem a permanecer na informalidade. Tendo isso em vista, é válida a utilização dos métodos possíveis e diversificados quanto ao fornecimento de informações necessárias sobre a temática abordada.

Nesse conjuntura, pode-se destacar a Tecnologia da Informação (TI) como sendo uma dessas fontes que pode ser designada como o agrupamento de recursos tecnológicos e computacionais para fornecimento e uso da informação que se baseia nos seguintes elementos: software e seus recursos; gestão de dados e informações; hardware e seus dispositivos periféricos e sistemas de telecomunicações (REZENDE e ABREU, 2000).

Portanto, o estudo em questão é advindo do Projeto de Extensão intitulado “Feirante Empreendedor: Tecnologia da Informação, Desenvolvimento Humano e Crescimento Econômico no Comércio de Rua”, tendo como objetivo compreender o contexto da informalidade no comércio de rua junto a disseminação de informações acerca da formalização do trabalho nas feiras móveis em Fortaleza, que transitam pelos bairros Cidade 2000 e Praia do Futuro, em diferentes dias da semana, no sentido de impulsionar os feirantes

informais que não possuem conhecimento e que se mostram resistentes quanto ao assunto a se tornarem trabalhadores legalizados e assim passar a usufruir de direitos e a viver com dignidade e cidadania merecida cooperando para seu desenvolvimento como pessoa em sociedade e para o seu crescimento econômico e local com base nos princípios constitucionais que serão relatados a seguir.

## **2 DIRETRIZES GERAIS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO COMÉRCIO DE RUA**

O Desenvolvimento Humano e o Crescimento Econômico são fundamentados em princípios constitucionais. Como infere a Constituição Federal de 1988:

**Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...] **III** - a dignidade da pessoa humana;

**IV** - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa [...]

[...]

**Art. 170.** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...] **IV** - livre concorrência[...] (BRASIL,1988)

Como visto acima, dois dos princípios em que o Desenvolvimento Humano está fundamentado são a Dignidade da Pessoa Humana e os Valores Sociais do Trabalho, os quais foram colocados como alguns dos fundamentos essenciais da República Federativa elencados pela Constituição de 1988 no artigo 1º inciso III e IV, respectivamente (BRASIL,1988).

Nessa perspectiva, a dignidade é um valor espiritual e moral intrínseco à pessoa, a qual é manifestada exclusivamente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida, além da pretensão ao respeito advindos dos demais indivíduos, no qual todo estatuto jurídico deve garantir, de maneira que, possam ser realizadas limitações a prática dos direitos fundamentais além de nunca menosprezar a estima necessária que todas as pessoas enquanto seres humanos merecem (FINATI apud SARLET, 1996).

Segundo Finati (1996), a dignidade da pessoa está diretamente ligada aos valores sociais do trabalho, onde a dignidade da pessoa está relacionada com a respeitabilidade que o cidadão possui no meio em que vive. Ademais, também ressalta que o trabalho dignifica a pessoa na medida que permite sua autoafirmação no âmbito familiar e na sociedade, permitindo, ainda, participar integralmente da vida social além de ser um fator de civilização

e de progresso. Desde o surgimento da humanidade na terra, o trabalho tem sido o grande fator que garante a estabilidade e o progresso dos grupos sociais.

Referente ao Crescimento Econômico, dois de seus princípios constitucionais são a livre iniciativa (Art. 1º inciso IV) e a livre concorrência (Art. 170 inciso IV). Nesse sentido, o artigo 170º da Constituição Federativa do Brasil salienta que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho e na livre iniciativa, visa garantir existência digna a todos, de acordo com as leis da justiça social seguindo alguns princípios, onde um deles é a livre concorrência (BRASIL, 1988).

Dessa maneira, baseado nos dois artigos mencionados anteriormente, nota-se que os princípios de livre iniciativa e livre concorrência estão correlacionados. Assim, conforme Moura (2012), o princípio da livre iniciativa está relacionado com o ideal de liberdade econômica, e seu reconhecimento pela ordem jurídica objetiva garantir aos indivíduos a livre escolha da atividade que queiram desenvolver para seu sustento além de limitar a ação do Estado relativo ao campo das atividades econômicas dos agentes. Assim, esse princípio prediz que a todos é assegurado a livre execução de qualquer atividade econômica, com ou sem a autorização dos órgãos públicos. Portanto, os trabalhadores devem ser livres para produzir e colocar seus produtos no mercado, práticas que conseguem desenvolver devido ao princípio da livre concorrência que assegura a todos a liberdade de mercado.

## 2.1 EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO DA INFORMALIDADE E A ESCASSEZ DE CONHECIMENTO DE ALGUNS FATORES RELATIVO A FORMALIZAÇÃO DO TRABALHO POR PARTE DE ALGUNS FEIRANTES

O crescimento das cidades junto ao aumento populacional nos espaços urbanos e a consequente crise do desemprego são fatos ocorrentes e notórios nos dias de hoje. Por conta desses elementos, o trabalho informal com grande presença nas feiras móveis, também foi ampliado, visto que tem sido uma das alternativas para grande parte dos desempregados do País. Portanto, “[...] trata-se de uma informalidade derivada da nova dinâmica econômica” (Santos, 2008, p.154).

Nesse lógica, a feira seja ela móvel ou fixa é um elemento essencial da atividade lucrativa e do abastecimento dos habitantes de uma cidade além de ser vista como um local de mercado no qual o comerciante é o responsável pelo transito de mercadorias entre localidades

distintas (Max Weber, 1979).

Nesse âmbito, Souza e Feijó (2006), inferem que o emprego informal é o trabalho que a pessoa pratica sem possuir acesso aos direitos trabalhistas além de não haver legalização por meio de documentos, não tendo vínculo com qualquer empresa, estendendo a maneira de trabalho em termos de precariedade em seus variados ramos.

Desse modo, o alto índice de desemprego no país ocasiona a informalidade, onde muitos indivíduos abrem seu próprio negócio (empreendimentos) como meio de sobrevivência ou de melhoramento financeiro, porém de modo ilegal sem acesso aos direitos necessários para execução de um trabalho mais digno provenientes da formalização do trabalho.

Ademais, levando em consideração os empreendimentos que muitas pessoas abrem como meio de sobrevivência em meio ao alto índice de desemprego no país, também é válido ressaltar que, de acordo com Schumpeter (2012), atualmente, o empreendedor é tido com o impulsor da economia de um país, sendo atuante no que diz respeito a inovação e mudança além de ser o maior responsável pela criação de novas empresas junto a geração de empregabilidade.

Nesse contexto, segundo Marcondes (2000), o empreendedor é toda pessoa que identifica necessidades de clientes potenciais e cria uma empresa com uma oportunidade de negócio para satisfazê-las, podendo ser um empreendedor: o desempregado que se torna camelô, o técnico que cria uma fábrica ou o insatisfeito com o emprego que se demite e abre uma loja, o dentista que abre um consultório, dentre outros.

Sabe-se, também, que o empreendedorismo é um fenômeno cultural, e conforme Dolabela (1999), é fruto dos hábitos, práticas e valores das pessoas. O autor também infere que existem famílias mais empreendedoras do que outras, assim como cidades, regiões, países.

Nesse sentido, é relevante ressaltar que o empreendedorismo envolve desde o pequeno ao grande empreendedor, onde o menor é a base para se chegar ao maior empreendimento. Com base nisso, de acordo com o SEBRAE (2018), o pequeno empreendedor se encaixa nas características do Micro Empreendedor Individual (MEI), pois é o trabalhador que, conforme as Leis Complementares 123/06 e 128/08, trabalha por conta própria e legaliza-se como pequeno empresário, passando a ter CNPJ, facilitando assim a o que a abertura de conta

bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais; onde o MEI passa a ser enquadrado no Simples Nacional além de passar a ser isento aos tributos federais, tais como, Imposto de Renda, PIS, Confins, IPI e CSLL, tendo acesso a diversos direitos previdenciários, como auxílio-maternidade, auxílio doença, aposentadoria, dentre outros.

Assim, para o trabalhador se tornar um MEI terá que seguir os seguintes requisitos: faturar até R\$ 81.000,00 por ano ou R\$ 6.750,00 por mês; não ter participação em outra empresa como sócio ou titular; ter no máximo um empregado contratado que receba o salário-mínimo ou o piso da categoria.

Entretanto, segundo dados, que serão relatados mais adiante, da pesquisa feita nas feiras situadas nos bairros Cidade 2000 e Praia do Futuro em Fortaleza, por intermédio do projeto intitulado “Feirante Empreendedor: Tecnologia da Informação, Desenvolvimento Humano e Crescimento Econômico no Comércio de Rua”, muitos feirantes se mostram resistentes à formalização do trabalho é , onde um dos fatores que cooperam para essa situação é o desconhecimento de alguns feirantes relativo ao que tem por trás de fato dessa legalização trabalhista, levando em consideração que muitos deles têm em mente que serão apenas cobrados, pois mais adiantes será visto que muitos desses trabalhadores não conhecem os benéficos (Direitos) advindos da formalização e que mesmo com esse “medo” de ter apenas deveres ao deixar de lado a informalidade, possuem interesse em ter conhecimento sobre o assunto.

Portanto, percebe-se que há um impedimento de um trabalho digno, por parte dos feirantes ilegais, quanto a utilização de vários direitos proporcionados após se tornar MEI, por exemplo, direitos previdenciários que ajudariam relativo à saúde e futuramente quando não pudessem ou não quisessem mais trabalhar, quando idosos, pois dois dos inúmeros direitos do MEI é o de auxílio a doença e a aposentadoria, na árdua busca pela garantia de estabilidade e progresso em sociedade por intermédio da procura e do alcance de sucesso em seus negócios, o qual contribui para o crescimento econômico no comercio de rua.

## 2.2 A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA DISSEMINADORA DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO E AUXILIO AO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DO PEQUENO EMPREENDEDOR

A Tecnologia da Informação (TI) pode ser compreendida como sendo hardware,

software e pessoas envolvidas responsáveis pela obtenção, armazenamento, tratamento, comunicação e disponibilização de informações (Albertin,2004).

Nesse cenário, a TI proporciona vários métodos para fornecimento de informações e conhecimentos com conteúdos específicos para determinado público alvo. Tendo como exemplo, os aplicativos, sendo alguns deles:

- Aplicativos de redes sociais (Facebook, Instagram, Whatsapp) os quais são utilizados para conversar com amigos e familiares, para se manterem informados com as notícias do mundo todo;
- Aplicativo de Transporte (Uber, Cabify, 99 pop), onde quem deseja se deslocar de um lugar para outro se comunica com os motoristas pelo aplicativo que informa quanto tempo vai demorar pra chegar e o valor da corrida, dentre outras utilidades;
- Aplicativo de Bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Itaú, Bradesco, Santander) no qual o cliente tem acesso a sua conta podendo ver seu saldo, emitir extratos, dentre outras funções;
- Aplicativos de Compras/Vendas (OLX, Barato Coletivo, Mercado Livre, Ifood), onde as pessoas podem divulgar seus produtos a um maior número de pessoas e os que desejarem comprar o produto exposto entra em contato e efetua a compra. Portanto, nota-se que tal ferramenta repassa informações com conteúdos específicos para determinado público alvo.

Nessa mesma linha de raciocínio, tendo em vista a utilidade dos aplicativos e a questão do desconhecimento referente a formalização do trabalho, o projeto já citado desenvolvido por acadêmicos da Universidade Federal do Ceará vem elaborando um aplicativo especificamente para os feirantes, tendo como conteúdo a temática abordada, isto é, informações sobre a formalização do trabalho dando enfoque aos direitos e deveres que os trabalhadores formais têm e que os informais podem ter além de informações e dicas para auxiliar no desenvolvimento de seu trabalho e cooperar para o sucesso de seus negócios, levando em consideração o interesse por parte desses trabalhadores em utilizá-lo, o que será mostrado mais adiante na compilação de dados referente ao uso da TI pelos feirantes somada a possíveis medidas que podem auxiliar na disseminação de informações com a utilização da TI.

Para mais, a TI pode ser uma ferramenta de grande valia para o trabalho não só do grande como do pequeno empreendedor, visto que pode ser uma ferramenta relevante na execução de seu trabalho. Com base nisso, Albertin (2001) ressalta algumas contribuições da Tecnologia da Informação, sendo algumas delas:

1. **RELACIONAMENTO:** As empresas se comunicam com seus clientes por intermédio de diversas mídias, visto que por muito tempo os meios tecnológicos vêm mudando de modo significativo o olhar tradicional de mídia relativo ao marketing, à compra e à venda. Nesse sentido, os ambientes intermediado por computadores, como a internet possibilitam outro modo de chegar aos consumidores junto ao fato de estimular compradores e vendedor a desenvolver seu uso, por viabilizar melhoria na comunicação com sua clientela, maior eficiência nas relações de vendas além de proporcionar um mercado mais atrativo.
2. **INOVAÇÃO DE PRODUTOS:** As novas regras no ambiente empresarial atribuídos pela Tecnologia da Informação podem ser entendidas, como a flexibilidade e o poder de resposta; onde a estratégia de produção e venda referente a era industrial foi trocada pela de sentir e responder as mudanças de acordo com a necessidade e singularidades dos clientes, de modo preciso.
3. **NOVOS CANAIS DE VENDA E DISTRUBUIÇÃO:** Os sistemas de TI simbolizam um novo meio de vendas e de compartilhamento para produtos que novos ou que já existem devido ao alcance direto e a natureza bidirecional na comunicação de informações desses sistemas.
4. **PROMOÇÃO DE PRODUTOS:** A Tecnologia da Informação pode proporcionar melhorias relativo a promoção dos produtos e serviços através de um contato direto, rico em informações e que interaja com os clientes.
5. **NOVAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS:** Os sistemas de TI com a alteração nas estruturas dos setores, possibilitam o aparecimento de novos modelos de negócios, fundamentados no significativo número disponível de informações e sua distribuição direta aos clientes e fornecedores.
6. **ECONOMIA DIRETA:** A Tecnologia da Informação pode minimizar, de modo significativo, os custos de comercialização, distribuição e serviços aos clientes, por intermédio da utilização da infraestrutura digital pública e compartilhada, por exemplo, a internet, comparada a uma infraestrutura própria.
7. **INFRAESTRUTURA PÚBLICA:** A forma de garantir acesso ao ambiente digital da Tecnologia da Informação é através da criação e da utilização de uma infraestrutura pública, que possua mecanismos de acesso, estruturas de alcance local e redes globais de informações.

Ainda é relevante ressaltar as duas últimas contribuições da Tecnologia da Informação mencionadas por Albertin: Economia Direta e Infraestrutura Pública que remetem ao acesso ao ambiente digital da TI por intermédio de suporte público proporcionando mecanismos de acesso para o alcance de informações. Desse modo, pode-se citar como exemplo, o “wifi” gratuito em vários locais, como praças públicas e até mesmo em algumas feiras situadas em Fortaleza, onde muitos utilizam a TI como ferramenta no trabalho, possibilitando assim a inibir gastos de comercialização além de auxiliar nos serviços prestados aos clientes. Contudo, essa infraestrutura de acesso às redes globais de informação nas feiras móveis ainda é mínimo, como é o caso das feiras Cidade 2000 e Praia do futuro, em Fortaleza.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Primeiramente, utilizou-se a pesquisa bibliográfica visto que "o conhecimento teórico adequado acarreta rigor conceitual, análise acurada, desempenho lógico, argumentação diversificada, capacidade explicativa" (DEMO, 1994, p. 36), a qual foi efetuada com base em material já elaborado, como livros e artigos científicos (GIL, 2008), sobre o contexto da informalidade nas feiras de Fortaleza, mais especificamente na Praia do Futuro, onde há a presença notória de trabalhadores informais além da utilidade da tecnologia da informação para disseminação de informações acerca da formalização do trabalho somado as diretrizes gerais do Desenvolvimento Humano e Crescimento Econômico no comércio de rua ligadas ao trabalho digno do pequeno empreendedor.

Em seguida foi feita a compilação de dados que foi executada a partir de informações advindas da realização de contagens das barracas (formais e informais); e pela aplicação de questionários com indagações acerca da Tecnologia da informação nas feiras situadas nos bairros Praia do Futuro e Cidade 2000, presencialmente, pelos demais membros do projeto Feirante Empreendedor, sendo possível a partir de então deduzir se a TI pode ajudar ou não quanto a informalidade e as vertentes sociais elencadas ao trabalho referente ao desenvolvimento humano e ao auxílio dessa ferramenta para o crescimento econômico no comércio de rua.

#### **3.1 QUANTIDADE DE BARRACAS E DE FEIRANTES (FORMAIS E INFORMAIS) NAS DUAS FEIRAS EM QUESTÃO**

Inicialmente, é importante ressaltar que a documentação que possui a relação do número de feirantes cadastrados (legais/formais) está sobre responsabilidade da Prefeitura de Fortaleza. Entretanto, não foi possível adquirir tais informações. Diante disso, foi realizado a contagem nas duas feiras e a partir de então foi realizada a seguinte compilação:

Tabela 1: Dados da Contagem na feira- Cidade 2000

FEIRAS	BARRACAS	FEIRANTES
CIDADE 2000	Nº de Barracas Formais: 97 Nº de Barracas Informais: 0 Total de Barracas (Formais + Informais): 97 Barracas Formais	Nº de Feirantes Formais: 149 Nº de Feirantes Informais: 0 Total de Feirantes (Formais + Informais): 149 Feirantes Formais
PRAIA DO FUTURO	Nº de Barracas Formais: 105 Nº de Barracas Informais: 28 Total de Barracas (Formais + Informais): 133	Nº de Feirantes Formais: 206 Nº de Feirantes Informais: 28 Total de Feirantes (Formais + Informais): 234

Fonte: Adaptada pelo autor (2018).

Como mostra a tabela 1 a feira- Cidade 2000 só possui barracas formais, sendo classificadas dessa forma por possuírem estrutura adequada e autorização da prefeitura para sua existência, assim como seus donos para execução de seus trabalhos, isto é, de poderem trabalhar legalmente, sendo classificados, assim, como feirantes formais.

Considera-se que as barracas informais são as que não possuem estrutura adequada, nem autorização da Prefeitura para sua existência, onde as pessoas que trabalham nelas não possuem tal autorização para realizar suas atividades econômicas de modo legal. Dessa forma, o critério de classificação desses trabalhadores como feirantes informais foram aqueles que estavam a margem das barracas formais, por exemplo, vendedores ambulantes que não têm uma estrutura física montada que muitas vezes expõem suas mercadorias em carrinhos, tapetes/ lonas/ panos ou circulam nas feiras segurando seus produtos. Assim sendo, estima-se, que as 28 barracas informais correspondem a 21,0% das barracas presentes na feira- Praia do Futuro, e as 105 barracas com características de barracas formais-79,0%. Ademais, referente a quantidade de feirantes, estima-se que 12% dos feirantes 234 feirantes são formais e 88% deles, formais.

### 3.2 O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO POR PARTE DOS FEIRANTES

O levantamento de tais informações é decorrente da coleta de dados relativo às respostas dos feirantes a algumas das indagações presentes no questionário aplicado nas duas feiras em questão. Portanto, os dados da feira Praia do Futuro é correspondente ao feedback advindo de 30 feirantes na feira- Cidade 2000; e de 63 feirantes na feira- Praia do Futuro, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 2: Dados correspondente as respostas dos feirantes às indagações do questionário sobre TI

PERGUNTAS	FEIRA-CIDADE 2000 (30 Feirantes)	FEIRA- PRAIA DO FUTURO (63 Feirantes)
Conhece a tecnologia da informação?	26-Conhece (86,7%) 03-Não conhece (13,3%)	19-Conhece (84,1%) 44-Não conhece (15,9%)
Já usou algumas ou usa algumas dessas T.I: Aplicativos de Redes Sociais; de Transporte; de Bancos; de Compras/ Vendas?	22-Já usou ou utiliza 1 ou mais aplicativos (73,3%) 08-Não utiliza (26,7%) 03-Usa ou já usou todos os aplicativos (13,6%) 19-Usa ou já usou um ou mais dos aplicativos (86,4%)	0-Já usou ou utiliza 1 ou mais aplicativos (63,5%) 23-Não utiliza (36,5%) 05-Usa ou já usou todos os aplicativos (12,5%) 35-Usa ou já usou um ou mais dos aplicativos (87,5%)
Utiliza alguma TI no desenvolvimento de seu trabalho?	2-Utiliza (40,0%) 18-Não utiliza (60,0%)	19-Utiliza (30,2%) 44-Não utiliza (69,8%)
Com que frequência utiliza a TI na sua vida pessoal: 1 ou 2 dias; 3 ou 4 dias; 5 ou mais dias ou não utiliza?	0- Um ou dois dias (0%) 03- Três ou quatro dias (10,0%) 19- Cinco ou mais dias (63,3%) 08- Não utiliza (26,7%)	03-Um ou dois dias (4,8%) 02-Três ou quatro dias (3,2%) 36-Cinco ou mais dias (57,1%) 22-Não utiliza (34,9%)
Com que frequência utiliza a TI no desenvolvimento do seu trabalho: 1 ou 2 dias; 3 ou 4 dias; 5 ou mais dias ou não utiliza?	03-Um ou dois dias (10,0%) 06-Três ou quatro dias (20,0%) 05-Cinco ou mais dias (16,7%) 16-Não utiliza (53,3%)	06-Um ou dois dias (9,5%) 04-Três ou quatro dias (6,3%) 08-Cinco ou mais dias (12,7%) 45-Não utiliza (71,4%)
Teria interesse de utilizar um aplicativo desenvolvido para auxiliar o feirante no desenvolvimento de seu trabalho?	18-Tem interesse (60,0%) 12-Não tem interesse (40,0%)	30-Tem interesse (47,6%) 33-Não tem interesse (52,4%)
Teria interesse de utilizar um aplicativo desenvolvido para informar o feirante acerca dos seus direitos?	20-Tem interesse (66,7%) 10-Não tem interesse (33,3%)	30-Tem interesse (47,6%) 33-Não tem interesse (52,4%)

Fonte: Arquivo pessoal do autor 2018.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

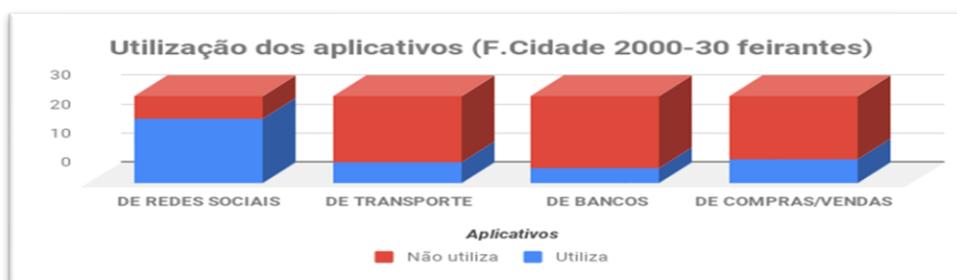
Por intermédio da análise da compilação dos dados da contagem feita nas duas feiras, percebe-se que a formalização se sobressai na feira- Cidade 2000 (I) relativo à informalidade, pois todas as barracas possuem características formais. Todavia, diferente desta, a feira-Praia do Futuro (II) possui um valor percentual significativa de informalidade, pois a quantidade de barracas com particularidades pertencentes as não formais é equivalente a 21%, assim como 12% dos trabalhadores têm atribuições relativas aos feirantes classificados como informais.

Nesse sentido, é possível inferir, por intermédio dessas estimativas, que a feira tem sido um local muito utilizado para execução do trabalho informal o que é comprovado pelo número considerável de feirantes e barracas informais. Logo, o desconhecimento, por parte desses trabalhadores informais, acerca da formalização do trabalho como sendo um dos principais fatores contribuintes para a resistência e permanência dessas pessoas a esse cenário precisa de medidas eficazes para reverter essa situação já que a informalidade priva esses indivíduos de usufruir direitos provenientes de sua formalização enquanto trabalhador.

Ademais, relativo a tecnologia da informação, segundo a análise dos dados do retorno dos feirantes as perguntas do questionário, o percentual correspondente ao número de feirantes, possibilita inferir que é a maioria desses trabalhadores conhecem a TI, visto que apenas 13,3 % dos 30 feirantes da feira I e 15,9% dos 63 trabalhadores da feira II alegaram não conhecer essa ferramenta.

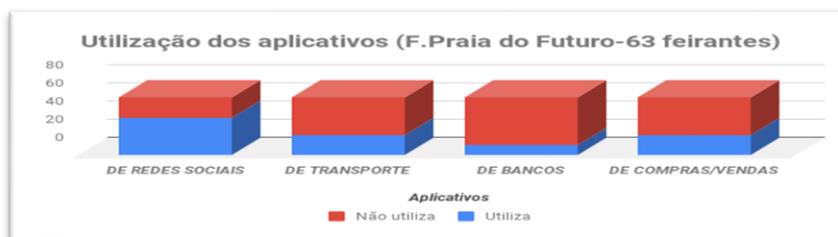
Nessa situação, 26,7 % dos 30 feirantes da feira I afirmaram nunca ter utilizado nenhum dos quatro tipo de aplicativos citados (de redes sociais, de transporte, de bancos, de compras/vendas); assim como os 36,5% dos 63 trabalhadores da feira II. Ademais, 13,6% dos 22 feirantes da feira- Cidade 2000 que inferiram utilizar uma ou mais TI, afirmaram já ter utilizado ou usar todas as TI's citadas, bem como 12,5% dos 40 trabalhadores da feira- Praia do Futuro. Diante desses fatores, pode-se concluir que a maioria dos feirantes já usaram ou usam algum aplicativo. A seguir os dois gráficos mostrarão a utilização dos aplicativos pelos trabalhadores em ambas as feiras:

Gráfico 1: Utilização dos aplicativos na feira I- 30 feirantes



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2018).

Gráfico 2: Utilização dos aplicativos na feira II- 63 feirantes



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2018).

Os gráficos mostram que o aplicativo mais utilizado nas duas feiras são os aplicativos de redes sociais, visto que 73,3% dos trabalhadores da feira I inferiram utilizar algum desses aplicativos (Instagram, Facebook, Whatsapp) assim 63,5% dos feirantes do comércio de rua II; sendo o segundo mais utilizado o aplicativo de compras e vendas, pois cerca de 26,7% desses trabalhadores da feira- Cidade 2000 e 33,3% da feira- Praia do futuro declaram já terem utilizado algum desses aplicativos (OLX, Barato Coletivo, Mercado Livre, Ifood). Por isso, nota-se que grande maioria dos trabalhadores das duas feiras de Fortaleza conhecem a Tecnologia da informação e usufruem dessa ferramenta, o que é comprovado pelo percentual relativo ao uso dos aplicativos pelos feirantes.

Sabe-se também que a Tecnologia da Informação tem inúmeras utilidades, visto que pode ser usada na vida pessoal, mas também pode ser uma ferramenta de trabalho dos feirantes. Nesse sentido, pode-se apontar como exemplo as redes sociais que serve tanto para comunicação com familiares e amigos além de manter “antenado” os seus usuários relativo às notícias do país e do mundo quanto para divulgação de produtos, contato com o cliente, dentre outras possibilidades que essa ferramenta possibilita usufruir. Dessa forma, dos feirantes que afirmaram utilizar a TI na sua vida pessoal, 66,3% desses trabalhadores na Feira I e 57,1% na feira II alegaram utilizá-la frequentemente em uma faixa de 5 ou mais dias. Entretanto, 60,0% dos 30 trabalhadores da feira I e 69,8% dos 63 da feira II não utilizam a TI como ferramenta de trabalho, logo, é perceptível que a TI é pouco utilizada pelos feirantes nessa vertente.

Nessa perspectiva, também é relevante ressaltar acerca do desconhecimento por parte desses trabalhadores referente aos seus direitos enquanto feirantes formais, o qual é um fator causador da resistência e permanência de muitos feirantes na informalidade. Diante dessa situação, foi indagado, nas duas feiras, quanto ao interesse em utilizar um aplicativo criado

especificamente para esse público de trabalhadores tanto formais quanto informais que fornecesse informações sobre direitos e deveres após a formalização de seu trabalho e que ao mesmo tempo auxiliasse no desenvolvimento de suas atividades econômicas com o fornecimento de conteúdos informativos e auxiliares elaborados por acadêmicos nas áreas necessárias relativo aos fatores citados, como da área de administração, direito e contabilidade. Assim sendo, 50 dos 93 feirantes que responderam o questionário (20 dos 30 feirantes da feira- Cidade 2000 e 30 dos 63 trabalhadores da feira-Praia do Futuro), mostraram-se interessados em tal aplicativo ainda não existente. Número significativo e que precisa ser levado em conta.

## **5 CONCLUSÃO**

Designar o perfil dos trabalhadores nas feiras Cidade 2000 e Praia do Futuro permite a elucidação da realidade existente no comércio de rua. Assim, essa ação é primordial para inibição de um pensamento mistificado sobre a visão da ilegalidade do trabalho nas feiras, isto é, da imagem do feirante como trabalhador informal. Soma-se a isso as possíveis medidas paliativas e políticas públicas que podem ser tomadas em meio ao contexto de informalidade no comércio de rua de Fortaleza.

Nesse sentido, faz-se necessário uma ação conjunta de órgãos que possuam algum vínculo com a temática abordada, como a Prefeitura e o SEBRAE, ajudando a entidade acadêmica através do projeto Feirante Empreendedor a disseminar informações referente a informalidade afim de inibi-la. O Projeto de Extensão intitulado “Feirante Empreendedor: Tecnologia da Informação, Desenvolvimento Humano e Crescimento Econômico no comércio de Rua” constituído por acadêmicos e professores dessa instituição educacional tem como uma de suas ações a elaboração de um aplicativo voltado especificamente para o pequeno empreendedor a fim de informá-lo acerca de seus direitos e ao mesmo tempo fornecer informações que auxiliem no desenvolvimento e sucesso de seus negócios, onde esses conteúdos são elaborados por estudantes da área de Administração, Contabilidade e Direito em parceria com uma entidade relacionada a Tecnologia da Informação.

Assim, para obter um resultado ainda mais significativo, a pesquisa sugere que instituições como o SEBRAE e o Município de Fortaleza desenvolvam ações em parceria com o projeto mencionado no sentido de informar os feirantes, especialmente na feira- Praia do

Futuro, onde há um número considerável de trabalho informal, como mostram as estimativas já relatadas. As ações sugeridas poderiam ocorrer na modalidade de palestras e eventos interativos e descontraídos que mostrassem a real importância da formalização do trabalho, tirando as dúvidas dos feirantes quanto ao assunto, além de divulgar o aplicativo, levando em consideração que muitos feirantes se mostraram interessados em utilizá-lo como visto anteriormente.

Além do mais, outro fator e política pública necessária e cabível ao Município de Fortaleza seria a expansão de redes de acesso à informações, como “wifi” gratuito nas feiras, visto que essa ação almejada já é uma realidade em algumas feiras de Fortaleza, mas nem todas possuem essa infraestrutura pública como é o caso das feiras pesquisadas.

Portanto, as ações pretendidas ajudariam a minimizar o trabalho informal nas feiras, propiciando mais dignidade e melhores condições de desenvolvimento econômico a esses comerciantes.

## **REFERÊNCIAS**

ALBERTIN, A. L. **Valor Estratégico dos Projetos de Tecnologia de Informação**. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 41, n. 3, São Paulo, 2001.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902001000300005>

ALBERTIN, A. L. **Administração de informática: funções e fatores críticos de sucesso**. 5 ed. São Paulo: Atlas. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 34ª. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

Brasil DW/ Notícias e análises do Brasil e do mundo. **Desemprego no Brasil cairá pela primeira vez desde 2014, prevê OIT**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/desemprego-no-brasil-cair%C3%A1-pela-primeira-vez-desde-2014-prev%C3%AA-oit/a-42263300>. Acesso em: 01 jul. 2018.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor: metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. 6 ed. São Paulo: Editora de Cultura 1999.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. 30. ed. São Paulo: Cultura, 2006.

FINATI, Cláudio Roberto. **O valor social do trabalho**. Revista do Tribunal Regional do

Trabalho da 15ª Região, São Paulo: LTr, n. 8, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORTA, Carlos Roberto (Org.). **Globalização, trabalho e desemprego: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

MAFRA, P. D. Camelôs cariocas. In: VELHO, G. (Org.) **Cultura, política e conflito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MARCONDES, Reynaldo Cavalheiro e BERNARDES, Cyro. **Criando empresas para o sucesso**. 2 ed. São Paulo: Futura, 2000.

MOURA, Carolina Figueiredo de. **Princípios constitucionais da ordem econômica**. 2012. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/principios-constitucionais-da-ordem-economica/90125/>>. Acesso em: 26 jun. 2018

REZENDE, D; ABREU, A. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais**. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990**. Pro-Posições versão On-line, 2008. ISSN 1980-6248. Vol.19, n.2. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072008000200011>.

SCHUMPETER, J. A. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: USAID, 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Direitos e deveres do MEI**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/direitos-e-deveres-domei,b6d5d4361e3c8410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 23 junho. 2018.

SOUZA, Augusto Carvalho; FEIJÓ, Carmem Aparecida; SILVA, DB do N. **Níveis de Informalidade na economia brasileira**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, 2006. Versão On-line. ISSN 2357-9226. Vol. 37, n.3. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/653>.

WEBER, M. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.